

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Versão de 16 de maio de 2019

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Coordenação do Grupo de Peritos

Ana Paula Beja Horta --- CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (UAb)

Carlos Jalali --- DCSPT – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (UA)

Jorge Malheiros --- CEG – Centro de Estudos Geográficos (ULisboa)

Maria Vargas Moniz --- APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion (ISPA)

Renato Carmo --- CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE-IUL)

Sofia Marques da Silva --- CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas (U.Porto)

Relatores dos Subtemas

Subtema 1 – Sofia Marques da Silva

Subtema 2 - Maria Vargas-Moniz & Renato Carmo

Subtema 3 – Carlos Jalali

Subtema 4 – Ana Paula Beja Horta & Jorge Malheiros

Grupo de Peritos

Ana Bugio --- Fundação INATEL

Ana Paula Beja Horta --- CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (UAb)

Ana Paula Caetano --- IE – Instituto de Educação (ULisboa)

Antónia Pedroso de Lima --- CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (NOVA FCSH, ISCTE-IUL, UC e UMinho)

António Firmino da Costa --- CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE-IUL)

Benedita Portugal e Melo --- IE – Instituto de Educação (ULisboa)

Bruno Aragão --- CIPsi – Centro de Investigação em Psicologia (UMinho)

Carlos Farinha Rodrigues --- CEMAPRE – Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica (ISEG ULisboa)

Carlos Jalali --- DCSPT – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (UA)

Célia Sousa --- CICS.NOVA.IPLeiria – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Polo do IPLeiria

Diogo Simões Pereira --- EPIS – Empresários pela Inclusão Social

Eunice Castro Seixas --- SOCIUS/CSG – Investigação em Ciências Sociais & Gestão (ISEG ULisboa)

Fernando Fontes --- CES – Centro de Estudos Sociais (UC)

Francisco Madelino --- Fundação INATEL

Graça Mota --- INET-md – Instituto de etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (NOVA FCSH, DeCA-UA, FMH-ULisboa e ESSE-IPP)

Helena Lima --- Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Orquestra Geração, Sistema Portugal

Inês Braga --- CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (UNL)

Isabel Freire --- IE – Instituto de Educação (ULisboa)

Isabel Soares --- CIPsi – Centro de Investigação em Psicologia (UMinho)

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Jorge Malheiros --- CEG – Centro de Estudos Geográficos (ULisboa)
José Ornelas --- APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion (ISPA)
Leonor Moniz Pereira --- CIPER – Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana (ULisboa)
Luís António Santos --- CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (UMinho)
Luís Bettencourt Sardinha --- CIPER – Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana (ULisboa)
Luísa Valle --- PGDH – Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano
Manuel Lisboa --- CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Maria de Lourdes Dionísio --- CIEd – Centro de Investigação em Educação (UMinho)
Maria João Mogarro --- IE – Instituto de Educação (ULisboa)
Maria João Vargas Moniz --- APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion (ISPA)
Marie-Manuelle Costa Silva --- CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
Marta Pacheco Pinto --- CEC – Centro de Estudos Comparatistas (ULisboa)
Matilde Caldas --- Orquestra Geração | Sistema Portugal
Maurizio Teli --- M-ITI – Madeira Interactive Technologies Institute (UMa)
Mónica Alexandre --- PE – Programa Escolhas
Nuno Dias --- DINAMIA’CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (ISCTE-IUL)
Orlando Grosseguesse --- CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho
Paula Guimarães --- GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
Pedro Encarnação --- Católica Lisbon School of Business & Economics
Renato Carmo --- CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE-IUL)
Rita Guerra --- CIS-IUL – Centro de Investigação e Intervenção Social (ISCTE-IUL)
Rita Ribeiro --- ICS – Instituto de Ciências Sociais (UMinho)
Santiago Pérez Isasi --- CEC – Centro de Estudos Comparatistas (ULisboa)
Sofia Marques da Silva --- CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas (U.Porto)
Vítor Sérgio Ferreira --- ICS – Instituto de Ciências Sociais (ULisboa)

Equipa Técnica da FCT

Rosário Costa (Coordenadora)

Colaboração: Marisa Borges (Estratégias de I&I a nível internacional)

Colaboração do Gabinete de Estudos e Estratégia:

Isabel Reis, com a colaboração de Inês Fonseca (Mapeamento de Financiamentos)

Daniel Ferreira, Vanja Karadzic (Consulta a Organismos Públicos)

Coordenação Geral das Agendas Temáticas de Investigação e Inovação

José Bonfim

Tiago Santos Pereira

As Agendas Temáticas de Investigação e Inovação dinamizadas pela FCT, entre as quais a presente Agenda Temática, foram desenvolvidas por Grupos de Peritos designados conjuntamente pela FCT e por centros e unidades de investigação, empresas e outras entidades com investigação e inovação relevante nas respetivas áreas, em número variável.

Os Grupos de Peritos identificaram equipas de coordenação e diferentes formas de contribuição para as Agendas, tendo sido apoiados ao longo do processo por equipas técnicas da FCT.

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Índice

Índice de figuras	8
Nota introdutória.....	9
Sumário executivo	13
PARTE I.....	15
Visão e desafios	15
Capítulo 1 – Inclusão social e cidadania: visão e desafios para 2030.....	15
1.1 – Visão a 2030.....	15
1.2 – A importância do tema para Portugal	16
1.3 – Os grandes desafios para Portugal até 2030	17
Capítulo 2 – Investigação e inovação na área da Inclusão Social e Cidadania, em Portugal e no mundo .	18
2.1 – Estado da Arte: os principais desenvolvimentos dos últimos 10 anos.....	18
2.2 – Estratégias de I&I a nível internacional	19
2.3 – A Investigação e inovação em Portugal nos últimos 10 anos.....	23
2.4 – Diagnóstico do tema em Portugal: o caso dos observatórios	27
Capítulo 3 – As políticas públicas e a investigação e inovação no tema Inclusão Social e Cidadania.....	32
3.1 – As políticas públicas nos últimos 10 anos: temas e impactos	32
3.2 – Desafios para a agenda de investigação e inovação	36
PARTE II.....	40
Capítulo 4 – Agenda de investigação.....	40
4.1 – Subtema 1: Inclusão na sociedade do conhecimento	41
4.1.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	43
4.1.2. Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	47
4.1.3. As questões-chave para uma agenda de investigação	48
4.1.4. Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	49
4.2 – Subtema 2: Proteção Social, rendimento e emprego.....	50
4.2.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	50
4.2.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos 10 anos.....	52
4.2.3 Questões chave para uma agenda de investigação	52
4.2.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	54
4.3 - Subtema 3: Inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade na democracia.....	55
4.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	55
4.3.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	57
4.3.3 As questões chave para uma agenda de investigação	58
4.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	59

4.4 – Subtema 4: Equidade territorial e mobilidade	60
4.4.1 – Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	60
4.4.2 – Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos	63
4.4.3 – As questões chave para uma agenda de investigação	64
4.4.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	67
Capítulo 5 – Perspetivas de inovação social.....	69
5.1 – Subtema 1: Inclusão na sociedade do conhecimento	69
5.1.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	69
5.1.2 – Principais desenvolvimentos nos últimos dez anos	74
5.1.3 – Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação.....	75
5.1.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	76
5.2 – Subtema 2: Proteção Social, rendimento e emprego	77
5.2.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030: oportunidades e fatores críticos de desenvolvimento	77
5.3 – Subtema 3: Inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade da democracia.....	79
5.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	79
5.3.2 Principais desenvolvimentos no âmbito da inovação social nos últimos dez anos	80
5.3.3 Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação.....	81
5.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	82
5.4 – Subtema 4: Equidade territorial e mobilidade	83
5.4.1 – Desafios e objetivos para Portugal até 2030.....	83
5.4.2 – Principais desenvolvimentos nos últimos dez anos	84
5.4.3 – Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação.....	86
5.4.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro	86
Capítulo 6 – Conclusões	88
6.1 – Inclusão social e cidadania: a agenda e a sociedade portuguesa	88
6.2 – As áreas estratégicas para a I&I em ISC até 2030	89
Anexo 1 – Lista de Observatórios analisados no ponto 2.4	96
BIBLIOGRAFIA	97

Índice de figuras

Figura 1 – Vetores de bem-estar. Comparação do desempenho em condições materiais (x) e qualidade de vida (y)	16
Figura 2 – Inclusão social e cidadania. Número de novas bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento financiadas	25
Figura 3 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado relativo a bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento	25
Figura 4 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado com contratos Investigador FCT face ao total de contratos	26
Figura 5 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado com projetos de I&D FCT face ao total de projetos.....	26
Figura 6 – Inclusão social e cidadania. Projetos com participação portuguesa financiados via 7 ^o Programa Quadro e Horizonte 2020	27
Figura 7 – Inclusão Social e Cidadania. Observatórios de I&I por ano de criação.....	28
Figura 8 – Nuvem de palavras feita a partir dos títulos das publicações editadas pelos Observatórios ...	29
Figura 9 - Migrant Integration Policy Index 2015 – Portugal.....	35
Figura 10 - I&I Inclusão Social e Cidadania – Prioridades temáticas	40
Figura 11 - I&I Inclusão Social e Cidadania – Prioridades temáticas – Ideias síntese.....	68
Figura 12 – Síntese: prioridades para a inovação social por área prioritária (1).....	94
Figura 13 – Síntese: prioridades para a inovação social por área prioritária (2).....	95

Nota introdutória

A Agenda de Investigação e Inovação, que a FCT apresenta neste documento, resulta da mobilização de um grupo de quarenta e cinco peritos provenientes de diversos domínios do conhecimento e de diferentes instituições que, em diálogo entre si e com entidades públicas e cidadãos, refletiram e debateram sobre os desafios atuais e futuros que se colocam no âmbito do tema ‘Inclusão Social e Cidadania’ (ISC). A elaboração desta estratégia foi um período singular dedicado a aprofundar como a ciência pode contribuir para tornar a sociedade num meio mais propício ao exercício da cidadania, ao mesmo tempo que menos permeável às desigualdades sociais. Este aporte é uma condição necessária para a consolidação de Portugal como um país democrático, justo, solidário e desenvolvido de uma forma sustentável. Se houver consciência do contributo que o conhecimento científico já deu na criação de estereótipos e formas de interpretação das diferenças que marcaram negativamente as sociedades até hoje, a possibilidade de esta agenda influenciar em sentido positivo práticas de investigação, e práticas de outros sectores de atividade, redobra a energia para concretizar esta iniciativa.

A Agenda ISC começa com a apresentação do **objetivo geral** que melhor caracteriza e resume a respetiva **visão para 2030**, o qual consiste na **construção de soluções inovadoras que incrementem o nível de bem-estar em Portugal, de indivíduos e de comunidades** (capítulo 1). Dados recentes da OCDE mostram como, comparativamente a outros países, o desempenho de Portugal nesta matéria pode melhorar. Segundo a mesma organização, as políticas públicas são determinantes na qualidade do dia-a-dia dos cidadãos e há que salvaguardar que estas se mantêm independentes de outros interesses que não o bem-comum.

Em diversos pontos da Parte I da agenda, é feita uma **caracterização genérica das dinâmicas sociais e políticas relevantes neste contexto temático desde 2008**. A panorâmica traçada visa possibilitar um melhor enquadramento da sistematização que é feita do estado da arte do conhecimento, referindo tendências de I&D internacionais, especificando agendas de I&D implementadas em outros países ou de dimensão internacional, quantificando recursos mobilizados para instrumentos de financiamento de I&D utilizados em Portugal, e aprofundando o papel dos observatórios, enquanto figura institucional relevante no sistema nacional de I&I, para o tema em questão (capítulo 2).

O capítulo 3 é reservado à **identificação de políticas públicas implementadas em Portugal** que, em diversos sectores, promovem a convergência entre atores, mecanismos e meios para possibilitar uma melhor inclusão social e um melhor exercício de cidadania. Neste âmbito, foi auscultada a opinião de vários *stakeholders*, com o intuito de aproximar a atividade de I&I das necessidades futuras, nomeadamente em termos de lhes dar resposta através das políticas públicas.

A Parte II, onde se encontram identificadas os temas de investigação (capítulo 4) e as áreas de inovação (capítulo 5) a aprofundar até 2030, é o cerne da Agenda. Logo de início, é revelada a **preocupação central** da estratégia: as pessoas e os grupos em situações que, por uma multiplicidade de fatores, geram vulnerabilidade ou exclusão. A esta preocupação junta-se um cuidado de cariz deontológico: a adoção de terminologia adequada em todo o texto, de forma a não se reforçarem estereótipos pela linguagem usada. Paralelamente, a discussão tende a ser feita não só em termos de revisão de oportunidades e de obstáculos existentes, mas também tendo presente a possibilidade de com ela se gerarem oportunidades. Para além disso, sabendo-se que, em muitos casos, a condição de vulnerabilidade não afeta todos os indivíduos de um mesmo grupo, esta reflexão tem em linha de conta as questões de interseccionalidade e os percursos de empoderamento.

Nos anos mais recentes, as desigualdades sociais intensificaram-se e surgiram com novas dimensões, mantendo-se algumas estruturais e antigas, sendo possível posicionar uma cidadania fragilizada quer a montante quer a jusante das desigualdades, o que é preciso contrariar com mais investigação e inovação sociais. A **ambição** desta Agenda é contribuir para que as relações de acesso, de apropriação e de criação de recursos – sociais, económicos, cognitivos, culturais, políticos e geográficos – estejam assentes no princípio da igualdade, possibilitando um exercício pleno da cidadania.

São quatro as áreas consideradas prioritárias quer para a dimensão de investigação quer para a dimensão de inovação: inclusão na sociedade do conhecimento; proteção social, rendimento e emprego; inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade na democracia; equidade territorial e mobilidade.

O aumento de conhecimento não se tem traduzido numa diminuição da injustiça social, cultural, espacial e cognitiva, o que não deixa de ser em si mesmo incoerente. A capacidade de reconhecimento, de participação, de produção e de benefício do conhecimento que se produz não está ainda ao alcance de todas as pessoas, pese embora as tecnologias que hoje existem. É a partir destas duas constatações que se definem os objetivos a alcançar em termos de uma maior **'Inclusão na sociedade do conhecimento'**, **primeira área prioritária** mencionada. Os desafios estratégicos apontados para contornar os bloqueios identificados são principalmente quatro: conhecer a natureza do conhecimento no que tem de novos atores e processos, na sua diversidade e na sua imprevisibilidade; desenvolver mecanismos e contextos para a partilha do conhecimento; investir na literacia para a interculturalidade do conhecimento, nomeadamente com o impulso das artes & humanidades e do desporto; investir na escola enquanto espaço privilegiado para o acesso ao conhecimento e plataforma de interculturalidade.

Referem-se várias questões que se consideram centrais para facilitar uma sociedade aberta à diversidade do conhecimento e competências, das pessoas e culturas. Em primeiro lugar, a promoção da diversidade do conhecimento e competências implica integrar nas escolas e em plataformas sociais, de uma forma sistemática e para além dos currícula habituais, as artes, as humanidades, o desporto e as tecnologias, que contribuirão na sua interseccionalidade para uma mudança social positiva, segundo a especificidade de cada uma dessas dimensões da formação. Em segundo lugar, a abertura à diversidade de pessoas e culturas implica promover e proteger a diversidade linguística, cultural e artística que compõe a moldura social do país e integra o seu património simbólico. Também a reflexão sobre ciência e desenvolvimento será importante para, explorando e criando inteligências coletivas, ser possível imaginar futuros coletivos, de natureza mais inclusiva.

A inclusão pelo conhecimento necessita ainda de iniciativas que alimentem a relação crítica e equilibrada entre a inovação social e o desenvolvimento de tecnologia. Desenvolver e implementar processos inovadores no acesso e no aproveitamento do *big data*, para a compreensão e monitorização dos problemas sociais, será determinante para o desenho de respostas inteligentes para esses problemas.

A preocupação pela **'Proteção Social, Rendimento e Emprego'**, **segunda área temática** prioritária, posiciona-se para além do diagnóstico e descrição das situações sociais, pretendendo-se potenciar a capacidade de intervenção. Para responder aos desafios que se colocam em Portugal, são definidos três eixos estratégicos, que se passam a explicitar.

Quanto aos **'Sistemas de Proteção e Segurança Social'**, assume-se como objetivo assegurar que estes proporcionem níveis de rendimento que possibilitem autonomia e autodeterminação individuais, para

além de incluírem mecanismos que sirvam para acabar com a perpetuação da pobreza, de geração em geração.

Para **‘Dinâmicas Abrangentes e Inclusivas de Emprego’**, os desafios que se colocam não dizem só respeito às mudanças nas formas de regulação do mercado competitivo de trabalho, a partir das quais se têm gerado fenómenos acrescidos de precariedade. Em consideração estão também as novas formas de trabalho, as mudanças tecnológicas e a necessidade de garantir que os indivíduos possam permanecer no mercado de trabalho até atingirem a idade da reforma.

A aposta em **‘Sistemas de Intervenção, Capacitação e Acompanhamento no Percurso Vital’** releva o interesse em melhorar, de uma forma geral, as condições de saúde ao longo da vida, estando a atenção especialmente focada no estudo de percursos vitais e das narrativas contextuais que lhes estão associadas. Quanto às pessoas com deficiência, haverá que adotar um modelo social capaz de revelar as barreiras sociais e atitudinais responsáveis pela sua dependência, opressão e exclusão, melhorando as reais implicações e a aplicabilidade dos direitos humanos. Nas situações extremas de pobreza e de injustiça social, como o caso persistente e prevalente das pessoas em situação de sem abrigo, há que desenhar soluções que proporcionem o desenvolvimento de habitação com suportes especializados para potenciar a plena integração comunitária.

A **terceira área temática** prioritária da agenda de I&I ISC, **‘Inclusão cívica e democrática – Cidadania e Qualidade na Democracia’**, é interpelada pela gravidade de vários riscos internacionais como, entre outros, a crise do projeto europeu, a quebra de confiança nas instituições públicas e políticas, a polarização de posições, a preocupação crescente pela segurança, a subordinação dos meios de comunicação aos poderes económicos, o enfraquecimento do Estado Social e a falência das políticas e dos partidos tradicionais para resolver os problemas daí decorrentes.

Tendo em conta este contexto, os peritos identificaram quinze desafios que agruparam em torno de cinco eixos temáticos: 1) o **acesso e o uso das tecnologias da informação**, como recurso importante para a ativação da cidadania e da participação política; 2) face às migrações e à crescente diversidade das sociedades atuais, a necessidade de **passar da teoria à realidade no que diz respeito às conceções de cidadania pós-nacional**, contrariando as narrativas políticas de ameaça; 3) **inovação nos modelos de governação** para uma melhor qualidade e responsividade democrática; 4) a **promoção de uma cidadania inclusiva** que, sem perder de vista a necessidade de dar resposta imediata aos problemas sociais resultantes das discriminações sociais, orienta a investigação para o estudo das respetivas causas estruturais; 5) uma **abordagem abrangente das questões de segurança**, nas suas múltiplas dimensões – ambientais, económicas, políticas, sociais e culturais. Tendo em vista a qualidade de vida das pessoas, é essencial a produção de conhecimento sobre este tema assim como promover a perceção, a reflexividade crítica, o interesse e a ação dos cidadãos.

Por último, mas de igual importância estratégica, a **quarta área temática: ‘Equidade Territorial e Mobilidade’**. Neste caso, os desafios e objetivos para Portugal até 2030 gravitam em torno de oito eixos, que seguidamente se identificam.

O território é relevante nesta Agenda de I&I enquanto **contexto produtor e reprodutor de injustiças**. Tem-se assistido a uma espiral de **desequilíbrio territorial**. A um interior depauperado, expressão de injustiça espacial e de pobreza, crescem as áreas segregadas nas metrópoles litorais, nomeadamente devido a dinâmicas migratórias. Sucessivamente, a financeirização e internacionalização do sector imobiliário, com as suas vantagens (processos de regeneração do território) e desvantagens

(turistificação e gentrificação), têm implicado quebras bruscas de coesão, nomeadamente crises identitárias de bairros.

Associando, à espiral referida, o **agravamento das condições sociais** ligadas ao desemprego e ao empobrecimento experimentados pela sociedade portuguesa nos últimos 10-12 anos, constata-se um acréscimo das **dificuldades de acesso e manutenção de habitação**, por parte de muitas famílias.

A tudo isto, junta-se ainda um outro **conjunto de desafios** com que se confrontam os **aglomerados urbanos** que, se não tiverem uma resposta adequada, provocarão mais degradação e agravamento das condições de vida, sobretudo nas populações mais vulneráveis. Identificam-se os seguintes: a **diversidade e o envelhecimento das populações**, as **alterações climáticas** e a **intensificação das práticas de consumo e das formas de produção**. Os **fluxos recentes das migrações** pressionam à identificação de mais soluções para a organização sócio-espacial do país e à integração de lugares e comunidades. Nesta procura, a cultura e a arte poderão ter um papel fundamental.

A **relevância da mobilidade** advém de ela ser **geradora ou inibidora de oportunidades sociais**, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços e demais recursos territorializados. Esta mobilidade, que se quer ativa, deve ser entendida em quatro dimensões: **materialidade, fluxos, economia e relações com a saúde**. É salientada a importância da atividade física, enquanto contributo para atenuar problemas sociais e como forma de aumentar a esperança de vida.

Dos desafios e objetivos identificados para as quatro áreas consideradas prioritárias, derivam as questões de I&I que se consideram cruciais até 2030, tendo sempre em conta os desenvolvimentos científicos da última década. São ainda elencados os fatores críticos que podem pôr em causa o sucesso dos desenvolvimentos desejados e esperados para o futuro próximo.

Sumário executivo

Inclusão social e cidadania (ISC), enquanto tema de investigação científica e de inovação (I&I), é uma prioridade para Portugal na medida em que essa é uma via para a ciência contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, desenvolvida, respeitadora do ambiente, socialmente justa e solidária. Difícil de contrariar, a exclusão social, de natureza variada, requer políticas públicas fortes e coesas entre si. No entanto, não haverá sucesso nas políticas sem a emergência do conhecimento necessário à reorganização social, sem o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma nova ordem coletiva.

Resultante de balanços e debates acerca do que foi alcançado na última década e sobre o que se pretende alcançar no futuro, a agenda ISC identifica as questões prioritárias de investigação e inovação até 2030 (capítulos 4 e 5). Em paralelo, reconhece como é importante a emergência de novos paradigmas de gestão de I&I, que são explicitados ao longo desta Agenda.

Os **desafios de I&I** são alinhados em torno de quatro **tópicos**:

- a) **Inclusão na sociedade do conhecimento;**
- b) **Proteção social, rendimento e emprego;**
- c) **Inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade na democracia e**
- d) **Equidade territorial e mobilidade.**

Tendo em conta que estes tópicos se entrecruzam entre si e têm pontos em comum, apresenta-se uma **síntese** que os organiza em **quatro dimensões**:

- (i) **Desenvolver pessoas, formar cidadãos:** para uma maior inclusão na sociedade do conhecimento e para uma inclusão mais cívica e democrática;
- (ii) **Promover a dignidade do trabalho e do indivíduo:** emprego, rendimento e proteção social;
- (iii) **Aprofundar coletivamente o pensamento político:** para uma mentalidade socialmente mais inclusiva e democrática, para uma maior equidade territorial e um maior acesso à mobilidade;
- (iv) **Garantir a qualidade da democracia:** o patamar institucional.

Em (i) são enfatizadas as seguintes linhas de I&I:

- Aprofundar o conhecimento sobre **dinâmicas de acesso e apropriação do conhecimento**, e sobre **métodos e técnicas de diferenciação pedagógica**;
- **Articular saberes** para potenciar a inclusão, nomeadamente aprofundando as relações entre a investigação da neurociência e as artes (música em particular), e implementando as mesmas no ensino;
- Desenvolver **plataformas sociais** em que as artes, as humanidades, o desporto e as tecnologias possam contribuir para a mudança social, nomeadamente no sentido de incentivarem o exercício da cidadania e a coesão social;
- Identificar **determinantes e correlatos da atividade física**, com modelos prospectivos e desenvolver soluções de base tecnológica de apoio à capacitação dos cidadãos nesta matéria.

Em (ii) são enfatizadas as seguintes linhas de I&I:

- Continuar a aprofundar as **questões tradicionais** ligadas ao **desemprego** e à **precariedade**;
- Identificar **novas formas de emprego** que podem camuflar **formas de precariedade e de subemprego**;
- Contribuir para a **modernização dos sistemas de proteção e segurança social**, assim como das estruturas prestadoras de cuidados, considerando também temas como o envelhecimento ativo e o suporte às famílias e entre gerações;
- Desenvolver **novos modelos de trabalho**;
- Monitorizar os **efeitos** da **robotização** e da **automação**, tanto positivos como negativos.

Em (iii) são enfatizadas as seguintes linhas de I&I:

- Possibilitar a **criação e exploração de inteligências coletivas** para imaginar futuros coletivos, que mitiguem a marginalização de indivíduos ou comunidades, e que atenuem as clivagens entre desenvolvimento urbano e rural;
- Proteger e promover a **diversidade cultural**, linguística e artística, que compõe a moldura social do país e integra o seu **património simbólico**, tornando-a visível e acessível a todos;
- Elaborar e implementar programas de **prevenção de violência e de opressão**;
- Procurar soluções que salvaguardem a **autonomia**, a **autodeterminação** e a **participação dos adultos em situação de vulnerabilidade acrescida**, e prevenir a **institucionalização**, sobretudo de longo-prazo, de **crianças e jovens**;
- Promover a **equidade e a mobilidade territoriais**, não só através do pensamento coletivo e da cultura, mas melhorando as condições materiais das comunidades. Há uma variedade de questões a equacionar: **habitação, mercados imobiliários, regeneração urbana, turistificação, gentrificação**, formas de mobilidade;
- Avaliar os efeitos de uma **alocação desigual de recursos às comunidades urbanas e rurais**;
- Explorar o contributo da participação cidadã e das novas tecnologias no combate à injustiça e à vulnerabilidade espaço-social e para promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Em (iv) são enfatizadas as seguintes linhas de I&I:

- Contribuir para um **novo contrato social**, que seja um garante de qualidade da democracia e da governação, quer a nível nacional quer a nível supranacional;
- Promover a **inovação institucional**, estudando novos **modelos de representatividade e exercício do poder, o papel do Estado e de outras instituições** que constituem o sistema político;
- Estudar como **melhorar o equilíbrio, a imparcialidade e a abertura** aos cidadãos do **sistema de justiça**;
- Aprofundar os processos de **elaboração, implementação e monitorização das políticas públicas**;
- Promover processos inovadores no acesso e no aproveitamento dos **media e big data**, para a compreensão e monitorização dos problemas sociais, assim como os solucionar;
- Perceber como a utilização dos **media e dos big data** podem favorecer determinados **grupos** sociais ou económicos, em vez do **bem comum**.

PARTE I

Visão e desafios

Capítulo 1 – Inclusão social e cidadania: visão e desafios para 2030

1.1 – Visão a 2030

Quer pelos efeitos das crises globais que se fizeram sentir na última década, quer pelos efeitos que advierem da quarta revolução industrial, a preocupação com as desigualdades sociais tem sido uma constante, no discurso e na ação provenientes de diversos sectores da sociedade. As desigualdades do mundo atual crescem às desigualdades sociais que já existiam, as quais – apesar dos progressos entretanto realizados – não foram nem resolvidas nem esquecidas. Encontram-se neste caso, por exemplo, as desigualdades que têm raiz nas questões de género ou de deficiência.

Os desafios têm uma expressão no território, a vários níveis, sempre interligados entre si: local, nacional, regional, internacional e global. A complexidade dos problemas exige uma particular atenção por parte dos atores dos sistemas de investigação e inovação (I&I). Esta não é uma preocupação nova, pelo contrário, mas carece de uma renovação, de forma a haver uma continuidade reforçada dos investimentos feitos até aqui, em termos de conhecimento e da sua articulação com a sociedade.

O processo de elaboração da Agenda ‘Inclusão Social e Cidadania’ foi um período singular, dedicado à reflexão e ao debate sobre como a Ciência há-de contribuir para tornar a sociedade menos permeável às desigualdades socioterritoriais. Deste tempo resultou uma estratégia de I&I, de médio-prazo, definida a partir de uma abordagem interdisciplinar e intersectorial, ancorada em questões-chave, cujo aprofundamento visa disponibilizar ideias, alternativas e instrumentos para que a sociedade portuguesa possa evoluir no sentido de ser mais coesa e inclusiva, promovendo uma confiança inabalável nas instituições do Estado. Pretende-se, assim, alcançar um desenvolvimento sustentável, pluridimensional, focado nas pessoas, que a todos beneficie e que suscite o exercício da cidadania. Quanto mais cívica for a mentalidade dominante num país, menos os cidadãos pactuarão com falhas na disseminação de oportunidades conducentes a uma maior mobilidade social ascendente. Desta forma, os riscos de se viver numa sociedade em anomia poderão ser reduzidos.

O objetivo geral que melhor caracteriza e resume a visão a 2030 desta Agenda é contribuir, através da investigação científica, para a construção de soluções inovadoras que incrementem o nível de bem-estar de indivíduos e comunidades, em Portugal, prevenindo processos de exclusão social e injustiça espacial. Está subjacente a esta meta conseguir um bem-estar sustentável, que inclui quer a dimensão de ‘ter’ quer a dimensão de ‘ser’, prolongável no tempo e independente do lugar concreto onde se está ‘hoje’. Este conceito de bem-estar não se reduz a um bem-estar aqui e agora, a um bem-estar frágil.

A OCDE, nos fins de 2017, renovou o repto ‘alcançar o bem-estar para todos’ (*achieving well-being for all*), estando ciente que não é possível chegar a esse patamar numa sociedade dividida. O conceito de bem-estar contempla onze dimensões, que refletem quer as condições materiais da vida quer a sua qualidade: rendimentos e riqueza; empregos e salários; condições de habitação; equilíbrio entre o trabalho e a vida; estado de saúde; educação e competências; conexões sociais; comprometimento cívico; qualidade ambiental; segurança pessoal e bem-estar subjetivo (OECD, 2017a). Todos estes parâmetros falam de inclusão social e cidadania. Neste contexto, o desempenho de Portugal, tal como o

dos outros países, é melhor numa dimensões do que noutras e é sabido que o nível de bem-estar geral da população não melhora necessariamente a par do desenvolvimento económico, medido através do PIB *per capita* (Birkjaer, 2018). Ao estabelecer prioridades de I&I, esta Agenda fomenta a coordenação da ação das diferentes instituições e organizações envolvidas na missão de ampliar a vivência de bem-estar.

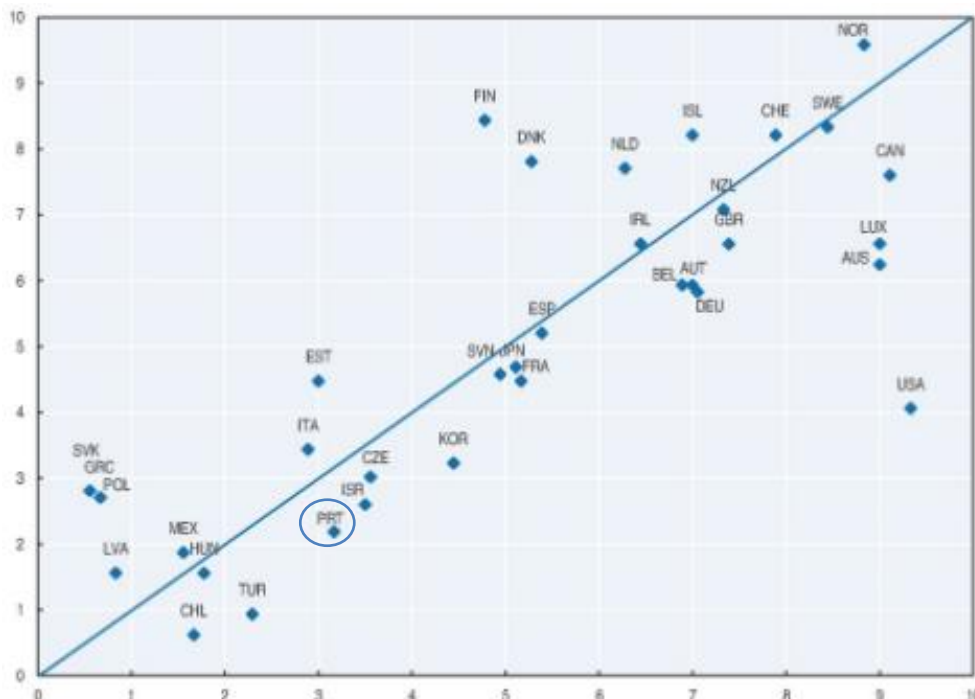
1.2 – A importância do tema para Portugal

A inclusão social e a cidadania, enquanto tema de investigação científica, é importante para Portugal, na medida em que essa é uma via para a ciência contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, justa, solidária e desenvolvida de uma forma sustentável. E esta será sempre uma tarefa inacabada, mesmo com reveses. Por exemplo, em cerca de metade dos países da OCDE, em 2017 o desemprego de longa duração era superior ao registado em 2005 e a insegurança no mercado de trabalho estava cerca de um terço acima da mensurada em 2007. Outro exemplo é a abstenção eleitoral, que tem aumentado de forma contínua, ano após ano, nos países da OCDE. Também a confiança nas instituições públicas tem vindo a enfraquecer desde 2005 (OECD, 2017a).

Como é manifesto no gráfico da OCDE (ibidem: 31) que de seguida se apresenta (figura 1), futuramente, o desempenho de Portugal em termos de bem-estar pode ser significativamente melhorado, tendo em conta a sua posição atual relativamente à de outros países da OCDE. A necessidade de uma estratégia para a investigação e inovação no tema da inclusão social e cidadania destaca-se.

Na Agenda Inclusão Social e Cidadania coloca-se o foco da preocupação, da atenção, em quatro temas de I&I, que particularizam uma abordagem das onze dimensões de bem-estar acima referidas: inclusão na sociedade do conhecimento; proteção social, rendimento e emprego; inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade da democracia; e equidade territorial e mobilidade.

Figura 1 – Vetores de bem-estar. Comparação do desempenho em condições materiais (x) e qualidade de vida (y)



1.3 – Os grandes desafios para Portugal até 2030

As políticas públicas são incontornáveis para se alcançar, a nível nacional, uma maior inclusão social e cidadania. Em larga medida, delas depende o ritmo com que se conseguem mitigar as desigualdades sociais, delas dependem os avanços em termos de equidade de direitos e de oportunidades. Todos os outros esforços nesse sentido, paralelos, serão realizados a escalas diferentes (regionais, urbanas, locais), com uma abrangência menor, nunca deixando de ser importantes e complementares das políticas públicas nacionais, mas não sendo condição suficiente.

Segundo a OCDE, as políticas públicas são determinantes em termos de bem-estar, dado que estão no centro das relações entre governos e cidadãos e, em larga medida, determinam a qualidade do dia-a-dia dos cidadãos. No entanto se, por princípio, essas políticas estão orientadas para o bem público e favorecem o bem-estar da sociedade, na prática, porém, os decisores políticos podem ser influenciados por grupos de interesse, de diversa natureza, o que será limitativo em termos de inclusão social e cidadania. E, em nenhum país, o governo é imune a essa captura política (OECD, 2017b).

Essa captura coloca em perigo o desenvolvimento sustentável, pode perpetuar ou exacerbar as desigualdades económicas e sociais, bloquear reformas que aproximariam as políticas do bem público, diminuir a confiança nos governos e nos políticos, diminuir a qualidade dos serviços públicos, o que aumentará os riscos de segurança e ambientais e, no caso dos sectores da educação e saúde, contribuir para círculos viciosos de desigualdade. ‘Capture is the opposite of inclusive and fair policy-making, and always undermines core democratic values’ (*ibidem*: 9-10).

Do dito, emerge com mais evidência um ‘novo’ desafio que se coloca à investigação científica. É habitual considerar que os atores do sistema de I&I, incluindo também as organizações que estão ‘no terreno’, têm um papel importante, indispensável, na medida em que desenvolvem conhecimentos e competências úteis à definição de melhores políticas públicas. Também é consensual a importância destes atores na monitorização das políticas implementadas, percebendo os respetivos impactos e transmitindo-os a quem tem a função de governar e à sociedade, em geral. Para além destes aspectos, o recente alerta da OCDE para a questão das políticas públicas poderem ser influenciadas e marcadas por outros interesses que não o bem público, torna mais prementes os contributos da I&I em termos de um melhor conhecimento dos processos e agentes da governação, assim como em termos de idealização de novos instrumentos para assegurar que os governos não se desviam do cumprimento dos objetivos para os quais foram mandatados pelos cidadãos que representam.

Espera-se que nestas várias funções, as novas tecnologias emergentes e a disponibilização de *big data* possibilitem processos mais rápidos para gerar conhecimento mais profundo sobre a sociedade, de forma a influenciar em tempo útil as decisões que de facto contam para incrementar o interesse e o bem públicos. Este é outro grande desafio que hoje se coloca aos investigadores sociais.

Capítulo 2 – Investigação e inovação na área da Inclusão Social e Cidadania, em Portugal e no mundo

2.1 – Estado da Arte: os principais desenvolvimentos dos últimos 10 anos

A investigação na área da Inclusão Social e Cidadania tem, desde o decénio passado, vindo a preocupar-se com o agravamento das desigualdades sociais, a marginalização social e a crescente precarização das condições de vida de segmentos significativos da população, sobretudo nas cidades, no quadro do processo de globalização neoliberal. Neste domínio, a “Introdução” da *European Agenda for Research on Cities and Social Cohesion* (2011) preparada pelo Projeto Social Polis para a DG Investigação¹ refere que “o fracasso sistémico em manter a unidade da sociedade por via do mercado de trabalho, da família e das instituições públicas está na base das reflexões académicas e políticas acerca da coesão social”. Desenvolvendo este assunto, o mesmo documento recorre ao trabalho de vários investigadores para mostrar como os processos de financeirização da sociedade contemporânea associados a uma aceleração, à escala global, dos fluxos de financiamento, tecnologia e conhecimento, estão a gerar uma economia de circuitos e fluxos, largamente imateriais, que foi substituindo uma economia mais concreta, assente em processos de produção espacialmente fixos e, por conseguinte, ligada a comunidades ancoradas em lugares.

Esta profunda reestruturação tem contribuído para alterar significativamente o quadro das relações laborais, produzindo muito maior precariedade e volatilidade no emprego, bem como processos de polarização social e de concentração da riqueza (Sassen, 2014; Bauman, 2011). Adicionalmente, o contexto neoliberal contemporâneo, por via da instabilidade dos mercados e dos processos financeiros, é bastante mais propenso a situações de crise (Harvey, 2011), com impactos significativos no emprego e na situação social dos grupos sociais mais vulneráveis. Mais recentemente, um conjunto de investigadores (Sassen, 2014; Desmond, 2016; Rolnik, 2015) tem vindo a analisar o efeito que determinadas “formações predatórias”, associando interesses diversos – empresas, instituições financeiras, governos –, têm na geração de processos de expulsão territorial de tipo diverso (e.g. perda de habitação por incapacidade de pagar hipotecas ou fazer face ao aumento das rendas, expulsão dos grupos de menor rendimento do centro das cidades por via de processos de gentrificação ou turistificação excessiva, expansão das formas de ocupação de terras com expulsão de camponeses) que afetam, essencialmente, grupos de maior vulnerabilidade social, como as famílias e os idosos pobres, os jovens com menores níveis de instrução ou os imigrantes laborais.

Este quadro, fortemente influenciado por processos que dependem de redes globais e de decisores supra e extra-nacionais, cujas áreas de influência se cruzam com as associadas a atores económicos (PME's; associações de empresários, sindicatos...) e políticos (diferentes níveis de governo) nacionais, regionais e locais, exige formas de análise (e de intervenção) multiescalares. Adicionalmente, os impactos em termos de exclusão são diversificados, emergindo distintos processos de carácter social e sócio-espacial (desemprego, empobrecimento, discriminação, segregação espacial) que atingem vários grupos de população (idosos, jovens com baixas qualificações, imigrantes, pessoas com deficiência e outros).

Perante isto, os estudos relativos aos diferentes processos de exclusão multiplicaram-se nos últimos 10-15 anos, incluindo preocupações com:

¹ Este projeto foi desenvolvido no âmbito do 7º Programa Quadro para a Investigação em Ciências Sócioeconómicas e Humanidades; DG Investigação, Comissão Europeia.

- O modo como os vários prestadores de serviços sociais públicos, privados e do 3º setor, com destaque para as ONG's cuja relevância aumenta num contexto de retracção dos serviços de assistência social pública, respondem às novas formas de exclusão, inclusive agravadas pelo recente contexto de crise que atingiu diversas economias do mundo, com destaque para os países da Europa do Sul;
- O papel dos movimentos sociais de base em contextos de crise e exclusão, não apenas como forma de protesto, mas também como gérmen de alternativas em termos de respostas sociais e políticas;
- Os sistemas de ensino e formação profissional e o modo como estes contribuem para atenuar ou agravar as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e, por conseguinte, as desigualdades;
- As múltiplas inteligências, que aparecem como essenciais para a definição de um modelo de escola inclusivo, contribuindo para o papel desta enquanto geradora de competências e elevador social;
- O processo de envelhecimento da população de Portugal e das suas regiões, considerando a independência funcional das pessoas idosas, o aproveitamento das suas capacidades e a valorização das suas experiências;
- As formas de exclusão residencial, agravadas pelos mecanismos de incentivo à casa própria com endividamento e pela redução da oferta de habitação social, relacionando-as, por um lado com situações de desemprego e empobrecimento e, por outro, com o discurso relativo à promoção de uma vida saudável e com qualidade;
- Os processos de regeneração e gentrificação de áreas urbanas, muitas vezes associados a formas de privatização do espaço público, e as suas consequências ao nível da expulsão dos residentes mais antigos e vulneráveis;
- As questões da ecologia urbana, voltadas para a criação de cidades sustentáveis e para a análise da desigualdade na produção da pegada ecológica e da vulnerabilidade aos riscos ambientais, questões prioritárias, por exemplo, nas agendas políticas nacionais e internacionais, de que é exemplo a Nova Agenda Urbana do Habitat III²;
- A forma como as novas tecnologias e, sobretudo, o acesso a estas pode funcionar como elemento potenciador de processos de inclusão numa sociedade fortemente dependente de redes digitais;
- Diversas formas de inclusão/exclusão baseadas no género, na idade, na etnicidade/origem imigrante na deficiência e na própria religião.

2.2 – Estratégias de I&I a nível internacional

Nas suas diversas dimensões, a inclusão social e o exercício da cidadania são temáticas que ganharam particular relevância no contexto da crise económico-financeira internacional que se desencadeou a partir de 2008. Esta importância teve necessariamente ecos nas estratégias de desenvolvimento social e de I&I entretanto elaboradas, sendo esta secção dedicada a analisá-las. Para este exercício, foram consultados documentos de âmbito internacional, nacional e institucional.

Nesse enquadramento, inclusão social e cidadania (ISC) não são geralmente o principal foco político ou temático, encontrando-se associadas a diferentes problemáticas e domínios do conhecimento, tais como proteção social, rendimento e emprego, direitos, democracia e participação, acesso aos recursos

² *The New Urban Agenda* - HABITAT III – ONU, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda>

urbanos, conhecimento, informação e cultura, temas estes que por vezes são os eixos de intervenção política visados. Acresce que, na diversidade de objetivos e de formatos que as estratégias apresentam, ISC pode tanto ser considerada como objeto de I&I, como princípio orientador ou ainda como impacto esperado.

A inclusão social e a cidadania como princípio orientador das *Agendas de I&I*

A OCDE (2016) apontou os desafios colocados pelo baixo crescimento e as desigualdades sociais como fatores (entre outros) que marcariam a ação dos diferentes países, nomeadamente a definição de medidas específicas no sector da I&I para um período de 15 anos. As estratégias de I&I passaram a ser elaboradas de forma a dar resposta aos assim designados '**grandes desafios societais**'. Por efeito, a ISC passa a ser um eixo orientador de I&I. Assume-se que o conhecimento e inovação produzidos poderão contribuir para promover a inclusão social e fortalecer a cidadania, principalmente no campo dos impactos a médio e longo prazo de I&I, em áreas tão diferentes como saúde ou energia.

Esta formulação surge de forma evidente no Horizonte 2020, sendo também encontrada em agendas nacionais de I&I que se debruçam em áreas temáticas tão diversas como energia, transportes, gestão de recursos naturais e economia circular. Apesar da diversidade temática, estas agendas partilham entre si a afirmação do **lugar central que a inclusão e a cidadania devem ter no desenvolvimento de I&I**. São exemplos desta abordagem as agendas nacionais de I&I de França³, de Espanha⁴, Irlanda⁵ ou da Suécia⁶.

Salienta-se ainda que a inclusão social passa a ser claramente associada à inovação, levando ao reconhecimento de formas diferenciadas de inovar e guiando o desenvolvimento de novos modelos de negócio. A crescente visibilidade internacional que a **inovação social** tem adquirido é indissociável do potencial de inclusão social que se lhe associa. Esta é uma tendência identificada pela OCDE (OECD, 2017c) e, posteriormente, confirmada em 2018 (OECD, 2018b).

As estratégias nacionais de inovação de Itália⁷ e Irlanda acabam por refletir também esta perspetiva, sendo que Itália, em particular, coloca a inovação social em destaque. No caso da agenda de investigação da Holanda⁸, a inovação surge claramente associada à criatividade e cultura, sectores onde é comum que a inovação social tenha um potencial reconhecimento.

Segundo a UNESCO (2015), a ligação entre inovação e inclusão social é visível nas prioridades de inovação de vários países da América Latina, ainda que numa geometria variável.

O reforço da relação entre cidadãos, ciência e inovação

A necessidade de dar resposta a grandes desafios societais realçou o **papel dos cidadãos na I&I**, nomeadamente no que diz respeito à identificação e resolução de problemas, o que teve um desenvolvimento expressivo nos anos mais recentes. Neste contexto, aumentou a perceção de que as

³ (2015) *Stratégie nationale de recherche: FRANCE EUROPE 2020*
<http://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid86688/strategie-nationale-de-recherche-france-europe-2020.html>

⁴ (2013) *Estrategia Española de Ciencia y Tecnología y de Innovación 2013 – 2020*
http://www.ciencia.gob.es/stfls/MICINN/Investigacion/FICHEROS/Estrategia_espanola_ciencia_tecnologia_Innovacion.pdf

⁵ (2015) *Innovation 2020: Excellence, Talent, Impact. Ireland's strategy for research and development, science and technology*
<https://dbei.gov.ie/en/Publications/Innovation-2020.html>

⁶ (2012) *The Swedish Innovation Strategy*
<https://www.government.se/information-material/2012/10/the-swedish-innovation-strategy/>

⁷ (2016) *Programma Nazionale Per La Ricerca 2015 – 2020*
<https://www.researchitaly.it/il-programma-nazionale-della-ricerca/>

⁸ (2015) *Dutch National Research Agenda. Questions, connections, prospects*
<https://wetenschapsagenda.nl/national-science-agenda/?lang=en>

sociedades estão ainda distantes do conhecimento produzido, sendo necessário que as políticas de I&I contribuam para aproximar cidadãos e ciência.

As agendas de I&I europeias contribuíram de forma clara para esta evolução, seja pelo desenvolvimento de conceitos seja pela capacidade de influenciar a sua transposição para o nível nacional. O **7º Programa Quadro** e o programa *Science in Society* são dois mecanismos que transmitem esse novo entendimento da relação entre cidadãos, ciência e inovação. O **Horizonte 2020**, que lhes é posterior, aprofundou esta nova perspetiva, apostando na transversalidade das questões da participação de cidadãos e da educação científica. Para além disso, dedicou-lhe um programa específico, o *Science with and for Society*, para reforçar a ligação da I&I europeia aos desafios societais, ao impacto na sociedade e ao papel que os cidadãos devem assumir no processo de produção de conhecimento.

De facto, ainda que com diferentes intensidades, a maioria dos documentos consultados, europeus e nacionais, coloca em evidência a transição de uma visão de I&I em que os cidadãos são tidos como potenciais beneficiários dos resultados finais de I&I para uma abordagem em que os cidadãos têm um papel crucial na identificação de problemas, definição de prioridades de I&I, e mesmo na criação e implementação de projetos de I&I. A esta mudança está necessariamente associada a **valorização de uma ciência aberta**, que não se baseia apenas no acesso público aos resultados de I&I, mas também na transparência e abertura dos processos de produção de conhecimento e inovação, e na partilha dos seus benefícios. Espanha, por exemplo, inclui esta abertura como eixo estratégico do futuro da sua I&I.

A afirmação do conceito de *Responsible Research and Innovation* é manifestação da mudança de paradigma relativo aos cidadãos. No já citado relatório de 2018, a OCDE indica que este conceito foi amplamente aceite internacionalmente e que os países têm vindo a desenvolver mecanismos e abordagens para implementar este conceito a um nível nacional. As agendas I&I de Itália, Áustria⁹ e Holanda são disso exemplo.

Em 2016, a Comissão Europeia divulgou a sua visão para a I&I, inscrevendo muitas destas questões como prioridades políticas para o sector. O documento conhecido como 3Os (EU, 2016) postula três princípios básicos – *Open Science, Open Innovation, Open to the World* – e reafirma o papel dos cidadãos neste contexto de abertura, afirmando o contributo da *Citizen Science* para concretizar estes princípios. Relativamente a este último desenvolvimento, a Áustria constitui-se como uma referência quase única no contexto europeu, incluindo a *Citizen Science* nas suas prioridades e dedicando financiamento específico para este tipo de projetos, desde há algum tempo a esta parte.

Cidadania e inclusão social nas áreas prioritárias de I&I

Embora exista variedade na configuração das agendas de I&I consultadas para realizar este mapeamento, as que se orientam por áreas temáticas apresentam uma estrutura centrada na identificação de desafios ou de questões consideradas prioritárias. São precisamente estas agendas que integram, em termos de conteúdo mais detalhado, referências à inclusão social e cidadania, e/ou dimensões associadas a estes conceitos. A partir delas, foi feita uma sistematização de eixos prioritários de I&I relacionados com cidadania e inclusão, que de seguida se apresenta.

I – Cidadania, governação e democracia

A participação dos cidadãos na vida democrática, a representatividade política, a desigualdade de género, o crescimento dos movimentos populistas e radicais, a confiança nas instituições, são temas

⁹ (2011) Becoming an Innovation Leader. Realising potentials, increasing dynamics, creating the future
https://era.gv.at/directory/158/attach/RTI_Strategy.pdf

comuns aos documentos consultados, com uma influência direta na discussão da cidadania e na inclusão dos cidadãos. Estas questões surgem com particular destaque na agenda francesa e holandesa. Em termos de governação, é possível ainda identificar a prioridade dada à modernização da administração pública quer nos documentos europeus, quer nos documentos nacionais de I&I, como no caso de Espanha ou da Irlanda. Esta modernização é frequentemente associada às oportunidades criadas pelo desenvolvimento das plataformas digitais.

II – Cidadania, direitos e segurança

A segurança tem vindo gradualmente a ser considerada uma prioridade nas agendas de I&I, com particular incidência nos anos mais recentes, face à perceção da existência de diferentes ameaças de índole violenta, tais como os ataques terroristas. A este propósito, tem-se reflectido sobre os direitos civis e políticos dos cidadãos, que é necessário respeitar e preservar, mesmo em contexto de ações de segurança mais extremas. Holanda e França integram estas questões, às quais associam considerações éticas sobre liberdade e direitos, no centro das suas prioridades.

III – Cidadania, cultura e património cultural

A discriminação e exclusão sociais assentes em questões de identidade têm necessariamente impacto negativo na vivência da cidadania e na concretização da inclusão social. A cultura e o património cultural são tidos como dimensões de reflexão apropriadas à exploração das identidades dos cidadãos e ao mapeamento de comportamentos de indivíduos, comunidades e territórios. Neste contexto, algumas agendas de I&I consideram a cultura e o património cultural como mecanismos de integração de territórios, grupos e indivíduos excluídos, estando esta premissa recentemente ligada à prevenção do ressurgimento de populismos e radicalismos, como é o caso de Itália. Holanda e França dão particular atenção aos fenómenos migratórios, ao multiculturalismo e à globalização.

IV – Crescimento económico inclusivo como forma de combater as desigualdades sociais

O crescimento económico mais recente, porque foi acompanhado de mais desigualdades sociais e menos inclusão, tornou-se num desafio que ganhou particular relevância no contexto da crise económica. Sobre esta dinâmica, a UNESCO identificou várias questões para a I&I resolver (ISSC, 2016). A mesma preocupação é visível em documentos quer da Comissão Europeia (H2020) quer da OCDE e acabou por se refletir em agendas nacionais estruturadas em torno de temáticas. Neste contexto, foram incluídas questões como digitalização da economia, emprego e desemprego, discriminação socioeconómica, necessidades de requalificação profissional, distribuição de rendimento, papel do Estado a diversas escalas, do regional ao urbano, políticas económicas e novos modelos de negócio virados para a inclusão social. Em particular, caso os benefícios da crescente digitalização da economia não venham a ser partilhados de forma abrangente, a inovação poderá traduzir-se numa maior desigualdade. França, Itália e Espanha assumiram como prioridades nacionais muitas das questões identificadas nos desafios Societais do H2020. A Holanda, cuja agenda de investigação teve por base uma participação alargada da população, também convergiu com os restantes países na identificação destas questões como prioritárias.

V – Inclusão digital

O impacto da tecnologia nas sociedades é encarado de forma positiva na maioria dos documentos consultados. No entanto, a iliteracia digital e o acesso não generalizado à informação e ao conhecimento condicionam o potencial destas tecnologias, em termos do seu contributo para a promoção da inclusão social e do exercício de cidadania. Numa sociedade e numa economia cada vez

mais digitais, há que assegurar a inclusão digital, sendo esta uma condição necessária para a inclusão social e para o exercício da cidadania. A agenda francesa associa claramente esta questão à necessidade da requalificação profissional. A nível europeu, em termos de financiamento, tem sido privilegiada a área ‘cultura, digital e inclusão’.

Outras iniciativas de I&I institucionais

- A **NORFACE** (*New Opportunities for Research Funding Agency Cooperation in Europe*), parceria entre agências de financiamento de I&D localizadas na Europa, tem uma estratégia de atuação orientada para apoiar o estudo dos **grandes desafios societais**, realizado em ambiente de colaboração internacional. A preocupação pela temática da ISC concretiza-se nos seguintes programas de I&D: **Transformations to Sustainability**, lançado em 2016; **Dynamics of Inequality during the Life Course**, em 2015; **Welfare States Futures**, em 2013; **Migration in Europe – Social, Economic, Cultural and Policy Dynamics**, em 2008.
- O contexto atual, já caracterizado anteriormente, exige um salto em inovação social, nomeadamente no que diz respeito ao próprio contrato social, que estabeleceu as bases dos sistemas sociais que, durante décadas, contribuíram para aprofundar a coesão social. Estas ideias foram publicadas em 1942, no *Beveridge Report, Social Insurance and Allied Services*, da autoria de William Beveridge. Setenta e cinco anos depois (ano letivo 2017-2018), a **LSE** (*London School of Economics*) – que Beveridge dirigiu de 1919 a 1937 – organizou o programa **Beveridge 2.0 – Rethinking the Welfare State for the 21st Century** para, em busca de novas soluções, promover uma reflexão. Como novos caminhos apontam-se: aprofundar a associação entre idade de reforma e esperança de vida; ajudar os trabalhadores a ajustarem-se à automação, através de políticas dirigidas ao mercado de trabalho; facilitar o trabalho em *part-time*; tornar a aprendizagem ao longo da vida real; investir desde o início da vida na educação assim como na saúde preventiva; restabelecer a progressividade nos impostos; orientar o debate público em termos de ‘nós e eles’ para ‘nós’¹⁰.
- Com uma preocupação semelhante, já em 2019, o Banco Mundial fez apelo ao exercício fundamental de **repensar as políticas**, para o que é expectável o contributo da I&I. Nesse documento é proposto que fiquem salvaguardados três princípios orientadores a ter em conta em novos desenvolvimentos: 1) flexibilidade no mercado de trabalho mas garantindo proteção social para todos os tipos de contrato; 2) a universalidade da segurança social e a qualidade dos serviços básicos; 3) complementar os impostos progressivos sobre o trabalho com impostos sobre o capital (Bussolo, 2019).

2.3 – A Investigação e inovação em Portugal nos últimos 10 anos

O contexto da I&I: uma década marcada por crises sociais

O período em análise¹¹, decorrente entre os anos 2007 e 2016, caracteriza-se por fortes dinâmicas e questões sociais. Na década em causa, diversas crises, de amplitude e impacto globais, eclodiram; como principais exemplos, a crise financeira e a crise dos refugiados.

A primeira crise referida, com início em 2008, desencadeou níveis altos de desemprego, em particular no que diz respeito ao desemprego de longa duração e ao desemprego jovem. Ao mesmo tempo, as

¹⁰ <https://www.weforum.org/agenda/2018/01/economist-plan-to-heal-fractured-societies/>.

¹¹ Fontes de informação: World Economic Forum (2017), *The Global Risks Report 2017*, Geneva, World Economic Forum, 70 p.; Oxfam (2016), *An economy for the 1%*, Oxfam Briefing Paper, 18 January 2016; Oxfam (2013), *The true cost of austerity and inequality. Portugal case study*, Oxfam Case Study, September 2013; United Nations (2011), *The Global Social Crisis. Report on the World Social Situation 2011*. New York, United Nations, Department of Economic and Social Affairs.

condições dos mercados de trabalho pioraram, gerando subemprego, baixos salários e empregos mais vulneráveis. O fosso entre ricos e pobres atingiu novos patamares em 2015, com 1% dos mais ricos do mundo a acumular mais riqueza que os restantes 99%.

No caso da segunda crise mencionada, no período decorrente entre os anos 1997 e 2016, o número de deslocados à força duplicou: de 33,9 milhões para 65,6 milhões de indivíduos nessa situação. Enquanto o ritmo desse aumento foi mais lento na primeira década, na segunda (a que está em análise no âmbito da agenda ISC) assistiu-se a uma aceleração, quantificável do seguinte modo: de 2011 a 2015, o aumento é na ordem de mais 22 milhões de refugiados. Em 2016, o número de indivíduos deslocados à força tinha atingido um novo recorde.

Em 2017, o desemprego e o subemprego foram considerados como um dos maiores riscos económicos à escala global, com um grau de risco idêntico ao causado pela instabilidade social, a par da crescente tendência da polarização das sociedades, entre outros.

Em Portugal, a crise da dívida soberana também ficou reconhecida pela designação ‘crise do desemprego’. Aqui, como noutros países que estiveram sob programas de ajustamento do FMI, houve pressão para diminuir a despesa pública e implementar medidas de austeridade, o que potenciou os riscos sociais. Em maio de 2011, data a partir da qual Portugal ficou como país intervencionado, por um período de três anos, o país teve o pior desempenho da zona Euro em termos de coeficiente de Gini, ou seja, em termos de desigualdades sociais, o que interfere com a capacidade de uma sociedade promover a cidadania e a democracia.

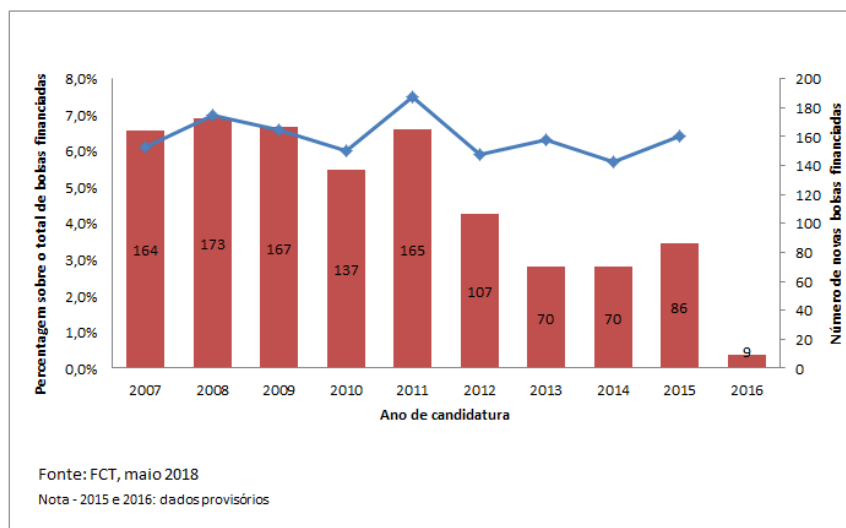
Acrescem ainda a este contexto, os desafios colocados pela já referida crise geopolítica, da qual resultou uma crise migratória com consequências humanitárias, que afetou, não somente os que se situam na sua proximidade geográfica, mas também toda a comunidade internacional, incluindo Portugal.

Análise dos financiamentos de I&D relativos ao tema Inclusão Social e Cidadania

As dinâmicas de I&D desenvolvidas entre 2007 e 2016, no que se refere à Inclusão Social e Cidadania, tomam por base indicadores relativos aos instrumentos de financiamento existentes no âmbito da atividade da FCT e da União Europeia.

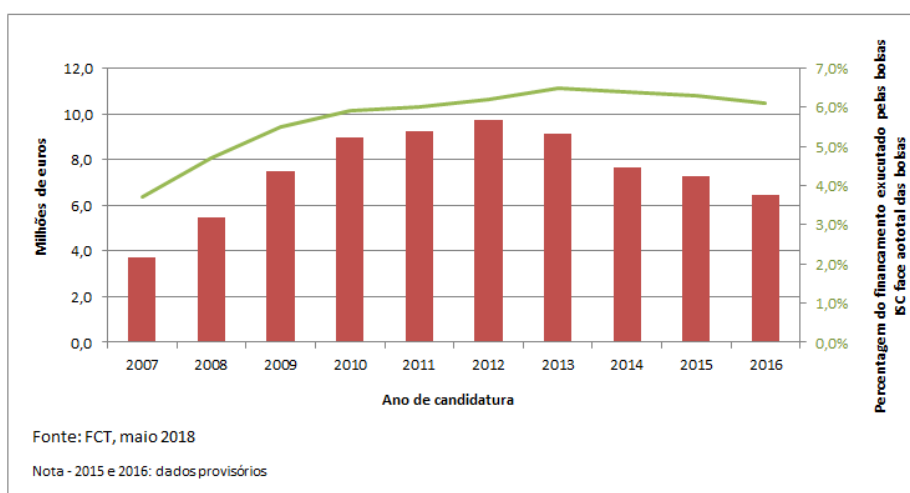
Em termos de formação avançada, de 2007 a 2011 foram financiadas por ano - em média - 161 novas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, associáveis ao tema Inclusão Social e Cidadania. De 2012 a 2015 esse número passou a ser 83, uma redução praticamente para metade. No entanto, de 2007 a 2015 o peso relativo destas bolsas, face ao total de novas bolsas financiadas, manteve-se entre os 6% e os 7% (figura 2), acompanhando a tendência geral de atribuição de novas bolsas.

Figura 2 – Inclusão social e cidadania. Número de novas bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento financiadas



O financiamento executado no usufruto das bolsas em questão foi progressivamente aumentando até 2012 inclusive, em valores absolutos. A partir daí, a tendência é de decréscimo, o que reflete os dados anteriores relativos à atribuição de novas bolsas. Em termos relativos, o financiamento aumentou de 3,7% até 6,5%, entre 2007 e 2013; a partir daí decresceu ligeiramente, embora mantendo-se na ordem dos 6% (figura 3).

Figura 3 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado relativo a bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento



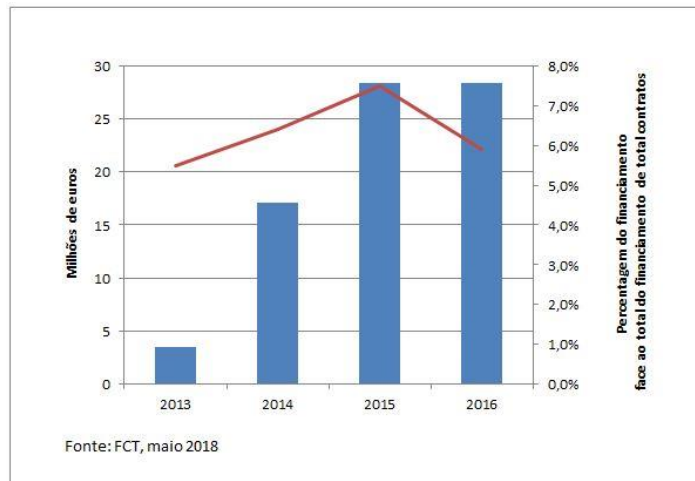
Rematando este aspecto, a partir de 2012-2013 constata-se uma contração em termos de recursos humanos e financeiros, dedicados à formação avançada dirigida a aprofundar questões relativas à inclusão social e cidadania. Quanto a peso relativo, os últimos valores de ambas as séries posicionam-se na ordem dos 6%. Ou seja, a partir de 2012 menos bolsas de doutoramento e pós-doutoramentos são dedicadas à inclusão social e cidadania, embora não por efeito de um menor interesse no tema mas devido à diminuição do número de bolsas atribuídas em geral.

No que diz respeito ao emprego científico, a análise é feita a partir do programa Investigador FCT. Neste âmbito, entre 2012 e 2015, foram lançados quatro concursos. Tendo em conta o total de contratos financiados no âmbito desses concursos, os quarenta contratos ligados à ISC perfazem 6,8% do total e, por sua vez, o respetivo financiamento executado corresponde a 6,6% do total, valores situados na

mesma ordem de grandeza dos indicadores relativos à formação avançada. A figura 4 permite observar por ano a distribuição e o peso do financiamento executados nos contratos associados à inclusão social e cidadania.

Dos quarenta contratos em questão, 55% foram atribuídos a investigadores de nacionalidade portuguesa.

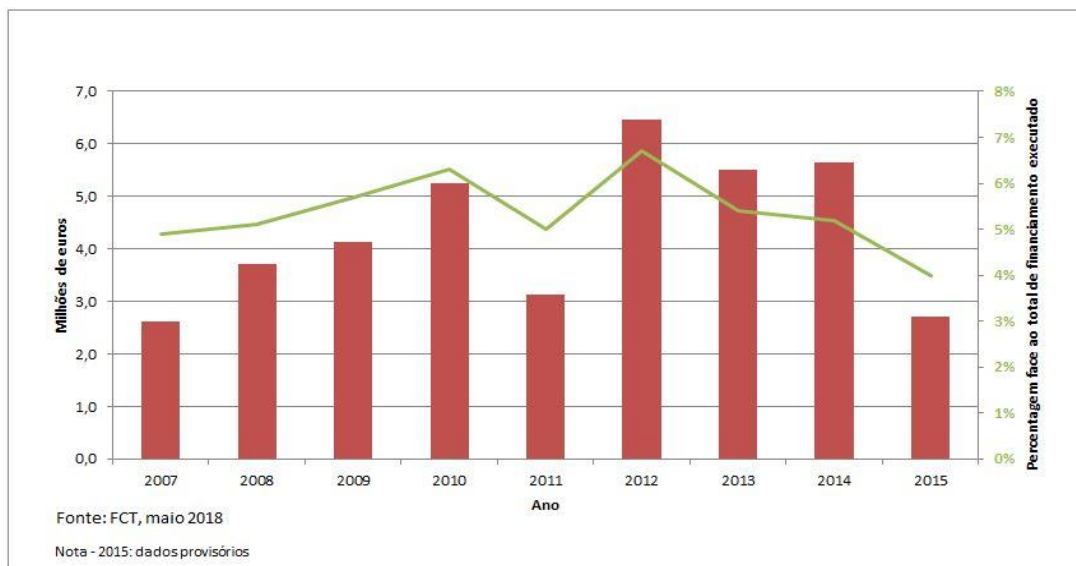
Figura 4 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado com contratos Investigador FCT face ao total de contratos



Os indicadores relativos a projetos de I&D dizem respeito a três fontes de financiamento: FCT; QREN e PT2020, quando o organismo intermédio não é a FCT; 7º PQ e H2020.

No que diz respeito ao financiamento via FCT, foram quinhentos e trinta e oito os projetos ligados à ISC que executaram financiamento de 2007 a 2015. Face ao total de projetos que executaram financiamento nesse período, esse número corresponde a 5,6%, em consonância com os valores dos outros indicadores já apresentados até aqui. Em paralelo, o financiamento executado por conta desses projetos situa-se em 5,5% (figura 5).

Figura 5 – Inclusão social e cidadania. Financiamento executado com projetos de I&D FCT face ao total de projetos

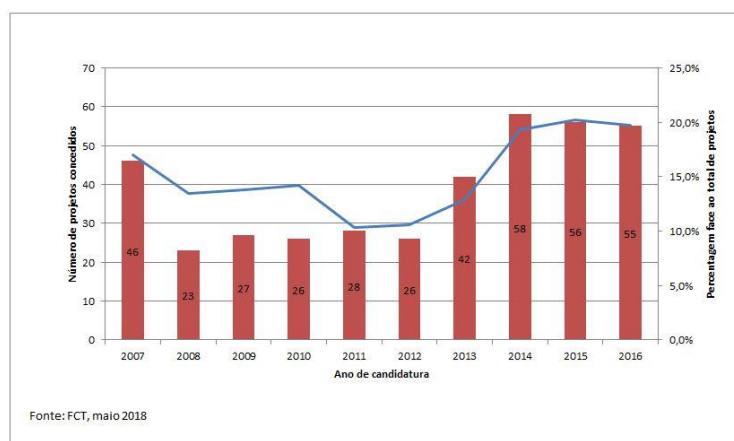


Os painéis de avaliação envolvidos na aprovação dos projetos de I&D associados à ISC distribuem-se pelas seguintes áreas científicas: ciências sociais – 81,6%; humanidades – 7,1%; ciências da engenharia e tecnologias – 7,6%; ciências médicas e da saúde – 3%; ciências exactas – 0,4%; ciências naturais – 0,4%. Esta distribuição denota que, em certa medida, as questões de investigação e inovação em causa requerem uma abordagem de diferentes disciplinas¹², o que se teve em consideração na constituição do grupo de peritos envolvidos na elaboração desta agenda de I&I.

No caso dos projetos no âmbito do QREN e do PT2020, cujo organismo intermédio não é a FCT, os novos projetos associados à inclusão social e cidadania, concedidos de 2007 a 2016, perfizeram somente 0,4% do total dos projetos concedidos e o financiamento executado não ultrapassou os 0,2%. Esta via de financiamento, ao estar focada na inovação no espaço empresarial, não tem sido relevante para o tema em questão.

O peso relativo dos projetos com participação portuguesa financiados no âmbito do 7º PQ e do H2020, associáveis à ISC, atinge o valor médio de 15,4% do total de projetos. Neste caso é superada a barreira de 7% face ao total de projetos do mesmo tipo, constatada nos anteriores indicadores, atingindo mesmo cerca de 20% nos últimos 3 anos considerados (figura 6). Para o mesmo período, a percentagem de liderança de consórcios PT atingiu os 14,7%, como valor médio anual. Em 2016 foi alcançado o valor de 25%, o máximo no período em observação. Sendo estes projetos aprovados em ambiente competitivo internacional, os indicadores construídos a partir deles evidenciam a qualidade da investigação desenvolvida em Portugal ligada à ISC. Neste âmbito de financiamento, constata-se que os projetos aprovados se distribuem por mais áreas do conhecimento, não sendo tão predominante a área das ciências sociais e humanidades.

Figura 6 – Inclusão social e cidadania. Projetos com participação portuguesa financiados via 7º Programa Quadro e Horizonte 2020



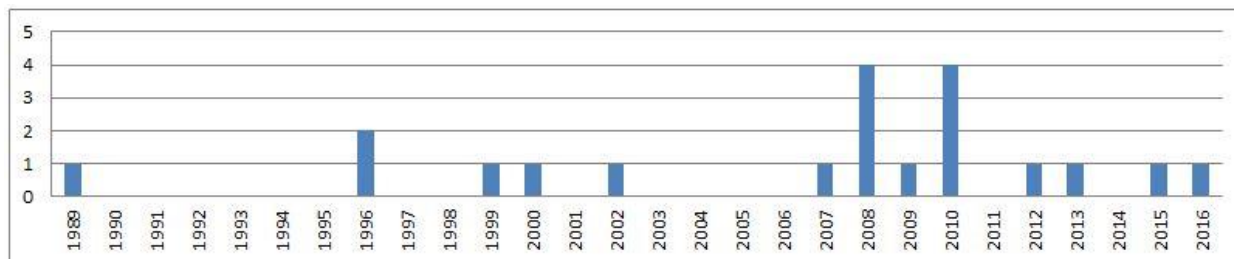
2.4 – Diagnóstico do tema em Portugal: o caso dos observatórios

Nesta conjuntura específica de crises sociais e de dinâmicas de I&D evocadas na secção anterior, surge em Portugal, a partir de 2007, um conjunto de novos observatórios afetos às problemáticas da Inclusão Social e Cidadania, com a missão de aproximar a I&D - designadamente no que diz respeito a questões

¹² Na mesma linha, no processo de avaliação das candidaturas a bolsas de formação avançada, 95% dos painéis pertencem às ciências sociais e humanidades. Os restantes distribuem-se da seguinte forma pelos painéis de outras áreas científicas: ciências naturais (1,7%), ciências da engenharia e tecnologia (1,6%), ciências médicas e da saúde (1,5%) e ciências exactas (0,4%).

sociais contemporâneas - da sociedade e da realidade portuguesa¹³. Se de 1989 até 2007 (exclusive) foram criados, e permaneceram em atividade até hoje, seis observatórios dedicados, pelo menos parcialmente, a temas relacionados com a inclusão social e a cidadania, de 2007 a 2016, foram criados e estão em atividade mais quatorze (figura 7). Trata-se do reforço de uma determinada visão da atividade de investigação científica, considerada em estreita e recíproca articulação com a sociedade e as políticas públicas. Daí o interesse em destacar e reconhecer a ação destas instituições, consistente e prolongada até à atualidade, quando se faz um balanço dos últimos 10 anos de investigação e inovação nesta temática.

Figura 7 – Inclusão Social e Cidadania. Observatórios de I&I por ano de criação



Consoante algumas características, estas instituições podem agrupar-se da seguinte forma:

- Observatórios em estreita ligação com o tema da agenda;
- Observatórios que se dedicam parcialmente ao tema em foco;
- Observatórios cuja génese se deu em universidades;
- Observatórios cuja génese se deu em instituições governamentais;
- Observatórios de génese independente da academia e da estrutura governamental.

Cada um destes observatórios tornou-se um pólo dinamizador da investigação e inovação social em torno de um foco temático específico da inclusão social e cidadania. Por desafio, têm a compreensão da realidade portuguesa à luz do seu contexto internacional. A preocupação em torno das políticas públicas é um traço fundamental em todos estes observatórios.

Quer a génese destes observatórios tenha ocorrido inicialmente em universidades quer em instituições governamentais, as suas atividades resultam de um encontro de vontades, constatando-se, na maioria dos casos, uma articulação entre centros de investigação e organismos do Estado com a tutela das políticas públicas afins. Para além destes dois pólos, encontram-se casos de parcerias com organismos do poder local, com fundações e instituições privadas; com escolas; com organizações nacionais ou internacionais. A mobilização de atores sociais diversificados concorre para o entendimento do que de mais crítico acontece na sociedade, assim como para a promoção de soluções.

Analisando as definições de missão constantes nos sítios da Internet dos observatórios considerados, emergem os seguintes objetivos comuns, ainda que com distintas intensidades de concretização, consoante os casos e em sintonia com os focos temáticos específicos:

- Aprofundar o conhecimento da sociedade portuguesa, na sua multidimensionalidade e tendo em conta os vários sectores das políticas públicas, enquadrando-a no contexto internacional;
- Promover formas eficazes de transferência e disseminação do conhecimento desenvolvido no âmbito destas instituições, quer para a comunidade científica quer para o cidadão, garantindo em todas as circunstâncias o rigor, a atualidade e a abrangência dessa divulgação;

¹³ Fontes de informação: sítios web dos observatórios. Lista de observatórios em anexo.

- c) Contribuir para a fundamentação, definição, monitorização e avaliação das políticas públicas;
- d) Fomentar a percepção dos problemas sociais contemporâneos e colaborar na identificação das soluções possíveis, possibilitando a reflexão e o debate público em torno de posições alternativas;
- e) Desenvolver na academia e na sociedade um espírito crítico e responsável, de forma a favorecer a cidadania e a qualidade da democracia;
- f) Perspetivar uma visão dos fenómenos sociais assente na interdependência e influência recíprocas de várias dinâmicas, nomeadamente a ambiental;
- g) Promover abordagens interdisciplinares e a integração de diferentes saberes e experiências.

A importância da atividade de I&D, realizada pelos observatórios identificados, ganha uma maior visibilidade com o mapeamento das iniciativas registadas nos respetivos *sites*, levadas a cabo ao longo da última década. Sob este ângulo, estas entidades de interface, entre a academia e a sociedade, têm um *modus operandi* bem específico, que seguidamente e sinteticamente se caracteriza.

Constata-se uma variedade significativa nos formatos e conteúdos das publicações científicas editadas com a chancela dos Observatórios. Segue uma tipologia de casos, não se assegurando a sua completude: publicações dirigidas a um público sobretudo académico a par de publicações que se destinam a públicos não especialistas; obras de longo fôlego ao lado de inúmeros opúsculos; publicações em língua inglesa versus publicações em português e noutras línguas; artigos em revistas ‘internacionalmente reconhecidas’ e artigos noutras revistas que alargam o espectro das abordagens e temas, para além dos que internacionalmente possam ser considerados mais relevantes; livros e *working papers*; dicionários, enciclopédias e repertórios; cronologias; recensões.

Na sua maioria, estas publicações encontram-se em acesso aberto nos respetivos portais. Uma análise às palavras mais frequentes nos títulos dessas publicações, relacionadas diretamente com o tema ISC e publicadas entre 2007-2016, resulta na figura 8.

Figura 8 – Nuvem de palavras feita a partir dos títulos das publicações editadas pelos Observatórios



Em conjunto, as palavras mais recorrentes nos títulos das publicações dos observatórios expressam vários dos vetores da missão destas instituições, nomeadamente o estudo da sociedade portuguesa, o seu enquadramento internacional, nomeadamente a uma escala europeia, a preocupação pelas políticas públicas e o impacto das crises referidas no início desta secção.

À vasta panóplia de produção científica listada acrescem ainda outras formas de transferência de conhecimento, de comunicação e divulgação científicas: elaboração e agregação de séries estatísticas, indicadores e estimativas; compilação de legislação; bibliografias temáticas; publicação de biografias e de entrevistas; desenho de cursos de formação avançada; conferências; *workshops*; debates; apresentação de livros; indicação de ligações para outras organizações afins e para fontes de informação externas pertinentes.

O *boom* de observatórios a partir de 2007, vésperas da eclosão da crise financeira e económica global, mostra como a envolvente social – em toda a sua multidimensionalidade – interfere com as dinâmicas de investigação científica e inovação social. Se os investigadores precisam de manter uma distância reflexiva relativamente aos problemas práticos, eles também têm de salvaguardar a conexão com a sociedade.

Academic researchers function as ‘second-order actors’ whose activity is connected to the lives of ‘first-order actors’, be it their physical, economic, or political life. These connections in some cases become structural, and are the basis of co-funded research conducted in cooperation with societal partners. But even if they are not, such linkages are vital to the research process. (Claassen e Düwell, 2017: 201)

A permeabilidade dos observatórios analisados aos problemas relativos à inclusão social e cidadania, e a sua capacidade específica de ação, torna-os instituições centrais e incontornáveis na reflexão feita no âmbito desta agenda de I&I. Acresce ainda que como que se antecipam a modos de fazer ciência coincidentes com eixos estruturantes da atual política nacional de I&I, por duas razões.

Em primeiro lugar, a atividade dos observatórios é essencialmente colaborativa, articulação que se estabelece entre instituições de natureza distinta, como foi supra-referido. Nesta medida, esta figura institucional antecipa o formato de laboratório colaborativo, no que diz respeito ao apelo à consolidação de formas de colaboração entre instituições de ciência, tecnologia, ensino superior, tecido económico e social.

Em segundo lugar, se se tiver em conta que:

- i) a diversidade de formas de comunicação e disseminação do conhecimento produzido pelos observatórios, nomeadamente pelo amplo recurso ao acesso aberto nos respetivos sítios da internet;
- ii) a responsabilidade social que determina um modo de fazer ciência como o que foi apresentado, assente numa convergência de esforços de diferentes atores, numa tentativa de melhorar as condições de vida e de cidadania em Portugal;
- iii) a divulgação do conhecimento, de forma oral ou escrita, de forma presencial ou via internet, em grupo ou individualmente, suscitando a reflexão e o debate públicos, para a sociedade em geral, para os cidadãos,

então estes observatórios são precursores de uma atividade orientada pelos princípios da Ciência Aberta (de acordo com o especificado em <http://www.ciencia-aberta.pt/>).

Por último, quanto ao impacto social da investigação feita pelos observatórios assinalados, duas considerações e uma conclusão:

- se o grau de disseminação dos resultados de I&D potencia o impacto social da atividade científica¹⁴, sendo - nos casos estudados - essa aposta forte, nomeadamente com o intuito de chegar aos cidadãos e
- se também for importante e determinante a capacidade dos cidadãos pressionarem os decisores políticos, para além da capacidade dos investigadores influenciarem diretamente as decisões tomadas na esfera das políticas públicas¹⁵,
- então, no que diz respeito ao impacto social da sua atividade, os observatórios analisados terão adotado uma estratégia adequada.

Manter, ou melhor, aprofundar o investimento que é feito por estas instituições, capacitando os cidadãos para uma reflexão crítica, patologias sociais como, por exemplo, os movimentos populistas, poderão ter maior dificuldade em enraizar-se na sociedade portuguesa.

*

Concluindo, o tema Inclusão Social e Cidadania tem sido objecto de investigação regular recente em Portugal (através de projectos de doutoramento, projectos de investigação de natureza disciplinar variada e inter-disciplinar, actividade de diversos observatórios), embora não constitua uma das áreas principais de I&D, uma vez que o número de projetos executados e o investimento realizado tendem a situar-se entre 5 e 7% do total.

Os tópicos abordados no âmbito desta temática têm sido diversos, mas incompletos e a necessitar de aprofundamento, incluindo desde as problemáticas do desemprego, do envelhecimento e da inclusão das pessoas com deficiência até à pobreza monetária e à inclusão digital, passando pela participação cidadã e pelo acesso à cidade e aos seus recursos, para citar apenas alguns.

Nos capítulos 4 e 5 especificam-se com mais detalhe, para os vários subtemas das agendas de investigação e inovação (Inclusão na Sociedade do Conhecimento, Proteção Social, Rendimento e Emprego, Inclusão Cívica e Democrática – Cidadania e Qualidade na Democracia e Equidade Territorial e Mobilidade), os principais desenvolvimentos ocorridos nos últimos dez anos e as questões-chave determinantes para o estabelecimento das prioridades da agenda até 2030.

¹⁴ De acordo com *Bridge research and impacts* (Editorial), Nature, vol. 553, 5, 4 jan 2018.

¹⁵ De acordo com Peter Gluckman, 2017. Entrevista disponível em https://www.youtube.com/watch?v=f1_W1_y5vz4&sns=em.

Capítulo 3 – As políticas públicas e a investigação e inovação no tema Inclusão Social e Cidadania

3.1 – As políticas públicas nos últimos 10 anos: temas e impactos

No que diz respeito a políticas públicas, Portugal tem de ser considerado tendo em conta o contexto internacional em que se insere, em particular o europeu. Interessam, portanto, não só as políticas nacionais mas também as europeias, dado que as últimas condicionam as primeiras referidas. Nos domínios da inclusão social e cidadania, a Comissão Europeia apoia e complementa as políticas dos países europeus¹⁶.

Em 2000, durante a Presidência Portuguesa, foi definida a Estratégia Europeia de Inclusão Social (EEIS). Pensada para um período de 10 anos, incluía um conjunto de objetivos comuns aos Estados-Membros, alinhados em torno de três eixos principais: desenvolvimento económico, emprego e coesão social.

Em 2010, sucede à EEIS a Estratégia Europa 2020, um novo plano de crescimento para dez anos. Esta estratégia visava não só a saída da crise internacional financeira e económica, que entretanto eclodira em 2008¹⁷, mas também a revisão do modelo de crescimento, de forma a torná-lo mais inteligente, sustentável e inclusivo. Entre os cinco objetivos da Europa 2020 consta a luta contra a pobreza e a exclusão social. Apontava-se para uma redução de, pelo menos 20 milhões de pessoas em risco, ou em situação de pobreza ou de exclusão social, até ao final da década, e também aumentar para 75% a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos. Neste âmbito, surgem iniciativas emblemáticas como a Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social, a Agenda para Novas Competências e Empregos, e o Pacote de Investimento Social, com orientações para os países em matéria de modernização dos seus sistemas de segurança social.

Pese embora este empenho político, na União Europeia, a partir de 2009, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social começou a aumentar por causa dos efeitos sociais da crise económica de 2008. Essa tendência começou a ser revertida em 2012 mas, só em 2015, o número de pessoas em risco se aproximou dos valores de 2008, ou seja, 23,7% da população europeia (UE-28), quase um quarto da população, encontrava-se nessa situação.

A pobreza e a exclusão social não afetaram somente os indivíduos economicamente inactivos ou desempregados. Em 2015, 7,7% da população ativa da UE encontrava-se nessa situação, apesar de trabalharem a tempo inteiro. Os valores variam de país para país. A divergência resulta da forma como os diferentes mercados de trabalho e sistemas sociais reagiram à recessão e aos pacotes de consolidação orçamental.

¹⁶ Fontes principais:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=750>;

<https://epthinktank.eu/2017/03/30/what-is-the-eu-doing-to-fight-against-poverty-and-social-exclusion/>;

<http://www.fngis.pt/documentos/documentos-fngis/>;

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_indicators_-_poverty_and_social_exclusion

Luz, Helena Amaro da, e Cristina Albuquerque (2016), Políticas Sociais em Tempos de Crise. Perspetivas, tendências e questões críticas, Pactor; European Commission (2007), Poverty and Exclusion, Special Eurobarometer 279, 201 p.; ILO (2004), The Fight Against Poverty and Social Exclusion in Portugal, 236 p.; sítios da Internet das estratégias e programas nacionais relativos a inclusão social e cidadania.

¹⁷ Na União Europeia, tal como em Portugal, realidades como a pobreza e as desigualdades sociais são de longa data e são condicionadas por uma diversidade de fatores e de contextos históricos e locais. Contra elas, o combate político também já é longo. As duas crises globais, referidas na secção 2.3, vieram agudizar esses problemas e adicionar-lhes novos traços.

No final de 2010, a Comissão Europeia teve a iniciativa de lançar a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras¹⁸. Este mandato teve por base a consciência de que, na União Europeia, cerca de 80 milhões de pessoas, quer devido a barreiras físicas, quer devido a barreiras comportamentais, não podem participar com toda a plenitude na sociedade, nomeadamente no acesso ao emprego, sendo a taxa de pobreza deste grupo 70% superior à taxa média. O envelhecimento da população tenderá a agravar esta situação.

No que diz respeito a Portugal, o primeiro PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão foi elaborado para o período 2001-2003. Definia uma estratégia nacional, concertada para a inclusão social e sistematizava os instrumentos de política que poderiam contribuir para a inclusão de indivíduos, grupos sociais e territórios em situação de pobreza e exclusão social. Elaborado numa 'lógica de parceria activa, de todos os agentes públicos, privados, parceiros sociais, famílias', a visão de inserção social que preconizava passava então por 'desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais', sendo para isso 'necessário contar com uma Educação inclusiva, uma Saúde inclusiva, uma Acção Social inclusiva, Instituições e Organismos inclusivos'. O PNAI foi reelaborado sucessivamente por vários períodos: 2003-2005; 2005-2006; 2006-2008.

A Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social (ENPSIS) integrou como segundo pilar estratégico o PNAI 2008-2010, a par do eixo estratégico 1, que refletia a preocupação com as alterações demográficas e a necessidade de fazer face aos seus impactos.

Na avaliação da situação social que fundamenta a ENPSIS, são elencados vários problemas, entre eles: a desaceleração da atividade económica, os desequilíbrios orçamentais, as dinâmicas do mercado de trabalho, o agravamento do desemprego em determinados grupos sociais, o envelhecimento demográfico, a pobreza. É realçado o impacto destas tendências no sistema de proteção social.

O eixo 2 da ENPSIS, o mais relevante para a Agenda, consistia na promoção da inclusão social, nomeadamente pela prevenção de situações de pobreza e redução das desigualdades. Destacavam-se os seguintes problemas de exclusão: pobreza infantil e dos idosos; insucesso escolar e abandono escolar precoce; baixos níveis de qualificação; participação diminuta em acções de aprendizagem ao longo da vida; info-exclusão; desigualdades e discriminação no acesso a direitos por parte de grupos específicos. Por efeito, definiam-se as seguintes prioridades: combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; corrigir desvantagens na educação e formação/qualificação; ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas. Incluía os seguintes objetivos: promover a inclusão social ativa; melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis; favorecer a inclusão social de grupos específicos (nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas).

No entanto, Portugal, impossibilitado de aceder aos mercados internacionais para seu financiamento, quer ao nível do Estado quer ao nível das empresas e dos bancos nacionais, assinou em maio de 2011 um Memorando de Entendimento com a CE, o FMI e o BCE, no sentido de nos três anos subsequentes levar a cabo um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. As autoridades portuguesas comprometeram-se a auscultar a CE, o BCE e o FMI quanto à adoção de políticas não consistentes com este Memorando e foram dispensadas de apresentar a avaliação da implementação da Estratégia 2020.

¹⁸ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52010DC0636>.

As políticas de austeridade tiveram por efeito a ‘contração das políticas sociais, tanto na sua abrangência como nos montantes atribuídos’ (Rodrigues, 2016: 11). Nos anos 2011 e 2012, a despesa pública foi reduzida em 10,6 mil milhões de euros (Estratégia Europa 2020¹⁹). Por exemplo, foram introduzidas alterações nas transferências sociais existentes, em particular no Rendimento Social de Inserção, no Complemento Solidário para Idosos e no Abono de Família, o que foi determinante no aumento de pobreza e no agravamento das condições de vida das famílias mais pobres (Rodrigues, 2016). A tendência não era, no entanto, nova: o colapso das prestações sociais já caracterizava a entrada de Portugal no novo milénio, a par do aumento da precariedade nos empregos.

Para minorar o impacto das políticas de austeridade, em outubro de 2011 foi lançado o PES - Programa de Emergência Social. Com base em medidas simples e diretas, pretendia-se responder às carências sociais mais urgentes. Foram eleitas cinco áreas de intervenção: famílias mais vulneráveis, idosos de baixos rendimentos, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, voluntariado, instituições de solidariedade social. Há ainda a destacar a promoção da economia social, considerada como uma nova resposta a dar pelo Estado em parceria com as organizações do sector social, em que se aposta na lógica da intervenção partilhada, descentralizada e próxima dos cidadãos, em partilha de responsabilidades.

Estas medidas políticas não ajudaram na resolução dos problemas estruturais. ‘Entre 2009 e 2014, a taxa de pobreza aumentou [...] de 17,7% para 19,5%, fazendo com que o número de indivíduos pobres em Portugal fosse de 2,02 milhões em 2014, ou seja, mais 116 mil do que em 2009’ (Rodrigues, 2016: 17). E, em 2012, cerca de um quarto dos indivíduos pobres encontravam-se nessa situação pela primeira vez, provenientes de outros grupos sociais, que não os habitualmente afetos à pobreza tradicional (Rodrigues, 2016).

Quanto à taxa de pobreza consistente, após um período de manutenção ou mesmo ligeiro declínio até 2011, esta teve um aumento significativo, afectando 10,5% da população em 2013. A dupla dimensão de pobreza que está subjacente a esta taxa, ‘ser pobre não é exclusivamente a carência de um rendimento suficiente, mas traduz igualmente a incapacidade de acesso a bens e serviços que permitem usufruir de um nível de vida adequado à sociedade em que se vive’ (Rodrigues, 2016: 23), condiciona, mais ainda, a possibilidade de inclusão social e a vivência plena da cidadania. ‘O aumento contínuo do fosso que separa as famílias e os indivíduos mais ricos dos mais pobres constituiu o principal traço da evolução das desigualdades ao longo dos anos de crise.’

Há que referir que, por ter havido uma queda “técnica” da linha de pobreza, ‘os indicadores de pobreza não revelam completamente a efectiva deterioração das condições de vida da população e tendem a subestimar o real agravamento das situações de pobreza.’ (Rodrigues, 2016: 19)

Para além das políticas sociais até agora caracterizadas, outras políticas sectoriais poderão ter contribuído para dinâmicas positivas de inclusão social e cidadania, na década em estudo. São, de seguida, elencadas, associando-se os respetivos períodos de vigência:

- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020;
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: 2009-2015, interrompida em 2013 e prosseguida em 2016;
- Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017, 2011-2013, 2007-2010;

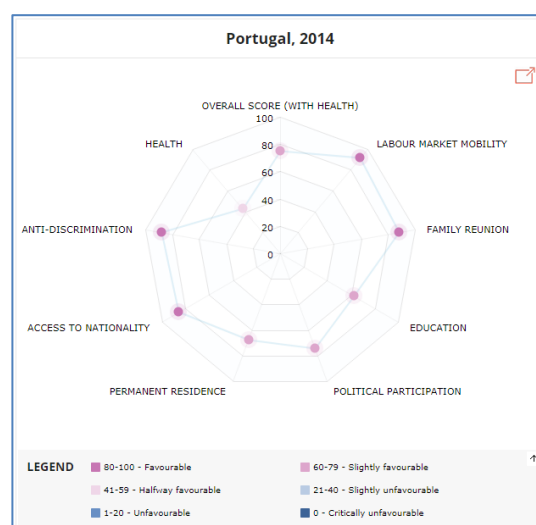
¹⁹http://www.fngis.pt/wp-content/uploads/DN22_Estrat%C3%A9gia-Europa-2020_Ponto-situa%C3%A7%C3%A3o-metas-em-Portugal_abril20131.pdf

- Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017, 2011-2013, 2007-2010;
- Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017, 2011-2013, 2007-2010;
- Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, 2014-2017;
- Estratégia Nacional para a Sinalização de Jovens que não estudam nem trabalham, início 2013;
- Estratégia Nacional para a Deficiência - ENDEF, 2011-2013;
- Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) 2007-2016;
- Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, criado em 2009;
- Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020;
- Estrutura de Missão Portugal Inovação Social – EMPIS, criada em 2014;
- Plano Nacional de Formação Financeira, 2016-2020, 2011-2015;
- Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), 2016-2019;
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015;
- Plano Nacional de Leitura (PNL), 2006-2016;
- Plano Nacional de Saúde (PNS), 2012-2016.

As políticas listadas são, sobretudo, manifestação da preocupação social por diversos grupos socialmente mais vulneráveis e pela disponibilização de uma capacitação individual básica.

Várias das frentes de batalha política referidas colocaram Portugal em segundo lugar, num conjunto de 38 países, no *Migrant Integration Policy Index 2015*, ‘estudo comparativo que avalia as políticas e medidas em matéria de migrações, implementadas em países da Europa e da América do Norte’²⁰: ‘immigrant residents in PT still benefit from the 2nd most favourable integration policies in the developed world’. No relatório associado, reconhece-se que, apesar da crise e da austeridade, Portugal manteve o investimento na integração dos imigrantes e, quer de 2007 a 2010, quer de 2010 a 2014, a tendência foi de melhorar a sua posição no MIPEX. A figura 9 mostra os pontos fortes e menos fortes deste desempenho.²¹

Figura 9 - Migrant Integration Policy Index 2015 – Portugal



²⁰ <http://www.acm.gov.pt/-/acesso-a-nacionalidade-portuguesa-10-anos-da-lei-em-numeros->

²¹ <http://www.mipex.eu/portugal>

Relativamente ao acesso à nacionalidade, ‘o maior investimento na promoção da integração’, foram introduzidas várias alterações à lei da nacionalidade vigente em 2015, regulamentadas posteriormente em 2017, no sentido de melhorar os procedimentos de atribuição e aquisição da nacionalidade, tornando-os mais justos e mais céleres para quem o solicita.

O sucesso neste nicho de políticas públicas – a integração dos estrangeiros – não faz, porém, esquecer as condições sociais supra-referidas, que se degradaram nesta década e que levaram a um aumento acentuado da emigração e mesmo a uma diminuição da imigração²². Note-se, contudo, que a partir de 2017 o saldo migratório tende novamente para o equilíbrio (e, numa segunda fase, para uma provável situação superavotária), uma vez que o fluxo emigratório se reduz e o imigratório volta a aumentar.

3.2 – Desafios para a agenda de investigação e inovação

Em termos de políticas públicas, os desafios que se colocam atualmente a Portugal, com implicações para o futuro da produção de conhecimento e de inovação na área da Inclusão Social e Cidadania, podem ser agrupados em três níveis: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas); a estratégia Europa 2020; e as recentes estratégias nacionais em vigor. Para complementar este conjunto de informação, indicam-se os desafios sociais a dar resposta, que foram identificados por organismos públicos, responsáveis pelas políticas sociais, quando inquiridos pela FCT em junho de 2017.

O comprometimento de Portugal para com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, implica que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam integrados nas suas políticas públicas. Em junho de 2017, fez-se um balanço nacional da implementação desta agenda²³ e foi dada prioridade a seis dos dezassete ODS: ‘educação de qualidade’ (ODS4), tida como condição necessária para alcançar vários outros ODS; ‘igualdade de género’ (ODS5); ‘reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países’ (ODS10); ‘indústria, inovação e infraestruturas’ (ODS9); ‘ação climática’ (ODS13); e ‘proteger a vida marinha’ (ODS14). Segue uma descrição sucinta dos três primeiros ODS referidos, que denotam uma preocupação diretamente associável ao tema Inclusão Social e Cidadania:

Educação de qualidade: ‘Portugal atribui uma importância central à educação, formação e qualificação, ao longo da vida, procurando inverter atrasos e exclusões históricos, com impactos diretos no bem-estar das pessoas, no desempenho económico, no combate à pobreza, na promoção da igualdade e da coesão social, da cidadania e do ambiente.’

Igualdade de Género: ‘A igualdade entre homens e mulheres é um imperativo e um objetivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena de cidadania, constituindo um pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa, e um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, no respeito pleno pela dignidade humana.’

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países: ‘o princípio da coesão económica, social e territorial, reconhecido como o novo paradigma de desenvolvimento do território, procura combater as desigualdades socioeconómicas e as disparidades regionais [...] As prioridades definidas pelo Governo em 2016 continuam a orientar a intervenção para 2017 e passam por: combater a pobreza e a exclusão

²² ‘O valor máximo de população estrangeira é atingido em 2009, com mais de 450 mil estrangeiros. A partir de então, vai-se reduzindo, até chegar aos pouco mais de 400 mil de finais de 2013. Os fluxos por reagrupamento familiar aumentam face às entradas por motivos económicos, e muitos estrangeiros passam entretanto a ser cidadãos portugueses, devido a uma nova Lei da Nacionalidade, aprovada com largo consenso nacional. Em 2008, os números da emigração voltam a subir. Em 2011, voltamos a ter saldo migratório negativo.’ Estudo 55, Observatório das Migrações, 2014, p. 9.

²³ Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, disponível em <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/Portugal2017.pdf>.

social, activando medidas com foco particular nos grupos mais vulneráveis; reduzir as desigualdades prosseguindo a elevação do rendimento disponível das famílias e promover o acesso de todos os cidadãos a bens e serviços públicos de primeira necessidade, reforçando esta vertente no combate ao empobrecimento e na defesa da dignidade humana. A intervenção estrutural [... abrangerá] áreas tão diversas como a saúde, a educação, um mercado de trabalho mais justo e inclusivo, a recuperação e uma repartição de rendimentos mais equilibrada, através de medidas de política salarial, de proteção social e de natureza fiscal ajustadas às mutações da realidade social e que garantam os mínimos sociais aos cidadãos mais vulneráveis.’

No âmbito da União Europeia, tendo em conta as metas da estratégia Europa 2020, o desafio que se coloca em 2017 é retirar 22,9 milhões de pessoas da situação de pobreza e exclusão social.

Para agilizar o processo, entre outras medidas, a Comissão Europeia apresentou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), que entrou em vigor a 26 de abril de 2017. O objetivo é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes, estruturados em torno de três eixos: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; e proteção e inclusão sociais.

Embora os vinte princípios fundamentais que estão em causa no PEDS concorram, todos eles, para uma maior inclusão social e cidadania, destacamos os mais diretamente ligados ao tema. No eixo 1: educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; igualdade entre homens e mulheres; igualdade de oportunidades; e apoio ativo ao emprego. No terceiro eixo: acolhimento e apoio a crianças; proteção social; prestação por desemprego; rendimento mínimo; prestações e pensões por velhice; cuidados de saúde; inclusão de pessoas com deficiência; cuidados de longa duração; habitação e assistência para os sem-abrigo; acesso aos serviços essenciais.²⁴

Para facilitar a concretização destas intenções, vinte por cento do Fundo Social Europeu destina-se a medidas de combate à pobreza e exclusão social e, no âmbito do Semestre Europeu, a CE fará recomendações específicas por país. É sublinhada a necessidade de se proceder a reformas estruturais e não tão só possibilitar medidas de curto prazo.

De forma a avançar a um ritmo adequado ao propósito, o Eurostat considera que há que dar particular importância aos grupos mais em risco de pobreza e exclusão social e identifica os seguintes:

- Mulheres e jovens;
- Desempregados;
- Adultos, sozinhos, com crianças e jovens como seus dependentes;
- Pessoas no máximo com o ensino secundário;
- Filhos de indivíduos com baixa escolarização;
- Pessoas proveniente de países que não pertencem à União Europeia.

Ao nível nacional, várias estratégias se alinham para prosseguir o esforço de combate à exclusão e às desigualdades sociais. É possível agregá-las pelos seguintes critérios: as que se dirigem a grupos socialmente mais vulneráveis; as que significam um investimento na capacitação dos indivíduos; as que proporcionam melhores condições para a concretização de um país mais inclusivo; as que promovem a cidadania.

Ao primeiro escalão estipulado, grupos socialmente mais vulneráveis, associamos as seguintes medidas políticas:

²⁴ https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_pt

- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2017-2023;
- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2017-2020;
- Estratégia Nacional de Sinalização de Jovens que não trabalham, não estudam nem frequentam formação profissional;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual, 2018-2030;
- Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas;
- Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) 2017-2020;
- Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

No segundo escalão, posicionamos as estratégias relativas à promoção da capacitação dos cidadãos, melhorando os níveis de qualificação e empregabilidade, no sentido de contrariar a exclusão social:

- Plano Nacional de Leitura (PNL) 2017-2027;
- Programa Qualifica;
- Portugal INCoDe.2030 (promoção de competências digitais);
- Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) 2016-2020.

Num terceiro grupo, agregamos as que pretendem promover a saúde e o bem-estar de uma forma generalizada a toda a população:

- Plano Nacional de Saúde (PNS) - Revisão e extensão a 2020;
- Estratégia Nacional para a promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar – ENFAP 2016-2025

Num quarto grupo, as que promovem em particular a cidadania:

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), a partir de 2017;
- Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA 2020) 2017-2020.

Nesta secção, o programa Portugal Inovação Social, criado em 2014, merece um destaque especial por Portugal ter sido, nesta esfera de ação, pioneiro: foi o primeiro país a canalizar uma parcela importante dos fundos estruturais europeus, do ciclo de programação 2014-2020, para a promoção da inovação social. O programa em foco constitui-se como sendo uma estratégia para financiar iniciativas de inovação e empreendedorismo sociais, que procuram resolver problemas importantes e negligenciados da sociedade, de uma forma inovadora, replicável e economicamente sustentável. Nesta medida, Portugal Inovação Social demonstra por duas vias (na medida em que existe e em que é palco de iniciativas para solucionar problemas sociais) que, na sociedade portuguesa, existe um elevado grau de cidadania.

A terminar esta secção, apresenta-se uma sistematização das respostas recebidas na FCT, por parte de organismos da administração central e regional, quando solicitados a identificarem para que áreas de intervenção das políticas públicas são cruciais novas linhas de investigação e inovação. A consulta foi feita através de um questionário específico.

Os desafios identificados concentram-se em cinco temas:

1) Educação:

- Educação inicial (0 aos 3 anos);
- Integração de grupos mais vulneráveis (comunidades ciganas, migrantes e refugiados);
- Educação para a cidadania, incluindo a sensibilização para questões ligadas ao desenvolvimento sustentável e às alterações climáticas, e também sobre questões de paz e segurança; Promoção do sucesso escolar.

2) Território e áreas metropolitanas:

- Como intervir em problemas comuns, em territórios com desafios muito desiguais?
- Que desafios se colocam às áreas metropolitanas? Que instrumentos para a sua resolução?

3) Grupos de pessoas mais vulneráveis:

- Crianças e jovens, nomeadamente em situação de perigo, devido a pobreza, insucesso escolar, negligência, violência doméstica e situações de deficiência. Necessidade de promover intervenções sistémicas, preventivas (procedimentos de deteção, diagnóstico, decisão e execução atempadas) e reparadoras, que contribuam para o seu desenvolvimento integral, nomeadamente através das seguintes vertentes: audição da criança, justiça amiga das crianças; acolhimento familiar; parentalidade positiva; deteção e combate à violência, maus-tratos e abuso sexual, nomeadamente digital; especial atenção às crianças e jovens em situação de deficiência, incluindo mental;
- Na infância e juventude, questões ligadas ao acolhimento institucional, familiar, e à adoção;
- Desenvolvimento de processos de elevada qualidade (formação inicial e contínua, supervisão, monitorização, avaliação) na promoção e concretização de uma Estratégia Nacional para a Aplicação da Convenção dos Direitos das Crianças;
- Envelhecimento acentuado da sociedade portuguesa;
- Outros grupos vulneráveis tais como desempregados, refugiados, sem-abrigo, vítimas de violência doméstica, segmento da população com Rendimento Social de Inserção (RSI).

4) Inovação social:

- Que lugar para a inovação social? Necessidade de novos instrumentos e novas políticas para a resolução de vários dos desafios apontados;
- A necessidade de ferramentas inovadoras para as prestações sociais, nomeadamente para a desmaterialização dos processos de atribuição.

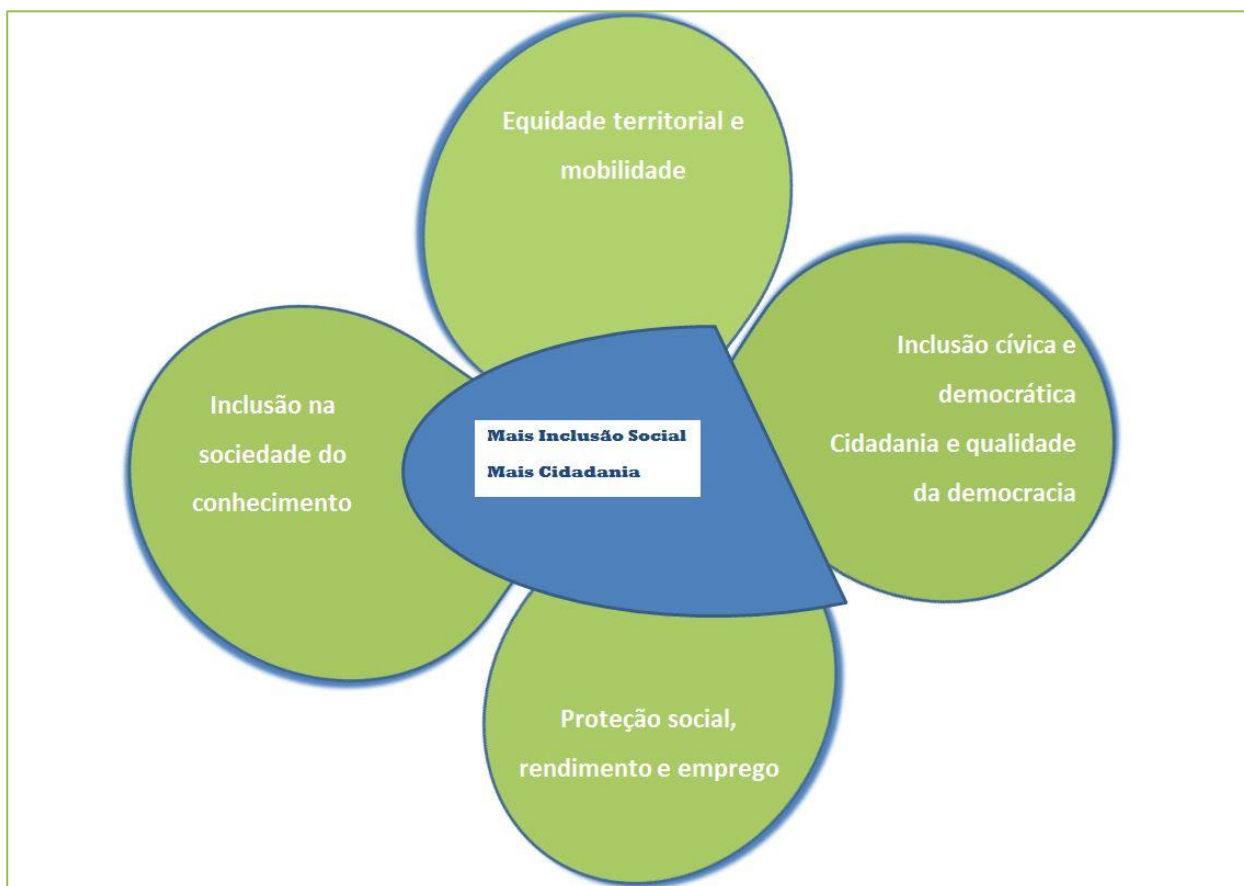
5) Questões de âmbito mais geral:

- Questões relativas à tendência de envelhecimento da sociedade
- Como assegurar o pilar social na construção europeia?

PARTE II

Capítulo 4 – Agenda de investigação

Figura 10 - I&I Inclusão Social e Cidadania – Prioridades temáticas



Ciência e cultura científica, educação, qualificações e emprego, mobilidade, informação e comunicação e exercício da cidadania são domínios de inegável relevância social, diversos, nas suas especificidades, mas com afinidades e interconexões entre si. Perante esta constelação complexa, colocam-se um conjunto de desafios sociais que se prendem com o exercício da cidadania e das justças social e espacial, que se podem garantir ou impossibilitar através da **relação de acesso, de apropriação e de criação** que se estabelece com um conjunto de recursos sociais, económicos, culturais, políticos e geográficos.

Importa, a este respeito, avançar na investigação aprofundada e atualizada a este respeito, contribuindo para identificar e explicar as diferentes formas de injustiça social e espacial que têm como base desigualdades de carácter multidimensional (classe, género, geração, etnia, deficiência...) e que, frequentemente, se reforçam mutuamente. Estes aspetos têm incentivado pesquisas inter e transdisciplinares, assim como possíveis soluções de inovação social face aos problemas existentes. Convém relembrar que uma agenda para a investigação neste domínio não pode ignorar que a Ciência,

sobretudo por via do *mainstream científico*, tem contribuído para tornar invisíveis determinados entendimentos e visões de mundo e impor outros como universais.

Já as políticas públicas devem ser capazes de estabelecer alianças com o sistema de produção científica, contribuindo para dar uma resposta mais informada e mais justa aos desafios da inclusão e da cidadania, para além de ser crucial que se mantenham vigilantes face à emergência e evolução dos défices sociais e territoriais nestes domínios.

Numa sociedade com desigualdades, algumas estruturais e antigas, a disponibilização dos recursos económicos, sociais, culturais, territoriais, digitais e políticos deve assentar no princípio da igualdade de acesso, de compreensão, apropriação e produção.

Tratando-se de uma agenda para a Inclusão Social e a Cidadania, esta assume, necessariamente, uma preocupação central com pessoas e grupos que se encontram em situações que geram vulnerabilidade. As fontes de vulnerabilidade e exclusão são múltiplas e, muitas vezes, existem em intersecção complexa. Poderão ser pessoas vulneráveis as pessoas em desvantagem sócio económica, as pessoas idosas, as pessoas de minorias étnicas ou com deficiência, as pessoas que vivem em territórios inóspitos, pouco acessíveis e periféricos socialmente. Esta condição territorial pode, entre outras, limitar escolhas, acesso a direitos como a saúde ou a educação e aumentar a situação de risco, reforçando a desigualdade e a marginalização. No que diz respeito à inclusão na sociedade do conhecimento, as várias vulnerabilidades, e o modo diferenciado como podem constituir um obstáculo ao acesso, utilização e produção de conhecimento, terão que ser abordadas por políticas também elas diferentes.

A preocupação com as pessoas e grupos vulneráveis que esta agenda explicita é acompanhada por uma outra preocupação, de carácter ético, que procura não colocar em situação ainda de maior vulnerabilidade estas pessoas, quer utilizando uma linguagem que reforce estereótipos ou que traduz viés inconsciente, quer ignorando que não se trata aqui apenas de discutir oportunidades ou obstáculos ao acesso ao conhecimento, mas de chamar a atenção para a criação de oportunidades de participação, produção de conhecimento e a criação de plataformas de reconhecimento de saberes que as populações numa situação de vulnerabilidade, de forma estrutural ou conjuntural, detêm.

Para isto é necessário (re)construir e produzir indicadores, aproveitando as oportunidades associadas aos *big data* e às novas tecnologias de informação, implementando processos de recolha indireta e direta, com participação dos interessados, de modo a sustentar e monitorizar devidamente políticas, estratégias e ações.

Finalmente, convém assinalar que a condição de vulnerabilidade, ainda que seja em muitos casos estrutural, não afeta da mesma forma todos os indivíduos do mesmo grupo considerado vulnerável. É necessária uma perspetiva de interseccionalidade (Crenshaw, 1989; 1991) para melhor se estudar e compreender as desvantagens, o privilégio e a distribuição de poder, o acesso aos recursos e a capacidade de controlo sobre as suas vidas (Zimmerman, 2000; Zimmerman & Eisman, 2017), configurados em processos e percursos de *empowerment*.

4.1 – Subtema 1: Inclusão na sociedade do conhecimento

O conhecimento é um elemento fundamental nas dinâmicas da organização social, nos processos de mudança e na estruturação da existência humana. Uma vez que **o aumento do conhecimento não se tem traduzido numa diminuição da injustiça social, cultural, espacial e cognitiva**, a melhoria do seu acesso implica que se criem soluções que o tornem utilizável por todas as pessoas e, que a partir de um lugar-comum, se desenvolvam **competências globais e coletivas para criar esse conhecimento**. Este

caráter coletivo de produção e de acesso ao conhecimento mostra como os grupos têm uma influência sem precedentes na mediação da nossa relação com o conhecimento disponível, não apenas no âmbito do Estado ou da academia. Acredita-se que as gerações mais jovens estão já mais atentas e participativas naquela que é uma inteligência e conhecimento coletivo, trazendo desafios para várias esferas, desde a economia à ciência ou à educação. No entanto, a capacidade de reconhecimento, de participação, de produção e benefício do conhecimento que se produz não está ainda ao alcance de todos e todas. De facto, basta pensarmos em grupos ausentes da História, ficando invisíveis ou visíveis apenas em determinados segmentos da sociedade humana: as mulheres, minorias étnicas, mas também as crianças. Assim, esta agenda pode contribuir para influenciar as práticas de investigação, mas também as de outros sectores, como os media ou as tecnologias, acerca da necessidade de uma reflexão sobre o modo como, através do conhecimento que produzimos, vamos colocando determinados grupos, como as mulheres, em posições epistémicas de subordinação (Code, 2000). Donna Haraway e Sandra Harding, através das teorias do *standpoint*, conhecimento situado, têm vindo a chamar a atenção para estas questões que se podem aplicar a outros grupos discriminados para além das mulheres (Haraway, 1988; Harding, 1991; Harding, 2003). Esta situação de subalternização tem impacto em outras esferas da vida social como a igualdade no trabalho e no emprego, sub ou sobre-representação em áreas de formação profissionais, etc.

Importa, assim, melhor compreender o modo como **diferentes redes em que nos movimentamos coincidem, dialogam ou se cruzam** fazendo, por exemplo, com que universos de aprendizagem não lineares, mas ao longo da vida e de aplicação profissional em permanente mutação, existam num ambiente de comunicação. Importará, assim, alargar o âmbito da chamada literacia clássica, desafiada também por este novo entorno digital, simultaneamente síncrono e assíncrono, em que produção e consumo, ora se distinguem, ora se fundem.

A Literacia mediática ganha, neste enquadramento, uma relevância crucial, apresentando-se como espaço de reforço de uma **cidadania mais ativa e completa**, em que a relação com os conteúdos se promove através de uma dinâmica de acesso, análise, avaliação, apropriação e criação. A inclusão é essencial para a **vitalidade de um conhecimento** democrático. Na verdade, a interação política toma como ponto de partida o reconhecimento e a inclusão (Enslin & Ramírez-Hurtado, 2013). Esta inclusão, que se fortalece quanto mais forte for uma educação para a cidadania, assegura-se no reconhecimento e dignificação de um leque de competências diversificadas, tais como afetivas, relacionais, motoras, cognitivas, e de valores e crenças que contribuem de igual modo não só para a inclusão social como para o desenvolvimento humano no âmbito de uma sociedade do conhecimento.

Uma agenda para a inclusão deve conter preocupações em torno da relação entre **produção de conhecimento e cadeias de valor globais** que, muitas vezes, privatizam o conhecimento gerado por financiamentos públicos. O pouco controlo que quem faz investigação tem do acesso público ao conhecimento que produz convive com uma proletarização do seu trabalho e poucas oportunidades de se desenvolverem trajetórias intelectuais sustentadas pela produção de conhecimento de ponta e inovador. Assim, uma agenda para a inclusão na sociedade do conhecimento deve conter linhas de ação que consigam criar condições para o **reinvestimento local** dos recursos e talentos, no sentido da criação de bens comuns e de uma riqueza coletiva que beneficie a população em geral.

Tendo em conta a posição geoestratégica de Portugal na Europa, na qualidade de porta de entrada/saída para outros espaços culturais, e no eixo Atlântico Norte/Atlântico Sul, colocam-se desafios que fomentam uma cultura de acolhimento e, nesse sentido, a cultura assume-se como espaço de humanização, de intervenção social e de promoção do saber e do conhecimento. No contexto que

aqui nos interessa focar, reconhece-se a relevância de uma investigação que produza conhecimento situado, ou seja, que recolha questões e desafios sociais, tomando também como eixo norteador o acima referido posicionamento de Portugal.

O conhecimento deve servir para uma **maior compreensão e monitorização dos problemas sociais, para o desenho de respostas pertinentes** e para saber recolocar questões que nos ajudem a definir e promover o Bem Comum, que não tem uma única definição mas que se pode reger por diferentes princípios de justiça até em conflito entre si (Boltanski & Chiapello, 1999; Boltanski & Thévenot, 1991), mas, no presente contexto, enquadrados nos objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável da ONU²⁵ e nos pilares dos direitos sociais²⁶.

Assim, regemo-nos por uma agenda de investigação que possa ser capaz de:

- Ativar a **capacidade crítica** sobre a natureza do conhecimento e seus campos de força, nomeadamente ao que conta como conhecimento e à legitimação da pessoa que conhece (Code, 2000).
- Ativar o **caráter partilhável** do conhecimento e adoção dos pressupostos da Ciência Aberta.
- Ativar processos **de equidade no acesso e na produção de um conhecimento crítico e comprometido** com a inclusão social.
- Ativar o **diálogo intercultural através da participação** na sociedade do conhecimento.
- Ativar a **reciprocidade assimétrica**, através do **investimento em multiliteracias** e na cultura como espaço de humanização e diálogo intercultural.
- Ativar **processos coletivos de construção de conhecimento** que valorize e ponha em diálogo saberes experienciais.
- Ativar o acesso ao conhecimento através de uma **escola enriquecida pelas humanidades**, artes, desporto.
- Ativar no contexto escolar e outros contextos educativos regiões periféricas do conhecimento para a **construção de sentidos partilhados**.
- Ativar dispositivos e **práticas sistemáticas de reconhecimento, e monitorização** de problemas sociais para um maior aprofundamento do conhecimento e uma maior visibilidade das desigualdades.
- Ativar **oportunidades inclusivas para determinados grupos de pessoas**, como cidadãos com deficiência, grupos étnicos minoritários ou mulheres, de modo a poderem beneficiar do conhecimento produzido, mas também serem reconhecidos pelo conhecimento científico que produzem.

4.1.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Os diferentes desafios que a seguir se apresentam apontam, em síntese, para uma agenda de investigação que pode assumir como prioridades:

- Estudar **novos modelos de representatividade** e exercício de poder, na produção, acesso e apropriação do conhecimento.
- Reconhecer **novos atores, setores, dinâmicas, fenómenos** sociais e tecnologias na produção de

²⁵ <https://www.ods.pt/ods/>

²⁶ <https://publications.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/ce37482a-d0ca-11e7-a7df-01aa75ed71a1/language-pt/format-PDF/source-65018159>

conhecimento.

- Explorar **mecanismos inclusivos de partilha e apropriação** de conhecimento com qualidade, nomeadamente formas colaborativas e de trabalho em rede.
- Organizar o **conhecimento disponível de modo a torná-lo partilhável** e passível de ser apropriado por todos/as.
- Estudar **formas emergentes de desigualdade** no acesso ao conhecimento.
- Estudar a **persistência de desigualdades** no acesso ao conhecimento, nomeadamente as de género, as de base étnica, orientação sexual, deficiência ou doença, que impeçam uma plena participação e cidadania e que, sobretudo, levam a perdas de desenvolvimento social, cultural e económico.
- Estudar **processos inovadores para a compreensão e monitorização** dos problemas sociais e para o desenho de respostas pertinentes e operacionais no domínio do acesso à denominada sociedade do conhecimento.
- Apoiar projetos que **promovam e protejam a diversidade** linguística, cultural e artística do país e integrem o seu património simbólico.
- Estudar **novos modelos de educação e formação que favoreçam a reflexão crítica e criativa e uma ação eticamente comprometida** com a inclusão social.
- Estudar **modelos curriculares e pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento da participação** de jovens e crianças.
- Estudar **modelos de formação de docentes e outros profissionais de educação, também ao nível do Ensino Superior, sensíveis à inclusão das diversidades e no sentido de desenvolver competências interculturais** (Silva & Silva, 2018). A inclusão de uma dimensão ética na formação pedagógica de docentes e outros profissionais no Ensino Superior é fundamental para uma educação mais inclusiva e o reconhecimento do potencial das diversidades e das diferenças.

Eixo 1. Conhecer a natureza do conhecimento: a expansão, a diversidade e a imprevisibilidade do conhecimento, novos/as atores/as e processos

A sociedade do conhecimento na contemporaneidade traz novos desafios para a questão da inclusão social e que compreendem a emergência de modos de produção tecnocientífica aos quais estão associados novos/as atores/as sociais, novos contextos, novos interesses, novas linguagens e lógicas. A investigação 'pós-normal' assenta em "pressupostos de **imprevisibilidade**, controle incompleto e uma pluralidade de perspetivas legítimas", produzindo um conhecimento cada vez mais transdisciplinar, sensível ao contexto e comprometido com o pluralismo e politeísmo metodológico (Funtowicz & Ravetz, 1993; Bourdieu & Wacquant, 1992). Similarmente, Gibbons e colegas (1994) descrevem um novo modo de produção tecnocientífica que designam como "modo 2" e cujas principais características são: o facto de ser um conhecimento produzido cada vez mais nos contextos de aplicação, tendencialmente transdisciplinar, criado além do contexto universitário e que supõe uma maior reflexividade, quer por parte de participantes, quer por parte de determinadas camadas dos públicos em geral. Pressupõe, assim, uma maior **consciencialização das implicações sociais da ciência e da tecnologia**, antecipando partes do futuro, tornando-nos assim também responsáveis pelo que está por vir (Selin, 2008). É importante, contudo, assinalar não apenas os novos movimentos de produção e de suporte do conhecimento mas ainda compreender modos de os integrar com outros, como será o caso do

aprofundamento reflexivo a partir da leitura e da escrita dos clássicos da literatura e da filosofia, mas também com o simbólico e o imaginário.

Neste alinhamento, considera-se prioritário:

- Analisar o **impacto dos novos/as atores sociais envolvidos/as** na produção e financiamento do conhecimento científico, questionando agendas que excluem ou incluem temas, abordagens e identidades.
- Estudar **co-produções e co-autorias de conhecimento**, e processos de construção de inteligências coletivas.
- Compreender o modo como as **várias apropriações das tecnologias digitais** e da digitalização têm influenciado o processo de construção do conhecimento científico, a comunicação entre os investigadores/as, os vários *stakeholders* e a disseminação.
- Analisar o modo como as **tecnologias digitais, o pensamento computacional** e os grandes dados podem **potenciar mudanças sociais**, na criação de novas subjetividades, nas próprias dinâmicas e coesão social.
- Analisar diversos **“imaginários sociotécnicos” em disputa** e o modo como estas visões do progresso científico e tecnológico são comandadas por pressupostos acerca dos futuros coletivos e do bem comum (Jasanoff & Kim, 2013).
- Estudar como se podem **integrar novas formas de produção do conhecimento com outras, mais clássicas**, que têm vindo a perder protagonismo, no campo das artes, da história, literatura ou filosofia que são constitutivas de uma matriz cultural e identitária.
- Estudar o modo como **determinadas formas de conhecimento com menor autoridade epistémica**, apenas ocupam espaços marginais das formas *mainstreaming* de produção de conhecimento.

Eixo 2. Desenvolver e potenciar mecanismos e contextos para (aprender a) partilhar o conhecimento: a democracia comunicativa e participação democrática mais crítica

A natureza partilhável do conhecimento é potenciada pela importância crescente das tecnologias digitais que vieram alterar os processos de produção, distribuição e do próprio significado do conhecimento. A teoria da democracia comunicativa chama a atenção para as diferenças e os poderes a elas associados (Young, 2000). A internet e as tecnologias digitais potenciaram uma hiper-circulação da informação e aumentaram a acessibilidade da mesma. Contudo, tornaram também a informação mais fragmentada e mais desconectada das fontes originais. Este contexto digital pode facilitar a comunicação horizontal policêntrica e abrir **novas possibilidades de participação democrática** (e.g. Castells, 2010; Tapscott & Williams, 2006), em que os consumidores se tornam também produtores e distribuidores (Wonders, Solop & Wonders, 2012). Nem todos estarão em condições de participar nas e beneficiar das práticas de construção de sentido proporcionadas pelo mundo digital, sendo, por isso, delas excluídas, e tornando-se-lhes cada vez mais difícil a ‘sobrevivência’ nesse **multifacetado mundo das multiliteracias**. Tendo em consideração estas preocupações aponta-se como relevante:

- Estudar o modo como diferentes atores/as sociais desenvolvem estratégias para **procurar conhecimento**, bem como quais podem ser as consequências para pessoas ou organizações de terem poucos recursos para uma maior capacidade de participação e inovação.
- Estudar **novos modelos de comunidades de aprendizagem** que incluam outros/as protagonistas e em contextos improváveis e que se organizem em termos de partilha de conhecimento.

- Estudar **novos formatos/plataformas/experiências de comunicação** que promovam **fluxos alternativos de produção e de disseminação de informação** e conhecimento e que se constituam como agentes ativos de inclusão.

Eixo 3. Investir na literacia para a interculturalidade do/no conhecimento, nomeadamente com o impulso das artes e humanidades ou do desporto.

A defesa do diálogo intercultural, e da **literacia para a interculturalidade do conhecimento**, enquanto promoção da coesão social, implica responder a diferentes desafios. Por um lado, investigar e estudar as formações culturais e discursivas construídas sobre as culturas migrantes e a própria **autorrepresentação** dessas culturas em espaço português (europeu). Por outro lado, implica analisar a ligação entre **representações culturais** das pessoas migrantes na sua heterogeneidade, sobretudo nos media, na literatura e nas artes portuguesas em geral, a ideologia e contexto de relacionamento histórico-cultural entre as culturas em contacto/confronto. Fazendo isto poderá ser possível compreender as relações de poder entre culturas e **desenvolver práticas de acolhimento** mais direcionadas, que tenham em conta as especificidades de cada comunidade migrante ou social e culturalmente marginalizada. Deste modo, considera-se relevante:

- Analisar o funcionamento e o **impacto das trocas** (simbólicas, políticas, económicas) entre culturas, no plano tanto sincrónico como diacrónico, a fim de melhor intervir na construção prospetiva de um **intercâmbio produtivo entre culturas**.
- Estudar as representações culturais dos diversos grupos humanos que partilham o espaço português (europeu), no sentido de **desconstruir estereótipos** (de género, étnicos, em relação à deficiência, orientação sexual ou identificação de género), colmatar falhas de comunicação e de conhecimento e que muitas vezes dão origem a discursos de ódio e racismo.
- Conhecer **práticas e códigos culturais e estratégias** de comunicação específicas de um grupo cultural para criar formas de uma literacia intercultural, acessível como benefício a todas as pessoas.
- Identificar dinâmicas que contribuam para a **autonomia das pessoas na sua diversidade** e diferença.
- Estudar **práticas de mediação intercultural a nível local** que contribuam para a construção de comunidades social e territorialmente mais coesas.
- Investigar políticas nacionais e europeias, bem como **práticas de educação intercultural em contextos de educação formal e não formal**, considerando a nova epistemologia que lhe subjaz e suas implicações metodológicas e éticas.
- Desenvolver o estudo **comparado e interdisciplinar** das produções culturais emergentes no espaço português, dando simultaneamente corpo e visibilidade a protagonistas, continuidades e singularidades, ruturas e diferenças.
- Investigar **novas regiões de inclusão**, em que as tecnologias são utilizadas não como instrumentos normalizadores e mediadores de julgamentos, mas como inspiradoras de novas formas de concetualizar processos criativos, funcionando como suportes capazes de acolher diferentes tipos de contributos e disposições.

Eixo 4. Investir na escola enquanto espaço privilegiado de acesso a conhecimento e plataforma de interculturalidade

É universalmente reconhecido que a educação está no epicentro da construção de uma sociedade mais justa, sendo das ferramentas mais poderosas no combate à pobreza e às diferentes formas de desigualdade. Contudo, o seu papel de desenvolvimento social, de democracia e de justiça só se torna efetivo se forem asseguradas **condições de acesso e de usufruto verdadeiramente universais e inclusivas**, acolhendo desafios físicos, culturais, económicos, sociais e que integrem as novas realidades sociopolíticas e transformações do mundo atual. Uma **escola dotada de flexibilidade e diversidade**, que não exclua, mas que procure integrar as pessoas ao longo da vida, pondo em **contacto colaborativo e participativo** indivíduos de origens diversas, em projetos agregadores e significantes, equilibrando as novas tecnologias e formas de aprender mais humanísticas e humanizadas, traduzir-se-á em menos abandono e **insucesso**, acolhendo desafios físicos, culturais, económicos, sociais e éticos. A promoção de uma escola inclusiva e o reconhecimento da sua relevância para a inclusão social aparece agora refletida, como prioridade governativa, no Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho.

Para se seguir este propósito, considera-se relevante:

- Conhecer, **reconhecer e replicar** em educação e formação abordagens prometedoras que estejam comprometidas com inclusão social e cultural.
- Estudar dimensões emocionais e éticas de ensino, bem como o **impacto das metodologias colaborativas** e participativas e da formação emocional na relação de jovens com o conhecimento.
- Reconhecer as **humanidades, as artes e o desporto** enquanto formas de promover a educação para a justiça, a cidadania, a diferença e a democracia (Enslin & Ramírez-Hurtado, 2013), indispensáveis na construção da coesão social, contribuindo para soluções e respostas diferenciadas a vários problemas sociais.
- Estudar e **consolidar saber sobre as artes** no seu potencial criativo e de interação entre o desenvolvimento emocional e cognitivo, mas também pela forma integradora como trabalham diferentes expressões, mobilizam múltiplos conhecimentos e estimulam práticas coletivas.
- Estudar **práticas de educação e mediação intercultural nas escolas**, em todos os níveis de ensino, que favoreçam uma ação concertada e colaborativa entre os diversos atores sociais internos e externos.
- Estudar e desenvolver **modelos de formação de professores que promovam uma educação intercultural** - um conhecimento e reconhecimento mútuo e uma construção conjunta do comum.
- Estudar a **persistência de estereótipos, nomeadamente de género**, desencadeadores de desigualdades e condicionando e limitando rapazes e raparigas nas suas escolhas.

4.1.2. Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A cultura é uma das áreas de intervenção da União Europeia que serve o interesse social e ajuda a formar para uma cidadania ativa. Na última década, a UE tem investido na conservação e democratização do acesso ao património cultural comum europeu, apoiando e promovendo as artes e as indústrias criativas, a par de uma política social de inclusão e de proteção das liberdades individuais dos/as cidadãos/as da Europa.

Em Portugal, e em linha com a política de promoção e proteção do património cultural comum europeu, vigoram, sob iniciativa privada (sobretudo fundações) e pública (em que as universidades começam a emergir como atores socioculturais), programas de apoio à recuperação e internacionalização do **património histórico-cultural** de origem ou de influência portuguesas, assim como a projetos que

exploram as artes como meio de intervenção social. Financiam-se, de igual modo, atividades de formação e apoio à integração de comunidades migrantes com base em respostas de promoção do diálogo intercultural. No entanto, e preservando o posicionamento e ponto de observação estratégicos de Portugal, um diálogo intercultural eficaz impõe o cruzamento e combinação entre política cultural e política social. Essa complementaridade é fundamental para compreender a história do relacionamento e estado das relações entre as culturas em contacto/confronto, de modo a que se possa atuar de forma informada e em respeito mútuo pelas diferenças.

Nos últimos anos, a neurociência, em particular com o trabalho desenvolvido por António e Hanna Damásio (2006), tem permitido compreender o funcionamento do cérebro humano e da mente, iluminando de uma forma única a interdependência entre cognição e emoções e estabelecendo uma relação entre cultura e biologia. Vários estudos realizados no *Brain and Creativity Institute*²⁷ põem em evidência o papel das artes, e da música em particular, no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Também a descoberta de diferentes formas de aprender e apreender o mundo, nomeadamente as **múltiplas inteligências** desenvolvidas por Howard Gardner (lógico-matemática, linguística, musical, espacial, corporal-cinestésica, intrapessoal, interpessoal, naturalista, existencialista), têm de ser incorporadas na definição de um modelo de escola inclusivo, de modo a não privilegiar, ou anular, determinada forma de aprendizagem em detrimento de outras, sob o risco de se construir um espaço de exclusão educativa contrário aos objetivos a que a escola se propõe.

Nas últimas décadas as **práticas artísticas como ferramentas para a inclusão social** têm despertado um interesse crescente. Com enfoque em práticas ou dinâmicas colectivas como um espaço privilegiado para o trabalho com comunidades em situação de maior ou menor vulnerabilidade, com processos mais ou menos marcados de desafiliação (movimentos migratórios, os desalojados, comunidades escolares de intervenção prioritária, marcadas por insucesso e o abandono escolar, etc.).

Assim, tendo sido a evolução tecnológica, e dos restantes domínios científicos, uma realidade é necessário que a inovação social integre todos aqueles desenvolvimentos de forma justa e ajustada. A componente de inovação poderá residir na integração de dimensões com sensibilidade local e comunitária, quer na identificação de problemas, quer na procura de interpretações mais compósitas e de proximidade.

4.1.3. As questões-chave para uma agenda de investigação

As dinâmicas acima apontadas não são do conhecimento de uma parte significativa das pessoas, não havendo consciência do impacto que têm ao nível das suas vidas. Por outro lado, são processos que determinam agendas de investigação, de distribuição e acesso do conhecimento produzido e de definição dos seus circuitos. Uma sociedade do conhecimento só será verdadeiramente inclusiva quando for capaz de valorizar diferentes formas de ser e experiências, a expressão pessoal e a interação social e de criar oportunidades para todos e todas, bem como:

- Serem capaz de atingir, manter, e **melhorar as suas aptidões e competências**.
- Demonstrarem **competências para o desempenho** de uma variedade de atividades valorizadas socialmente.
- Demonstrarem um **comportamento pessoal e social de respeito** por si próprio e pelos outros.

²⁷ Estudo na University of Southern California, dirigido por António Damásio.

- Poderem **participar regularmente na comunidade** em atividades socialmente úteis e reconhecidas.

Com o interesse em aprofundar o conhecimento sobre esta complexidade, consideram-se como **questões-chave**:

- **O conhecimento sobre a realidade social em mudança**, nomeadamente sobre: novos modelos de representatividade e exercício de poder, também nas dinâmicas de acesso e apropriação do conhecimento, face à necessidade de um novo contrato social; estratégias de acolhimento, convivialidade e integração de grupos socioeconomicamente e culturalmente desfavorecidos e novas minorias; novos esquemas de desigualdade gerados pelas tecnologias e os riscos do *digital divide*; processos inovadores no acesso e no aproveitamento do *big data* para a compreensão e monitorização dos problemas sociais e para o desenho de respostas inteligentes para esses problemas; modelos de gestão de desempenho e impacto social.
- A transferência, articulação e **comunicação de saberes para potenciar a inclusão** em diversas formas de conhecimento: aprofundar as relações entre a investigação da neurociência nas artes (música em particular) e a implementação das mesmas no ensino, promovendo uma formação global, em que as artes como *saber fazer* e *saber conviver* desempenhem um papel fundamental.
- O desenvolvimento de **plataformas sociais em que a arte, as humanidades, o desporto e as tecnologias** possam contribuir na sua interseccionalidade para a mudança social. Alguma resposta pode ser dada através do estudo de programas em curso, analisando resultados e impactos (Matarasso, 2015).
- Considera-se fundamental a **integração da atividade física e desportiva** aqui, atribuindo-lhe um papel fundamental a par da música e da dança, na mudança da imagem negativa existente sobre as pessoas em situação de risco e de exclusão. Segundo o *SDPIWG - ONU2008*, o desporto é um meio ideal para aumentar a socialização, a independência, o empoderamento e a inclusão contribuindo para a alteração da sua imagem social como seres passivos, inactivos, com falta de capacidade de participação na vida social de uma comunidade.
- O **desenvolvimento da reflexão em Ciência e Desenvolvimento num modelo coletivo e de reciprocidade**: através de aprendizagens mútuas, envolvimento em práticas coletivas; explorando e criando inteligências coletivas para imaginar futuros coletivos, aspeto que sai reforçado da consulta pública realizada no âmbito desta agenda.
- O **apoio a projetos e soluções que promovam e protejam a diversidade** linguística, cultural e artística que compõe a moldura social do país e integra o seu património simbólico, tornando-a visível e acessível a todos e assumindo-a como expressão de uma condição cosmopolita e humanista, crucial ao exercício responsável de uma cidadania global e de hospitalidade cultural (Cronin 2006; Inghilleri 2017). Tal apoio contribuirá ainda para o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o conceito de identidade nacional e sobre as suas configurações, representações.
- Desenvolvimento de iniciativas que alimentem a **relação crítica e equilibrada entre a inovação social e o desenvolvimento da tecnologia**.

4.1.4. Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Neste ponto, o grupo peritos considerou como fatores críticos:

- Dificuldade em se reconhecer os **lugares diferenciados a partir dos quais se acede ao conhecimento**, em termos de poder e de competências para a utilização de ferramentas que supostamente estão disponíveis para todos/as.
- Frágil conhecimento sobre o real impacto da incapacidade de aceder ao conhecimento nos processos de inovação social.
- Crença de que a divulgação do conhecimento é suficiente para que se torne mais inclusivo e **incerteza sobre se o conhecimento produzido e disseminado** atingiu os objetivos que se desejavam.
- A **sobrevalorização dos valores, atitudes e crenças dos grupos sociais dominantes** e majoritários existentes em relação aos dos grupos minoritários.
- Supremacia atribuída às **competências cognitivas em detrimento das competências sociais, emocionais, éticas, relacionais, motoras, metacognitivas**.
- **Vazios comunicativos**, lacunas de informação e conflitos identitários, que põem em causa a coesão e a segurança sociais.
- A complexidade tecnológica, e mesmo do conhecimento, não ser ainda acompanhada de uma maior **complexidade na mudança social**.
- A **perpetuação de estereótipos sobre determinados grupos de pessoas** (mulheres, minorias, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQI) tornando-se um impedimento à participação e à cidadania.

4.2 – Subtema 2: Proteção Social, rendimento e emprego

Neste subtema, os desafios propostos assumem uma variabilidade que se apresenta a partir de considerações gerais e abstratas sobre os sistemas de segurança social e se configura em domínios concretos que carecem de desenvolvimento e aprofundamento em termos de uma agenda global de investigação que vá para além do mero diagnóstico e descrição das situações. Procura-se potenciar a capacidade de intervenção e adoção de critérios quantitativos e qualitativos de suporte à mudança social. Deste modo, foram identificados **dezassete desafios** e objetivos de desenvolvimento estratégico que foram agrupados em **três eixos** em consonância com os componentes associados ao subtema.

4.2.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Eixo 1: Sistemas de proteção e segurança social

Neste eixo foram identificados dois temas chave associados ao funcionamento e sustentabilidade dos sistemas de segurança social; um sobre a sua capacidade de assegurar **níveis de rendimento** que proporcionem a autonomia e a autodeterminação individual e, um segundo, incidindo sobre os **perfis de rendimento** e a perpetuação dos níveis de pobreza da população com especial relevância para as indivíduos e/ou grupos em situações de vulnerabilidade acrescida, bem como as suas implicações nos sistemas de prestações e benefícios sociais.

Eixo 2: Dinâmicas abrangentes e inclusivas de Emprego

Foram para este eixo identificados três desafios relacionados com as **mudanças** nos perfis e nas formas de **regulação do mercado competitivo de trabalho** com impactos determinantes nas dinâmicas de emprego, desemprego que geraram novos fenómenos de precariedade.

Neste âmbito, foi também considerado relevante a identificação e caracterização das **novas formas de**

trabalho e a sua relação com as **mudanças tecnológicas**, bem como os desafios da inserção e manutenção no mercado de trabalho ao longo do percurso de vida.

Eixo 3: Sistemas de Intervenção, Capacitação e Acompanhamento no Percurso Vital

Este foi o eixo onde se verificou uma maior profusão e diversidade temática de contributos (onze, no total) no que concerne os desafios e objetivos identificados. Mesmo assim, reconhece-se que estes não esgotam as possibilidades e interesses de investigação que assumem como elemento comum o da promoção das capacidades e da relevância do aprofundamento da integração social.

A procura da **melhoria global das condições de saúde ao longo da vida** emerge como tema abrangente, tendo os peritos identificado questões específicas associadas com a **literacia da atividade física**, o **envelhecimento ativo** ou a **independência funcional das pessoas idosas**, realçando-se a relevância do estudo das trajetórias no sentido de documentar os percursos vitais dos indivíduos e as narrativas contextuais associadas.

No domínio da **inclusão social das pessoas com deficiência** considera-se crucial questionar a medicalização e o silenciamento das experiências desta população em favor de uma visibilização das estruturas de opressão social e de institucionalização de longo-prazo e de propostas transformativas de *empowerment* e participação cívica e na (in)formação ativa de políticas públicas promotoras da sua efetiva liberdade de escolha e integração.

A questão da **participação cívica e política** merece-nos especial consideração também no que se refere à população migrante. Ainda que em termos de políticas de integração de migrantes Portugal apresente bons resultados, há esforços necessários a fazer para aumentar a participação e a visibilidade política das pessoas migrantes (Costa, 2015).

Deste modo, emerge a **relevância da adoção de um modelo social**, enquanto instrumento heurístico, com a capacidade de revelar as barreiras sociais e atitudinais responsáveis pela opressão e exclusão das pessoas com deficiência. Por outro lado, os usos do modelo social deverão ser capazes de aprofundar as reais implicações e aplicabilidades do conceito de direitos humanos. O desafio é, assim, o de efetivar o direito das pessoas com deficiência viverem em ambientes em que não sejam subjugadas pelas lógicas da dependência, do cuidado familiar ou das soluções oferecidas em contextos institucionais que, sem atenderem às suas especificidades, as colocam numa situação de vulnerabilidade impedindo-as de tomar decisões em relação às suas próprias vidas.

No âmbito da ligação entre o sucesso educativo, a inclusão e mobilidade sociais, o desafio é o de aprofundar o financiamento e suporte dos sistemas educativos em ligação mais próxima com a comunidade com base em **critérios de qualidade e co-empowerment** dos vários intervenientes.

Algumas situações de extrema pobreza e injustiça social, como o caso persistente e prevalente das pessoas em situação de sem abrigo, implicam o desenvolvimento e generalização de **soluções habitacionais integradas** e com suportes especializados para potenciar a plena integração comunitária.

A **violência interpessoal**, com particular incidência na violência contra as mulheres, crianças e pessoas idosas tem forte impacto no percurso vital, pelo que o desenvolvimento de sistemas proactivos, com base em evidência científica em termos da prevenção e a capacidade de resposta articulada permanecem como um desafio que carece de aprofundamento e demonstração de eficácia de resultados.

4.2.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos 10 anos

O debate científico sobre o sistema de proteção e segurança social, não tem sido desenvolvido apesar da publicação de alguns estudos sobre o modelo de *welfare State* e a sua sustentabilidade. Considerando o contexto da crise económico-financeira, serão relevantes estudos técnicos com a análise de micro dados sobre segurança social, no sentido de desenvolver a sua flexibilidade e adaptabilidade aos desafios do desenvolvimento, proteção social, promoção da empregabilidade e alterações demográficas e sociais. Importa ressaltar que os estudos sobre as desigualdades de rendimento e pobreza monetária em Portugal demonstraram que as desigualdades continuam a ser estruturais e afetam parte considerável da população portuguesa.

No âmbito do desemprego e da precariedade, importa desenvolver uma agenda multidimensional sobre os fatores geradores de desigualdades, novas formas de pobreza e exclusão social. Será significativo reconhecer que o alargamento da presença tecnológica no mundo do trabalho tem implicações na geração de novas expressões como a economia de plataformas, da partilha, digital, do algoritmo ou ainda a ideia de economia colaborativa que podem ser geradoras de novas oportunidades para a adaptabilidade e a integração no mercado de trabalho ao longo da vida, utilizando mecanismos de suporte adicionais como o emprego apoiado.

Considerando como desígnio a melhoria global das condições de saúde ao longo da vida, a investigação sobre o envelhecimento ativo e os sistemas de suporte à autonomia, emerge como relevante a promoção das capacidades e integração social. Será relevante o estudo de trajetórias individuais e a independência funcional das pessoas idosas e de outros grupos sociais, a prevenção da medicalização e consequente silenciamento das experiências das pessoas, abrangendo também as pessoas com deficiência ou incapacidade, as pessoas LGBTI ou outras procurando promover a mobilidade social através da promoção do sucesso educativo, da prevenção da violência interpessoal, das situações de extrema pobreza/destituição como a prevalência de pessoas em situação de sem-abrigo (p.e. H2020 HOME_EUGA/726997).

Como referido antes, também o aparecimento de observatórios (e.g. Observatório das Desigualdades do CIES/ISCTE ou o Observatório sobre Crises e Alternativas do CES da Universidade de Coimbra), que desenvolvem análises regulares sobre temáticas fundamentais na sociedade portuguesa, não apenas no âmbito estrito da proteção social ou do emprego, mas também em áreas afins (e.g. desigualdades sociais, envelhecimento) proporcionam informação sistemática capaz de contribuir para o desenvolvimento de políticas mais sólidas e informadas no âmbito deste subtema.

4.2.3 Questões chave para uma agenda de investigação

Eixo 1: Sistemas de proteção e segurança social

- Promover a sustentabilidade enquanto sistema público de cariz universalista; o equilíbrio dos regimes contributivo e não contributivo.
- Atender ao aumento do desemprego estrutural e da precariedade laboral e a sua associação às estruturas sociodemográficas (envelhecimento, esperança de vida e fluxos migratórios).
- Desenvolver uma nova geração de políticas sociais que aprofundem a coesão e inclusão social (Rendimento universal; complemento para idosos; alteração do modelo de financiamento da segurança social privilegiando o cálculo das contribuições com base no volume de negócio das entidades empregadoras e não no número de trabalhadores).

Eixo 2: Dinâmicas abrangentes e inclusivas de Emprego

- Estudar as relações que se estabelecem entre os fenómenos do desemprego e da precariedade, incluindo as desigualdades e a produção de novas formas de pobreza e de exclusão social e que afetam persistentemente determinados grupos.
- Estudar as dinâmicas inclusivas e de exclusão social resultantes da robotização/automação e digitalização da economia.
- Reconhecer novas formas de “empreendedorismo” e de autoemprego, coerentes com valores como a autonomia, a mobilidade, a flexibilidade e a realização do(a) trabalhador(a), transformando a precariedade numa opção, sem redução de direitos ou expectativas, mas mais adequada ao estilo de vida e valores da geração Y numa lógica de economia do conhecimento.
- Atender ao facto de que novas formas de emprego podem camuflar muitas formas de precariedade e de subemprego, formas de trabalho de dupla e tripla jornada para obtenção de rendimentos complementares.
- Reinventar os modelos de liderança e formação, nomeadamente tendo em consideração as questões das mulheres; repensar os modelos de avaliação de desempenho, mobilidade e de desenvolvimento da carreira.
- Explorar as vantagens do trabalho à distância, da evolução tecnológica, da externalização funcional e da democratização do conhecimento.
- Atender a expressões de etarismo quer nos processos de inserção da vida ativa (a desvalorização “jovem” na relação salarial), ou na continuidade na vida ativa (“ser-se demasiado velho(a) para determinados trabalhos).
- Analisar as desigualdades intrageracionais (de género, qualificações, raciais/étnicas, orientação sexual e de identidade de género).
- Estudar os processos que perpetuam as desigualdades de género no trabalho e no emprego, nomeadamente sobre o *gap* salarial e o conseqüente impacto social e económico. Inclui-se aqui uma melhor definição de indicadores para que uma mais efetiva monitorização possa ser feita, como é recomendação do *Council of Europe Gender Equality Strategy* (2018) e do Plano de Ação Nacional para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2018).

Eixo 3: Sistemas de Intervenção, Capacitação e Acompanhamento no Percorso Vital

- Modernizar as estruturas prestadoras de cuidados, promovendo a coerência de políticas de gestão de pessoas, de conciliação trabalho família e preparação para a reforma.
- Identificar determinantes e correlatos da literacia da atividade física, durante o crescimento e o desenvolvimento, com modelos prospetivos, incluindo o desenvolvimento de soluções de base tecnológica de apoio à capacitação dos cidadãos.
- Promover a validação de modelos contextuais de literacia da atividade física envolvendo o transporte ativo, o território e a organização dos espaços próximos.
- Desenvolver a investigação nos âmbitos do envelhecimento ativo, prestação de cuidados continuados e paliativos. Suportes às famílias e entre gerações, através do investimento nas soluções de interação virtual.

- Estudar as potencialidades de um modelo social capaz de aprofundar as implicações do conceito de direitos humanos na experiência das pessoas com deficiência e outros grupos em situação de vulnerabilidade acrescida.
- Estudar formas de utilização de tecnologia para a inclusão de pessoas com dificuldades de mobilidade, a robotização dos cuidadores e a generalização das casas inteligentes.
- Promover a autodeterminação das pessoas com deficiência através da identificação dos fenómenos de opressão, vulnerabilização e marginalização com impacto na eficácia das medidas de proteção social existentes e apoiar a sua participação social efetiva.
- Explorar e aprofundar os métodos e técnicas de diferenciação pedagógica integrada nas dinâmicas escolares e comunitárias de promoção do sucesso educativo.
- Promover o *mainstreaming* de políticas públicas sustentadas por investigação multimétodo orientadas para a habitação e integração efetiva das pessoas sem-abrigo na comunidade.
- Prevenir a Institucionalização de pessoas em situação de vulnerabilidade acrescida (institucionalização de longo-prazo de crianças e jovens e/ou internamentos prolongados por falta de respostas de integração na comunidade). Esta proposta implica a redefinição de um paradigma prevalente de tradição institucionalista para um paradigma orientado para a integração social como forma de apoiar as pessoas, grupos ou comunidades com problemáticas estruturais ou conjunturais de integração.
- Implementar programas de prevenção da violência interpessoal para crianças e jovens sustentados em evidência científica e monitorizados através de investigação qualitativa e quantitativa sobre a articulação inter-institucional e a resposta proactiva e reativa eficaz nas situações de violência interpessoal.

4.2.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

A capacidade de **proporcionar financiamento** a projetos de investigação sobre sustentabilidade e adequação do sistema de segurança social, assegurando a acessibilidade responsável a micro dados do sistema de segurança social.

A promoção de **análises multidimensionais** quantitativas e qualitativas sobre emprego, desemprego e precariedade com equipas de investigação multidisciplinares.

O estudo do desenvolvimento dos **sistemas de prestações e benefícios sociais** para responder ao envelhecimento da população (políticas de natalidade e a inserção e comunidades migrantes).

Atualização de **modelos de representação dos trabalhadores**, associativismo laboral, a formação ao longo da vida laboral, valorizando a pessoa sem indexação à sua condição face ao trabalho.

Investigação de formas de **independência financeira** ao longo da vida e a articulação com modelos de governação e práticas de gestão de entidades orientadas para as várias etapas da vida.

Estudos sobre a formação especializada de **profissionais de suporte à integração comunitária**, abrangendo domínios como as tecnologias, os direitos humanos e o desenvolvimento de parcerias.

Aprofundamento do conhecimento de determinantes e correlatos da **literacia da atividade física** e a conceção de estratégias políticas eficazes e ajustadas aos padrões de atividade individual.

O **estudo de trajetórias** orientado para a diminuição da dependência física, a otimização dos processos de aconselhamento e organização dos espaços físicos para aumentar a capacitação.

Realização de estudos sobre os **impactos da medicalização** no silenciamento das experiências das pessoas com deficiência e outras formas de incapacidade e promover a adoção do modelo social da deficiência como estrutura conceptual para o desenvolvimento da investigação. Promover investigação colaborativa das pessoas com deficiência e das organizações representativas das pessoas com deficiência no processo de investigação.

Promover **investigação co-construída** entre a academia e a comunidade sobre inclusão social e mobilidade através do estímulo do sucesso educativo com base em critérios de qualidade no sentido de reduzir os impactos da dependência dos sistemas de segurança social nas gerações produtivas futuras.

Promover investigação sistemática dos processos de integração habitacional e comunitária das **pessoas sem-abrigo** a partir de práticas com base em evidência científica.

Investigar e implementar programas efetivos de prevenção e proteção no âmbito da **violência interpessoal** abrangendo as mulheres, as crianças e os jovens, por ter um elevado impacto em termos dos sistemas de segurança social no que concerne a proteção e intervenção nas situações de crise e nos processos de *recovery* a longo-prazo.

4.3 - Subtema 3: Inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade na democracia

A história do conceito de cidadania é a história da luta sobre a sua definição e sobre quem está incluído. Na sua definição, as visões das pessoas socialmente mais excluídas e mais pobres raramente são ouvidas e muito menos tidas em conta. O grande desafio é, pois, encontrar formas democráticas de participação e de fomento da sua participação na governação. Só desta forma será possível criar justiça social, alterar desigualdades de cidadania nas sociedades democráticas, permitindo que todos os grupos e indivíduos possam exercer a sua voz e ser ouvidos, e que as políticas públicas reflitam as necessidades coletivas.

4.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Partido dos pressupostos enunciados, podemos identificar os seguintes fatores contextuais relevantes para os desafios e objetivos que o nosso país enfrenta até 2030:

- Um contexto de **crise do projeto europeu** de democracia, solidariedade, multiculturalidade e cidadania global.
- Um contexto internacional de **quebra de confiança nas instituições** públicas e políticas, nos partidos tradicionais e seus representantes e na justiça.
- Um contexto europeu e internacional em que as posições, atitudes e **alternativas** políticas, sociais e de construção de cidadania surgem **polarizadas**, opondo por exemplo, ‘europeístas’ a ‘não europeístas’.
- Um contexto internacional onde a **segurança** surge como uma preocupação crescente das pessoas e dos governos, gerando-se uma tensão entre esta e a **proteção de direitos** dos cidadãos.
- Risco crescente dos **meios de comunicação** se tornarem reféns dos poderes económicos.
- Desenvolvimento e universalização do acesso às **tecnologias de informação e comunicação**.
- Na relação com a Europa, Portugal tem estado em contacto com a ação de **movimentos sociais novos**, que lutam contra as desigualdades e marginalização.
- Os mais jovens vão inscrevendo progressivamente nas suas práticas o resultado de um processo de “**individualização**”, que sobretudo nos países do centro e norte da Europa tem vindo a interpelar muitas das práticas tradicionais de vida coletiva.

- Crescente questionamento de estruturas e instituições que eram tidas como seguras e credíveis no passado e acentua-se o **esgotamento do modelo económico europeu**, com o consequente aumento do desemprego.
- **Enfraquecimento do Estado Social** e a falência das políticas e dos partidos tradicionais para resolver os problemas daí decorrentes.

Neste quadro, identificamos **quinze desafios**, agrupados em **cinco eixos**:

Eixo 1: Tecnologia e Informação

- O uso progressivo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e dos grandes dados pelos cidadãos, pelo governo e pelas empresas e o seu impacto ao nível dos direitos dos cidadãos e qualidade da democracia.
- O desenvolvimento e a universalização do acesso às tecnologias digitais constituem um importante recurso para a ativação da cidadania e da participação política. Dispomos já dos meios técnicos para o exercício da ciberdemocracia (sondagens e voto eletrónico, fóruns digitais de debate, interação entre candidatos/eleitores e eleitores em diversas plataformas digitais), mas não estão estudados os riscos e potencialidades que encerram para a participação de cidadãos e cidadãs.
- Um dos desafios reside na forma como as pessoas acedem à informação que baseia as suas decisões políticas e participação cívica. Nesta perspetiva, a capacidade crítica relativamente a conteúdos mediáticos na esfera política, económica, social, cultural e tecnológica pode contribuir para o empoderamento de cidadãos/ãs face a grupos com recursos de poder que lhes permitem a fabricação ou manipulação da realidade.

Eixo 2: Migrações e Exercício da Cidadania

- A difícil inclusão na condição de cidadania de residentes não-nacionais que chegam à Europa em fluxos migratórios ou de pessoas refugiadas e que permanecem num limbo em termos de cidadania, compromete a sua integração política e social e aumenta os riscos de discriminação, fechamento identitário e mesmo de radicalismo.
- A reconceptualização da dimensão psicológica no conceito de cidadania que, apesar de influenciada pelo quadro institucional, vai para além deste, e é um forte preditor da qualidade das relações entre cidadãos autóctones e imigrantes.
- A reconfiguração identitária inerente à crescente diversidade das sociedades atuais. Uma das grandes ameaças à inclusão e participação ativa de todas as pessoas reside precisamente em narrativas políticas de ameaça onde se utilizam representações identitárias separatistas e exclusionistas.
- Em consequência das mobilidades (intra e extraeuropeias), as sociedades são cada vez mais espaços de multiculturalidade, mas crescem os discursos de negação de direitos para os estrangeiros, fechando a cidadania numa conceção baseada na nacionalidade e no *jus sanguini*, contrariando conceções teóricas da cidadania pós-nacional que emergiram em décadas passadas.

Eixo 3: Qualidade da democracia e governação

- Os modelos de governação e, crucialmente, a qualidade da governação e a responsividade democrática. Este é um desafio fulcral nas democracias contemporâneas, como o crescimento de alternativas populistas demonstra. Neste ponto, destaca-se a importância da responsividade democrática: o grau de resposta e correspondência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas.

- Relacionado com a qualidade da governação surgem as instituições. Como o novo institucionalismo tem demonstrado, as instituições influenciam significativamente os resultados políticos, incluindo a qualidade da governação e a própria qualidade da democracia.
- Objeto de reconfigurações substanciais no último meio século, o Estado mantém um papel central no processo de governação e no quadro institucional. Os desafios contemporâneos passam também pela reflexão sobre a natureza do Estado contemporâneo.

Eixo 4: Cidadania inclusiva

- As pessoas em condições de vulnerabilidade têm estado em larga medida arredadas da definição e da vivência do projeto de cidadania nacional, impossibilitadas de exercer os seus direitos de cidadania e de aceder a uma vida autónoma e independente como qualquer outro cidadão. A sua inclusão e a equidade para com estas é um desafio premente para Portugal. As decisões políticas devem ter desde logo o foco em todos; uma sociedade só pode ser inclusiva se as diferentes políticas contemplarem todos os grupos de acordo com as suas especificidades, que serão diferentes consoante os grupos (p.ex. pessoas com deficiência, imigrantes, doentes crónicos, etc).
- Sem perder de vista a necessidade de dar resposta imediata aos problemas sociais resultantes das discriminações sociais, e que poderá acionar uma vertente da investigação mais orientada para o tempo de conjuntura, deve-se também caminhar no sentido do estudo das *causas estruturais* desses fenómenos, que poderão ser a chave para uma resposta e mudança sustentada do problema. Igualmente, o conhecimento das consequências socioculturais e pessoais resultantes das discriminações pode ajudar a compreender os processos sociais de produção e reprodução do fenómeno, para além dos seus efeitos nos vários segmentos e espaços sociais.

Eixo 5: Segurança e Justiça

- As questões de segurança já não devem ser abordadas meramente a partir de uma visão exclusivamente centrada nas dimensões policiais e/ou militares. Na sociedade de risco, globalizada, como aquela em que vivemos, o conceito de segurança tem de ser alargado a outras dimensões. Nomeadamente, as ambientais, económicas, políticas e sociais e culturais, onde a perceção, reflexividade crítica, interesses e ação dos cidadãos e das cidadãs são absolutamente essenciais.
- Produzir um conhecimento sobre segurança, que além dos interesses do Estado equacione a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, nas suas múltiplas vivências em sociedade, tanto nos espaços locais como nos mais globais.

4.3.2 Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

Reconhecimento de que a cidadania é o resultado da luta dos diferentes grupos, classes e movimentos para aumentarem a autonomia e controlo sobre as suas vidas em face das diferentes formas de estratificação, hierarquia e opressão política existentes e de que várias pessoas em condições de vulnerabilidade (p.ex., pessoas com deficiência, doentes crónicos, imigrantes, desempregados, entre muitos outros) têm estado, até agora, arredadas deste processo.

Reconhecimento de que os problemas enfrentados pelas pessoas em condições de vulnerabilidade não são de natureza individual, mas sim de natureza social e resultam de um conjunto de barreiras (físicas, sociais, psicológicas,...) que as oprimem, excluem e impedem de participarem na sociedade e exercerem os seus direitos de cidadania.

4.3.3 As questões chave para uma agenda de investigação

Apresentam-se nesta secção os temas e questões de investigação a desenvolver, estruturados em torno dos cinco eixos acima identificados:

Eixo 1: Tecnologia e Informação

- Relação dos media com os vários tipos de poder e seus efeitos;
- TIC e os grandes dados: os seus efeitos na relação entre os indivíduos e entre os grupos sociais;
- Literacia mediática e participação democrática;
- Mecanismos de (des)informação na esfera dos produtores e consumidores de informação;
- Efeitos do uso de meios de ciberdemocracia e TIC, numa abordagem multinível;

Eixo 2: Migrações e Exercício da Cidadania

- Narrativas de exclusão, movimentos de radicalização e violência; cidadania e inclusão como estratégias de combate à radicalização e violência;
- A reconceptualização da cidadania;
- Direitos culturais de minorias;
- Equilíbrio entre a visão liberal universalizante dos direitos e as propostas do multiculturalismo;
- Participação política dos imigrantes;
- Participação política das comunidades portuguesas na Diáspora;
- Eficácia política no contexto da população autóctone, comunidades imigrantes e emigrantes;
- Padrões de participação política dos “novos portugueses”;
- Valores e atitudes face à cidadania portuguesa;
- Acesso e o exercício dos direitos de cidadania das mulheres autóctones e migrantes;
- A cidadania no espaço lusófono;

Eixo 3: Qualidade da democracia e governação

- Qualidade da democracia;
- Qualidade da governação;
- Responsividade democrática;
- Sistemas partidários e qualidade da democracia/governação/responsividade (QDGR);
- Funcionamento interno dos partidos e QDGR;
- Sociedade civil e responsividade democrática;
- Envolvimento dos cidadãos na política;
- Educação cívica e política;
- Papel das instituições: sistemas eleitorais, mecanismos institucionais de escolha de candidatos, inovação institucional;

- Papel e natureza do Estado no contexto contemporâneo;
- Democracia supranacional;
- Desafios supranacionais;
- Processo de políticas públicas: implementação e avaliação;

Eixo 4: Cidadania inclusiva

- Fenómenos de opressão, vulnerabilização e marginalização das pessoas em condições de vulnerabilidade;
- Inclusão cívica e participação política das pessoas em condições de vulnerabilidade;
- Acesso e exercício dos direitos de cidadania das pessoas em condições de vulnerabilidade em Portugal;
- Autonomia, auto-determinação e participação das pessoas em condições de vulnerabilidade;
- O exercício da cidadania como um instrumento de integração e de coesão social;
- Discriminação de género no acesso aos cargos de direção política, económica, organizacional, a nível local, nacional e supranacional, no setor público, privado e terceiro setor;
- Violência contra as mulheres e de outras pessoas vítimas de violência de género;
- Para uma sociedade pós-identitária. Como construir novas identidades sociais mais centradas na pessoa e menos nos atributos sociais e culturais?

Eixo 5: Segurança e Justiça

- Relação dos cidadãos com a justiça;
- Relação da justiça com os vários tipos de poder (económico, político) e seus efeitos;
- Desigualdades, lógicas de exclusão social e ameaças aos direitos humanos no acesso à justiça, nos processos e instituições de aplicação da justiça.

4.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Reconhecimento de que a construção de um projeto de cidadania inclusivo, consequente e justo depende da **participação de todos e de todas**, independentemente da origem social, cor, etnia, idade, orientação sexual, género e deficiência.

A investigação deve resultar de uma **interação**, de base regular, entre a **comunidade científica** e a **sociedade civil**, com o envolvimento desta sociedade civil no processo de investigação. Isto é, enveredar em movimentos e ações no sentido da academia e das organizações da sociedade civil trabalharem em rede, mas sobretudo desenvolverem um trabalho colaborativo – seguindo, aliás, as orientações atuais da FCT – para que se efetive a mudança social tão premente neste âmbito e no contexto atual do país de recuperação de uma situação de austeridade que escalou as situações de exclusão social e que dificultou naturalmente a inclusão nos processos e dinâmicas associadas à cidadania.

Reforço e investimento na **investigação-ação** que, aliás, se considera um reforço e investimento necessário no campo das ciências sociais e humanas, já que a componente de investigação-ação é menos direta e temporalmente mais morosa e complexa nestas.

Uma vez que muitos dos desafios enunciados se referem a questões que não afetam apenas Portugal mas dizem respeito a um contexto europeu e até global, um dos fatores críticos poderá ser a inserção em **redes de investigação internacionais** que facilite a partilha de conhecimento e experiências e a aprendizagem mútua, por exemplo através da elaboração de projetos conjuntos e estudos comparativos.

Outro fator crítico está relacionado com o potenciar da aplicação prática das investigações em ciências sociais e humanas para a **avaliação e desenho das políticas públicas**, nomeadamente ao nível das políticas públicas em setores como a segurança, a justiça, a igualdade e a educação. Inibir que outros/as atores/as e contextos possam contaminar as esferas de produção de conhecimento traduz-se numa perda para a própria evolução do conhecimento que se quer participado, criticado, desafiado.

4.4 – Subtema 4: Equidade territorial e mobilidade

Os desafios e as oportunidades associadas ao desenvolvimento científico no subtema da equidade territorial e da mobilidade dependem de um quadro mais vasto de elementos estruturais que, por um lado decorrem dos principais processos económicos, sociais e políticos, tanto internos como externos, que nos últimos anos têm afetado a sociedade portuguesa e, por outro, das prioridades que têm vindo a ser definidas neste subdomínio científico.

Não obstante o seu carácter transversal, a relevância do território na produção e reprodução de injustiças, e da mobilidade enquanto processo gerador ou inibidor de oportunidades sociais, sobretudo no quadro das sociedades contemporâneas caracterizadas por formas de “mobilidade líquida” (Engbersen, 2018), justificam, no entender dos peritos, a sua autonomização enquanto subtemas desta agenda.

4.4.1 – Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Tendo como ponto de partida o atrás enunciado, em termos concretos, a identificação dos principais desafios em termos de equidade territorial e mobilidade, permite destacar os seguintes eixos:

Eixo 1 - Assimetrias territoriais de carácter socioeconómico e demográfico

O aspeto mais relevante do desafio demográfico diz respeito às fortes assimetrias entre um **litoral**, com destaque para as Áreas Metropolitanas, a faixa Aveiro-Porto-Braga e, em menor grau, o Algarve, mais jovem e ainda capaz de atrair população e um **interior**, muito envelhecido e em processo de despovoamento há várias décadas, com exceção de algumas cidades médias e de certas sedes de concelho mais dinâmicas. Note-se que estas assimetrias não são apenas demográficas, tendo correspondência ao nível socioeconómico, emergindo um “Portugal rural” caracterizado por níveis de **rendimento** médios mais reduzidos e baixa **densidade**, não apenas populacional, mas também social e relacional e de presença de serviços públicos e atividades económicas, tanto em termos de número como de diversidade. Se a dinâmica e o crescimento económico estão relacionados com a vitalidade demográfica, contrariar esta espiral de desequilíbrio territorial afigura-se um desafio significativo.

Eixo 2 – Sustentabilidade urbana, estigmatização dos territórios e segregação socio-espacial

Nas últimas décadas, a **sustentabilidade ambiental** tem ganho uma importância sem precedentes nas agendas políticas nacionais e internacionais. A nível internacional, importa referir a prioridade dada a esta questão na *The New Urban Agenda* - HABITAT III – ONU, 2016²⁸, que veicula um novo paradigma de

²⁸ <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda>

desenvolvimento urbano e ambiental sustentáveis. Face ao crescente processo de **urbanização** do planeta, as cidades e os aglomerados urbanos confrontam-se, presentemente, com um conjunto de desafios que se prendem, entre outros, com a diversidade e o envelhecimento das populações, as alterações climáticas e a intensificação das práticas de consumo e de produção. Estes fatores pressionam as condições ambientais e os **ecossistemas urbanos**, contribuindo para a sua degradação, incluindo-se aqui o agravamento das condições de vida das populações mais vulneráveis e das desigualdades entre territórios urbanos. A existência de **áreas segregadas**, com défice de acesso aos recursos urbanos, portadoras de uma imagem socio-espacial negativa e frequentemente com piores condições ambientais, sobretudo nas duas áreas metropolitanas do país, constitui, presentemente, a expressão espacial da **injustiça espacial**, da exclusão e da pobreza. A partir de meados do século passado, a emergência e a consolidação destes espaços marginalizados, onde, para além dos autóctones socialmente vulneráveis, aparecem sobrerrepresentados a população cigana e os migrantes pós-coloniais com origem nos PALOP, resultou na concentração espacial de populações com **desvantagem social**. Face a esta situação, nos últimos 25 anos, foi implementado um conjunto de políticas públicas materializadas em programas diversos (PER, PER-Famílias, PROHABITA) tendo como principais objetivos a erradicação de bairros degradados e o realojamento destas populações em habitações condignas, o que conduziu à ampliação do número de bairros e fogos de habitação social. Infelizmente, para além das áreas degradadas que ainda hoje prevalecem, muitos destes “novos bairros sociais” mantêm uma condição segregada e são alvo de estigmatização, com profundas consequências na exclusão social dos seus moradores. Perante este quadro urbano complexo, exige-se uma perspetiva ampla da problemática da sustentabilidade do meio urbano em estreita articulação com as desigualdades sociais.

Eixo 3 - Consequências socio-espaciais da regeneração urbana e da turistificação

Nos últimos anos, o reforço dos processos de circulação global do capital conduziram a uma significativa internacionalização do setor imobiliário, sendo a propriedade física progressivamente transformada em produtos financeiros, acentuando-se o valor de troca face ao valor de uso, associado ao direito à habitação e à cidade. Portugal e as suas maiores cidades não ficaram imunes a este processo de **financeirização e internacionalização do setor imobiliário** que, após o modelo de investimento urbano-residencial assente na construção nova para habitação própria com recurso ao crédito e consequente expansão suburbana, se volta agora para a reabilitação das áreas urbanas consolidadas, com forte apoio do investimento estrangeiro, no quadro de um processo de regeneração, turistificação e gentrificação.

Se este processo apresenta algumas **vantagens** urbanísticas (e.g. reabilitação da habitação degradada com melhoria do espaço público) e socioeconómicas (geração de emprego, rejuvenescimento de certos bairros), gera uma série de **desafios** do ponto de vista social que incluem a quebra brusca da coesão identitária de alguns bairros, a perturbação da vida social neles existente e, sobretudo, a potencial expulsão de residentes mais antigos e de menores rendimentos face à enorme pressão urbanística orientada para gerar proveitos a curto prazo, o que implica incrementos rápidos e significativos nos preços de venda e arrendamento dos imóveis. Neste quadro, em que o acesso a certas partes mais centrais da cidade se torna progressivamente mais difícil para alguns grupos sociais de menor rendimento, a questão de um incremento na injustiça relativamente ao **direito à cidade** e ao acesso aos recursos urbanos torna-se mais significativa.

Eixo 4 - Défices habitacionais e novas formas de exclusão residencial

Se associarmos o processo descrito acima com o agravamento das condições sociais ligadas ao desemprego e ao empobrecimento experimentados pela sociedade portuguesa nos últimos 10-12 anos,

podemos identificar o conjunto de elementos que contribui para potenciar o acréscimo das dificuldades ao **acesso** e à **manutenção** da **habitação** por parte de muitas famílias em Portugal. Por um lado, as perdas de emprego e de rendimento de muitos agregados familiares tornaram muito difícil o pagamento dos empréstimos bancários contraídos para aquisição de casa própria, conduzindo a situações várias de incumprimento e de perda da habitação. Por outro lado, o mesmo contexto de contração dos rendimentos das pessoas torna mais difícil o pagamento de rendas, designadamente num contexto de liberalização do mercado de arrendamento e, nos últimos anos, de subida significativa dos preços, sobretudo nas áreas urbanas.

Este contexto, associado ao reduzido **parque habitacional público e cooperativo** e à quase ausência de oferta neste domínio, torna o acesso e a qualidade habitacional questões muito relevantes nas agendas social e política portuguesas, como evidenciam recentes decisões governamentais e, também, o relatório produzido pela Relatora Especial da ONU para a habitação, na sequência da sua visita a Portugal no fim do ano de 2016.

Eixo 5 - Desigualdades no acesso à mobilidade

A mobilidade de indivíduos e famílias, essencial para potenciar as oportunidades sociais (emprego, consumo, relações sociais, etc...) e reforçar o acesso aos serviços e demais recursos territorializados, é marcada por profundas desigualdades, sendo sabido que, por exemplo, os grupos sociais mais desfavorecidos, os idosos e as mulheres registam possibilidades de deslocação mais limitadas. Neste domínio, outra questão central corresponde à **mobilidade ativa**, também denominada mobilidade suave - andar a pé e de bicicleta -, que nada tem de suave quando se trata de analisar os espaços de mobilidade que, historicamente, tendem a reproduzir geometrias de poder, uma vez que os fluxos são conduzidos, regulados, controlados e governados. A mobilidade ativa deve ser entendida em função de **quatro dimensões** - a materialidade, os fluxos, a economia e as relações com a saúde -, sendo de frisar o papel da atividade física na remediação de problemas sociais e na resposta ao aumento da esperança de vida, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população sénior. Segundo a OMS (WHO, 2015), reduzir o comportamento sedentário e ser mais ativo pode ajudar a evitar doenças associadas à falta de atividade física e promover estilos de vida mais saudáveis, incluindo-se neste quadro as pessoas com deficiência, uma vez que ser móvel é uma questão fundamental para a sua participação, qualidade de vida e inclusão social.

Eixo 6 - Migrações e inclusão de migrantes e descendentes

Num mundo cada vez mais marcado pela mobilidade humana, onde os **fluxos migratórios** se diversificam e fragmentam, as **idades** têm-se constituído como polos de atração relevantes. No caso português, ao longo das últimas três décadas, os movimentos migratórios conheceram volumes importantes que, para além de combinarem emigração e imigração, registaram alterações ao nível da intensidade e das configurações sociais, étnicas, religiosas e económicas. No caso da imigração, estas novas realidades têm colocado importantes desafios à integração económica e social e à organização socio-espacial das principais áreas urbanas, mas a emergência recente de destinos migratórios associados a áreas de baixa densidade vai estendendo este repto a outras regiões do país.

Perante este quadro, levantam-se desafios de índole e escala diversas, podendo desde logo destacar-se os processos de caracterização e monitorização dos fluxos de entrada e saída, os impactos demográficos destes e o modo como a “nação expatriada” desenvolve relações com Portugal. Ao nível da integração, questões como a concentração de alguns grupos em territórios urbanos, e de modo específico territórios escolares, segregados e estigmatizados, os limites à mobilidade social, o risco de

agravamento de práticas racistas e xenófobas e certas limitações no acesso ao espaço público constituem reptos significativos.

Eixo 7 - As funções do desporto, da cultura e da arte no reconhecimento e integração de lugares e comunidades. Na sociedade portuguesa, a espacialização da cultura e da diversidade cultural tem-se revestido de múltiplas dimensões. Desde os processos de “**reinvenção da cultura**” nos espaços urbanos, como é o caso paradigmático da cidade de Évora, reconhecida pela UNESCO como património mundial em 1986, até Guimarães como capital europeia da cultura em 2012, a cultura tem sido um fator de vantagem comparativa das cidades no quadro nacional e global. A par destes processos de criação e de recriação de **imaginários culturais urbanos**, temos, igualmente, assistido a um novo dinamismo em espaços rurais que promovem as suas tradições e práticas culturais para um público alargado que extravasa o local. Numa ligação mais específica e explícita aos processos de inclusão e integração social, têm-se multiplicado as **experiências artísticas** (e.g. Orquestra Geração, Teatro do Oprimido, Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho em Loures) que têm como propósito reforçar o empowerment e as competências de grupos e territórios vulneráveis, justificando a manutenção da pesquisa neste domínio e os avanços para novos caminhos de **investigação-ação**. Também a **atividade desportiva** tem emergido em muitos territórios prioritários como uma atividade mobilizadora de populações fragilizadas e como veículo de inclusão social.

4.4.2 – Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

Nos últimos 10-15 anos, os desenvolvimentos científicos no domínio da equidade territorial e mobilidade são significativos, devendo destacar-se, na nossa perspetiva, sete eixos de análise principais:

- No quadro das novas lógicas da globalização neoliberal, a **relação entre a internacionalização e financeirização crescente da economia, de que o setor imobiliário constitui caso paradigmático, e a emergência de novos padrões de organização territorial** tem sido alvo de um especial interesse no debate científico nacional e internacional. Mais especificamente, as agendas de investigação têm tido como enfoque os processos de regeneração urbana e de nobilitação de áreas centrais das cidades por agentes sociais com maior poder económico e político, aferindo dos seus efeitos na segregação espacial e mesmo expulsão dos segmentos mais vulneráveis da população urbana, bem como nas relações interétnicas ao nível local e subsequentes implicações na coesão social urbana (Desmond, 2016; Sassen, 2014; FP7/2007-2011, GEITONIES PROJECT; Menezes, 2012).
- Face às atuais dinâmicas da economia urbana global nas sociedades contemporâneas, importa referir a **problematização das novas formas de urbanização num quadro alargado de análise de investigação multidisciplinar e multi-escalar, fundado no paradigma da coesão social urbana** e perspetivado nas suas múltiplas vertentes (económicas, sociais e políticas). Neste âmbito, passamos a mencionar, a título de exemplo, o *Projeto Social Polis*, realizado no âmbito da *European Agenda for Research on Cities and Social Cohesion*, 2011 e a *The New Urban Agenda - HABITAT III – ONU*, 2016.
- No âmbito da **justiça espacial, do direito à cidade e do acesso aos recursos urbanos**, a recente literatura sobre este tópico tem incidido sobre a análise das emergentes e acentuadas desigualdades de participação cívica e política nos espaços urbanos (Harvey, 2008) e na integração do princípio de equidade territorial nas agendas de investigação e nas políticas públicas (*The New Urban Agenda - HABITAT III – ONU*, 2016). A abordagem dos défices de acesso aos recursos urbanos por parte de populações vulneráveis (e.g. migrantes não comunitários, grupo étnico cigano, famílias pobres) e das

desigualdades de género no acesso aos espaços urbanos (e.g. GemMob – Género e Mobilidade, Desigualdade no Espaço-Tempo, EEA Grants, 2015-2016) são outras temáticas em destaque.

- A partir da década de 1990, a temática da **governança urbana em contexto de diversidade** ganhou uma centralidade sem precedentes nas agendas de investigação nacionais e internacionais. Neste âmbito, é de sublinhar a multiplicidade de projetos de investigação que visam compreender as dinâmicas da governança urbana, num quadro de profundas transformações do tecido urbano, configurado pela crescente presença de comunidades migrantes. São exemplos desta linha de investigação os seguintes projetos internacionais e publicações (FP6 - LOCALMULTIDEM; MIGCITIES, 2010-2012; Garcés-Mascareñas & Penninx, 2016). No contexto nacional, a produção científica sobre esta temática tem-se centrado na integração política local dos imigrantes (Carvalhais & Oliveira, 2015); governança territorial e cultural metropolitana (Seixas, 2013); no impacto da diversidade nas políticas públicas interculturais (Fonseca, 2008; Oliveira & Padilla 2012).
- Na última década, a emergência de **movimentos sociais de resistência com tentativas de reterritorialização alternativa e ações de democracia participativa tem configurado as novas dinâmicas de participação cívica e política nas grandes metrópoles da atualidade**. As obras de Manuel Castells (2013) e de David Harvey (2012) sublinham a importância em compreender os novos movimentos sociais urbanos no processo de transformação social no mundo contemporâneo. Os desafios colocados por estes autores têm configurado múltiplas agendas de investigação no quadro internacional. No âmbito nacional, verifica-se o surgimento e a consolidação de organizações locais (formais e informais) a intervir na esfera pública, reivindicando novas formas de planeamento urbano associado ao exercício da cidadania e da igualdade de direitos.
- As temáticas da **Inovação social**, enquanto resposta original aos problemas sociais que envolvem os grupos vulneráveis e visam reforçar o seu empoderamento, e da emergência de **territórios socialmente criativos** onde se desenvolvem projectos que incorporam, frequentemente, dimensões culturais fortes e tiram partido dos contextos específicos das comunidades e dos lugares foram objecto de exploração científica relevante, quer a nível europeu (projectos CRESSI, KATARSIS ou SOCIAL POLIS), quer a nível nacional (e.g. projeto - “Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos (RUcaS) (PTDC/CS-GEO/115603/2009) ou AGORA (PTDC/ATP-GEO/3208/2014).
- **O cruzamento entre a demografia e a economia, nomeadamente no quadro das desigualdades entre as regiões portuguesas e da sua análise prospectiva**, tem-se constituído como um tema relevante da investigação nos últimos anos como atestam os projetos DEMOSPIN (PTDC/CS-DEM/100530/2008), MIGSUB (realizado para a FFMS) e *Portugal: Regional Integration of Demography and Economy - P-RIDE* (PTDC/ATP-DEM/0441/2014).

4.4.3 – As questões chave para uma agenda de investigação

Tomando como ponto de partida os sete grandes eixos identificados em 4.1.1, apresentam-se agora, para cada um destes, conjuntos de grandes questões de pesquisa consideradas essenciais no quadro da agenda de investigação no domínio da equidade territorial e da mobilidade:

Eixo 1 - Assimetrias territoriais de carácter socioeconómico e demográfico

- Problematizar a relação entre o pressuposto normativo da justiça social e os processos do desenvolvimento regional e urbano desigual.

- Questionar a dicotomia entre o urbano e o rural, frequentemente associada a estereótipos que veiculam o urbano à modernidade, ao progresso e ao desenvolvimento e o rural à sua antítese, aprofundando a compreensão da natureza das relações sócio-espaciais e culturais entre rural e urbano e investigando o modo como o rural se inscreve nas novas lógicas da mobilidade humana e das práticas sociais contemporâneas.
- Aprofundar as pesquisas relativamente aos constrangimentos dos territórios de baixa densidade, considerando as especificidades de cada um, bem como o valor e o significado sócio-espacial destas.
- Analisar as consequências dos défices de recursos existentes nos espaços rurais e avaliar o desigual acesso aos direitos e exercício da cidadania entre estes e os espaços urbanos.
- Continuar a estudar e, sobretudo, monitorizar os impactos económicos e populacionais das migrações, enquadrando-as nas análises de prospectiva económica e demográfica regionais e nacionais.
- Aprofundar os estudos sobre a potencial contribuição das novas tecnologias para a equidade sócio-territorial e o combate às desigualdades, prestando particular atenção à questão do acesso, nas suas diferentes dimensões.

Eixo 2 – Sustentabilidade urbana, estigmatização dos territórios e segregação socio-espacial

- Identificar e analisar as políticas urbanas de alocação de recursos que permitam combater a injustiça espacial e social.
- Aprofundar a análise dos impactos das dinâmicas do desenvolvimento urbano desigual nas populações mais vulneráveis e/ou desfavorecidas (por exemplo, jovens das classes baixa e média-baixa; idosos; migrantes; comunidade cigana).
- Aprofundar o estudo acerca das políticas públicas adotadas no âmbito da sustentabilidade ambiental em contextos urbanos, dando particular atenção aos efeitos destas políticas e programas em espaços segregados do ponto de vista sócio-espacial.
- Atualizar as análises relativas à evolução dos índices de segregação social e étnica das metrópoles portuguesas, cruzando-as com questões de inserção urbana, risco misto e ambiental e acesso aos recursos, incorporando nesse processo análises ao nível micro (quarteirão, rua).
- Analisar o denominado efeito de bairro nas oportunidades e destinos sociais dos residentes e, também, os impactos dos processos de mix social e residencial, planeados e/ou espontâneos, na geração de interação social e no reforço das redes sociais.
- Investigar qual a natureza e o impacto da participação cidadã nas políticas de gestão urbana, sendo de especial importância, compreender estas dinâmicas relativamente aos planos e sua implementação, aos orçamentos participativos locais, às decisões relativas à distribuição territorial de equipamentos e serviços públicos e às políticas de habitação, em particular no que respeita às Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI), aos realojamentos e à gestão de bairros de promoção pública.

Eixo 3 - Consequências socio-espaciais da regeneração urbana e da turistificação

- Estudar aprofundadamente os processos de regeneração urbana, turistificação e gentrificação atualmente em curso nas cidades portuguesas identificando as consequências geográficas, económicas e sociais daí resultantes, quer positivas, quer negativas.

- Identificar os efeitos da regeneração urbana e da turistificação sobre as relações de vizinhança e proximidade pré-existentes, bem como os grupos sociais perdedores, em virtude da sua exclusão ou expulsão no quadro destes processos.

Eixo 4 - Défices habitacionais e novas formas de exclusão residencial

- Identificar as expressões quantitativas e qualitativas dos défices habitacionais nas várias regiões portuguesas.
- Perceber quais os impactos resultantes das alterações em curso nos mercados imobiliários, nomeadamente da liberalização do mercado de arrendamento e das novas políticas habitacionais, na exclusão residencial de vários grupos sociais, com destaque para os indivíduos e famílias mais vulneráveis e mulheres que têm níveis de pobreza mais elevados.
- Aprofundar as análises sobre a relação entre financeirização do sector habitacional, endividamento das famílias e oportunidades/défices sociais.
- Avaliar os impactos de realojamentos em habitação social, considerando a dimensão dos projectos, a conectividade geográfica, as relações e trajectórias sociais, os níveis de marginalização e as oportunidades económicas.
- Estudar o papel dos sectores habitacionais social e cooperativo na gestão e na oferta habitacional, atual e no futuro.

Eixo 5 - Desigualdades no acesso à mobilidade

- Avaliar as consequências dos processos de privatização e reforma dos transportes públicos no agravamento das desigualdades sócio-espaciais em termos de mobilidade.
- Analisar as consequências da introdução de novas formas de mobilidade urbana de carácter individual apoiada pelos sistemas públicos, quer suave, quer pesada, em termos de (des)igualdade de acesso e oportunidades para os grupos e bairros mais desfavorecidos.
- Aprofundar as análises em torno da mobilidade ativa e da sua promoção, enquanto estratégia para melhorar a qualidade de vida de determinados grupos, como a população sénior e a população com deficiência.
- Estudar a relação entre as ofertas de transportes públicos e de formas de mobilidade suave, tanto ao nível urbano, como ao nível regional, cruzando-a com as necessidades específicas de uma população envelhecida, sabendo que a tendência para o envelhecimento se mantém.

Eixo 6 - Migrações e inclusão dos migrantes e descendentes

- Identificar os fatores que potenciam a marginalização sócio-espacial dos migrantes e seus descendentes.
- Investigar os elevados défices de participação cívica e política dos imigrantes, designadamente ao nível local.
- Compreender os processos sociais e educacionais que potenciam a erosão de sentimentos de pertença à sociedade/comunidade receptoras e monitorizar atitudes e comportamentos discriminatórios e xenófobos.

- Investigar as práticas transnacionais de imigrantes e emigrantes portugueses e perceber o significado destas em termos geopolíticos e de contributo para o desenvolvimento das regiões de origem e de Portugal.
- Avaliar, de forma mais aprofundada, a política de integração de imigrantes de Portugal, que tem obtido um forte reconhecimento internacional e europeu, mas que hoje se situa num novo contexto.

Eixo 7 - As funções do desporto, da cultura e da arte no reconhecimento e integração de lugares e comunidades

- Identificar os efeitos das estratégias de promoção cultural territorializada (grandes e pequenos eventos e outros) na geração de processos de inclusão e exclusão de comunidades e territórios.
- Continuar a aprofundar os trabalhos sobre o papel do desporto, da cultura e das artes na promoção do *empowerment* e da integração social de comunidades e territórios desfavorecidos.
- Desenvolver as análises sobre a diversificação das ofertas culturais urbanas e os seus efeitos, positivos ou negativos, nas relações inter-classes, inter-gerações e inter-étnicas.

4.4.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos e financeiros, aumentando os níveis de confiança inter-institucional e nos investigadores responsáveis e respectivas equipas. O tempo que é dispendido em muitos procedimentos administrativos, muitas vezes associado a alterações *on going* das regras pré-estabelecidas e à ausência de respostas por parte das entidades públicas, incluindo a FCT, traduz-se, não só em desvio dos investigadores das tarefas fundamentais de investigação, mas também em custos financeiros adicionais elevados que, efetivamente significam um desperdício de recursos.

Disponibilização de financiamento para as ciências sociais, designadamente no âmbito do subtema da equidade territorial e da mobilidade, recorrendo a processos plurifundos que envolvam a FCT, mas também outros ministérios com tutela mais explícita sobre as questões sociais do território, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais. A isto deve adicionar-se uma pesquisa ativa, com recurso a incentivos, de fundos provenientes do mundo empresarial e das fundações.

Assunção efectiva de que as desigualdades e assimetrias sócio-territoriais, a sustentabilidade urbana, a segregação socioespacial, a turistificação urbana, as carências habitacionais, a mobilidade desigual e as migrações são **desafios sociais** tão relevantes como os incluídos na esfera tecnológica ou do sistema agro-florestal, justificando-se o seu reconhecimento no quadro das **prioridades da investigação**. Reforço das redes de investigação orientadas para a produção de conhecimento no domínio da equidade territorial e da mobilidade e migrações, não apenas no que respeita à União Europeia, mas também no que concerne aos países do Sul Global, com destaque para o espaço lusófono, particularmente o Brasil, e os mundos latino e Ibero-americano.

Figura 11 - I&I Inclusão Social e Cidadania – Prioridades temáticas – Ideias síntese



Capítulo 5 – Perspetivas de inovação social

A inovação consiste em processos, produtos e ideias que são mais eficientes, obtêm melhores resultados e criam mais valor do que os processos, produtos e ideias tradicionalmente dominantes. Decorre de um “jogo de combinações entre diferentes recursos, conhecimentos, capacidades e competências” (Fagerberg, 2006). É um conceito transversal que se pode verificar em todas as áreas temáticas – educação, saúde, justiça, tecnologia, entre outras –, todos os setores – privado, público e social – e em todas as fases da cadeia de valor de uma organização. Uma **inovação social** é aquela que apresenta uma solução mais eficiente para a resolução de um determinado problema relacionado com a exclusão ou a desvantagem social. Uma inovação social, que “é social simultaneamente nos seus meios e fins” (Murray et al., 2010: 3), é aquela que apresenta uma solução mais eficiente na resolução de um determinado problema social, em comparação com as respostas dominantes. Na sua maior ambição, um processo de inovação social deve incorporar os atores frágeis nas várias etapas do processo de construção de uma solução e contribuir para a geração de alterações no quadro das relações de poder.

No processo de desenvolvimento de uma inovação identificam-se diversos elementos como fundamentais: a *colaboração*, pois a inovação acontece frequentemente na interseção entre várias disciplinas, competências, saberes, atores-chave, setores e metodologias de trabalho; a *ideação*, pois o principal fio condutor para a inovação devem ser as necessidades e ineficiências identificadas junto dos utilizadores que as sentem diariamente; e a *implementação*, já que não existirá inovação sem uma implementação rigorosa da ideia/solução desenvolvida.

A inovação pode tomar diferentes formas (nos temas, metodologias, tecnologias, processos, formas de organização...) e deve assentar no interesse em contribuir para a **equidade na distribuição de bens comuns** e no **reconhecimento da diversidade de identidades**. De alguma forma, a ocorrência de efetiva inovação social no quadro da investigação sobre inclusão social e cidadania verifica-se quando os resultados e as soluções encontrados são transferidos, de modo direto ou indireto, para a sociedade, e apropriados por esta.

Na verdade, se considerarmos a inovação social como um *quasi-conceito* (*The Economist Intelligence Unit*, 2013), a capacidade de a introduzir ou medir empiricamente permanece em si mesma um desafio societal ou um desígnio de investigação com um sentido de missão. De resto, e no que concerne especificamente a este documento, assume-se o seu cariz exploratório, uma vez que as possibilidades e parcerias de inovação podem ser potenciadas por oportunidades de aprofundamento da investigação e investigação-ação a nível nacional e, também, pelas parcerias transnacionais Europeias, contemplando ainda outras esferas de colaboração mais abrangentes ou mesmo transcontinentais, como aquelas que envolvem os PALOP e o espaço Ibero-americano.

5.1 – Subtema 1: Inclusão na sociedade do conhecimento

5.1.1. Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Os diferentes desafios que a seguir se apresentam apontam, em síntese, para uma agenda de inovação que assume como prioridades:

- Trabalhar em I&D num **modelo coletivo e de reciprocidade**.
- Criar espaços que proporcionem **oportunidades de participação** na construção do conhecimento.
- Consolidar uma cultura de acolhimento assente na **ética de hospitalidade cultural**.

- Usar tecnologias e as práticas de inovação social como **aproximação entre culturas** e humanização.
- Desenvolver de **plataformas sociais** em que arte, humanidades e tecnologias contribuem na sua interseccionalidade para a mudança social.
- Desenvolver estratégias, **práticas e ferramentas em acesso livre** que facilitem o intercâmbio cultural e o conhecimento das culturas minoritárias ou migrantes.
- Desenvolver **projetos de educação e de formação capazes de acolher e valorizar diferentes produções e saberes**, nomeadamente de pessoas idosas e que nos permitem construir patrimónios imateriais e memórias coletivas contra o esquecimento.
- Promover um **discurso crítico em relação à própria tecnologia**, seus condicionamentos ideológicos, económicos e culturais.
- Desenvolver **estratégias para que o conhecimento produzido sobre desigualdades possa ser consequente em diferentes esferas sociais**: família, saúde, emprego, educação, etc.

Considera-se que através do trabalho em torno daquelas prioridades se poderá:

- Ativar a **partilha e a apropriação** de conhecimento através da **inovação tecnológica**
- Ativar novos processos de inclusão e de diminuição de desigualdades através de **metodologias participativas e colaborativas com suportes digitais**.
- Ativar **plataformas** para formas de conhecimento e aparelhos de conhecimento renovados para informar a tomada de decisão política.
- Ativar estratégias para a **participação** de cidadãos e cidadãs de diferentes gerações, etnias, géneros, identidades.
- Ativar o **poder transformativo**, a nível social, das tecnologias assegurando que todas as pessoas podem aceder, usar, apropriar-se e criar.
- **Criar dispositivos de monitorização e respetivos indicadores** que permitam compreender o impacto social da produção de conhecimento científico nas diferentes áreas e junto de diferentes populações;
- **Desenhar plataformas para tornar público o conhecimento produzido** por grupos das periferias da produção de conhecimento, quer o conhecimento produzido sobre periferias.

Eixo 1. Abordagens inovadoras para ativar formas cooperativas de produção de conhecimento

Fomentar o **diálogo e a aprendizagem mútua** entre vários/as atores/as sociais (e.g. da academia, da indústria e de cidadãos/ãs), através de **metodologias participativas** tais como a cartografia das controvérsias, o mapeamento conceptual que permitam, simultaneamente, a **exploração e a visualização das controvérsias**. O diálogo entre as empresas, cientistas sociais e outras partes em torno de um determinado foco pode potenciar: (i) relações mais transparentes com os *stakeholders*, no sentido de estas expressarem efetivamente um *ethos* de democratização, responsabilização e participação, em vez de um *ethos* de tecnocratização e privatização; (ii) processos de co-criação de valor que expressem efetivamente valores partilhados pelas empresas e pela comunidade. Assim, considera-se relevante:

- Incentivar **modelos cooperativistas** para a produção e distribuição de conhecimento, enquanto bem comum, e que está nas mãos das pessoas que produzem o conhecimento.

- Potenciar uma **utilização reflexiva e crítica das TIC** por parte dos cientistas sociais e de outros atores envolvidos no processo de produção do conhecimento, fomentando a construção e utilização crítica de ferramentas digitais.
- Desenvolvimento de **“tecnologias de humildade”** (Jasanoff, 2003), que implicam diferentes formas de envolvimento, para além dos mecanismos formais de participação, e encorajem a trazer os seus conhecimentos e experiências para a resolução de problemas comuns.
- Fomentar o **diálogo e a aprendizagem** mútua entre atores/as sociais (academia, indústria e pessoas) através de **metodologias participativas** que permitam a integração de diferentes tipos de conhecimento e a participação das várias partes ao mesmo nível.
- Adotar **metodologias de projeto** que envolvam o/a utilizador/a final em todas as fases do ciclo de vida de um produto e tenham em conta princípios de desenho universal ou inclusivo.
- Desenvolver processos de devolução do conhecimento de modo a que este seja capaz de integrar novas atualizações a partir das apropriações das pessoas e suas comunidades.

Eixo 2. Abordagens inovadoras para ativar formas inclusivas e justas de apropriação do conhecimento

O acesso ao conhecimento pode sair fortalecido da inovação tecnológica já que permite mediar e fortalecer as relações de suporte social através da criação de **cooperativas plataforma**, iniciativas coletivas mediadas e suportadas pelo mundo digital. Estas são formas de inovação social que beneficiam da inovação tecnológica, e que promovem a colaboração social, a solidariedade humana e a agregação das pessoas em torno de um bem comum. Podem, assim, equacionar-se formas de **trabalho colaborativo improvável** que coloca à mesma mesa cientistas de diferentes disciplinas, organizações, ativistas, *designers* de tecnologia, etc. Os/as peritos/as consideram como necessário:

- Explorar e **expandir métodos e tecnologias** capazes de garantir a acessibilidade das pessoas na sua diversidade à sociedade do conhecimento.
- Interrogar o **poder transformativo das tecnologias**, o poder de provocar a mudança social, bem como o seu reverso, o de acentuar as estruturas de desigualdades e o de produzir uma ideia de incompetência e incapacidade.
- Desenvolver **práticas de educação e formação que promovam uma apropriação crítica do conhecimento** em contextos de educação formal e não formal.

EIXO 3. Abordagens inovadoras para capacitar para o diálogo, a mediação, a interpretação e a tradução intercultural

Impõe-se como desafio de inovação social, com relevância cultural, a promoção de práticas de comunicação inclusiva conducentes a uma participação crítica e responsável na sociedade. Para além das estratégias de integração da tecnologia no processo educativo, estimula-se também a utilização da **tecnologia como ferramenta de reconhecimento** dos grupos humanos presentes no território nacional, com projetos que fomentem o intercâmbio e a recolha de (auto)representações e produções culturais pelas populações migrantes ou social e culturalmente marginalizadas em Portugal.

Sugere-se uma agenda que esteja atenta aos intensos fluxos migratórios de que a Europa é palco, e criar, no espaço português, infra-estruturas de promoção, apoio e acompanhamento no acesso à língua e à cultura de acolhimento. Para isso, é necessário investimento em processos e ferramentas inovadoras que permitam assegurar o acesso das comunidades em risco de exclusão às tecnologias que possibilitam

o acesso à cultura. Torna-se necessário:

- Desenvolver **ferramentas digitais de promoção do conhecimento** e divulgação das culturas presentes em Portugal, e na Europa, para facilitar a comunicação e dinamizar a difusão da riqueza cultural e patrimonial portuguesa, e, por extensão, europeia.
- Criar **espaços digitais e tecnológicos multilíngues** que valorizem as culturas minoritárias presentes no espaço português.
- Criar um **programa nacional estratégico de traduções** (para Português), que, tendo em conta as comunidades migrantes presentes em território nacional, seja capaz de enriquecer o repertório (literário, dramático e audiovisual) através da introdução de maior diversidade, colmatando silenciamentos culturais e linguísticos que, por vezes, o quadro de relacionamento histórico entre Portugal e outros espaços geoculturais não justifica.
- Criar um **banco nacional de tradutores/as e intérpretes**, que funcione em articulação com ministérios, instituições e grupos de ação social, de modo a garantir uma comunicação inclusiva em todos os setores da sociedade (nos estabelecimentos de saúde, nos serviços da segurança social e de finanças, em espaços de cultura, nos tribunais, etc.).
- Desenvolver projetos e programas de mediação intercultural ao nível local e nacional que promovam a convivência, a prevenção e a resolução de conflitos.
- Criar **plataformas de comunicabilidade**, onde seja possível reconhecer fenómenos sociais novos e que emergem na interseção de línguas, culturas e literatura-mundo (Buescu, 2013) concebidas como uma fonte de conhecimento útil e de criatividade transmedial assumindo uma **função coesiva essencial como expressão e representação** de comunidades interétnicas. A língua portuguesa, tem vocação mundial podendo adquirir, por isso, uma função polinizadora (Buescu, 2013).
- (Re)criar **projetos em Artes & Humanidades** (artes visuais, multimodais, narrativas, memórias, imaginários, discursos) alternativos à percepção/categorização estereotipada e homogeneizante comum (“refugiado”, “apátrida”, etc.).
- Desenvolver atividades artísticas (teatro/performance/dança, *storytelling*, produções multilíngues e multimodais) e **metodologias articuladas com as novas tecnologias**, com vista a ajudar a contornar (*bypass*) as limitações do dia a dia e os sistemas impostos às populações fragilizadas; a criar percepções críticas das comunidades de integração (mecanismos de inclusão/exclusão); a fornecer **ferramentas de participação e engajamento cívicos**. Podem aqui enumerar-se o *Role-playing games*, os *mapas interativos* como ferramentas²⁹ e mencionarem-se alguns projetos interdisciplinares que merecem atenção e desenvolvimento³⁰.
- Imaginar **estratégias de acolhimento**, convivialidade e integração entre novas minorias e velhos grupos já estabelecidos.

²⁹<https://www.theguardian.com/global-development/ng-interactive/2014/jan/refugee-choices-interactive>
<http://www.antiatlas.net/blog/2016/05/02/the-virtual-watchers-2/>

³⁰<http://www.antiatlas.net/blog/2015/04/20/the-artist-and-the-stone/>

“República de refugiados” (documentário combinando mapa interativo; BD; vídeo; *storytelling*):

http://refugeerepublic.submarinechannel.com/intro_en.php, documentário com “abordagem imersiva”: Zach Ingrasci & Chris Temple, *Salam Neighbor* (2015) [campo de refugiados / cidade nova: Za’atari, Jordânia]

- Aproveitar o potencial das artes e do desporto para uma melhor integração e inclusão de indivíduos em mobilidade, proporcionando um efetivo **diálogo transcultural**.

EIXO 4. Abordagens inovadoras para promover e apoiar o trabalho com as diversidades na escola na promoção do acesso ao conhecimento

Os desafios da equidade, da justiça e da inclusão reclamam, por um lado, uma atenção redobrada aos processos que, no interior do sistema de ensino, contribuem para a manutenção das desigualdades e, por outro, o estudo das dinâmicas escolares que possibilitam a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, nomeadamente, daqueles que visam a gestão flexível do currículo escolar e a sua reorganização em função dos interesses de estudantes e de cada comunidade educativa. O desenvolvimento de **projetos participados**, que respondam às expectativas das crianças e jovens e suas comunidades, ganham aqui especial relevo.

Os meios tecnológicos em constante renovação têm vindo a abrir novas formas de comunicação e de trabalho favorecendo uma **aprendizagem em rede** que nos põe, em tempo real e instantaneamente, em relação uns com os outros em diferentes partes do planeta. Estes meios têm vindo a favorecer formas de participação alargadas, com potencial para permitir uma maior equidade e justiça social através da **democratização do conhecimento** e do acesso aos recursos que, atualmente, estão ao alcance de um número cada vez maior de pessoas. No entanto, estamos ainda longe de um acesso pleno aos recursos tecnológicos e esses mesmos recursos podem, por outro lado, contribuir para novas formas de exclusão. Neste contexto, a escola possui uma redobrada pertinência por constituir o principal sistema que pode qualificar as populações para usufruírem destes bens, formando-as, ao mesmo tempo que têm capacidade para estimular a consciência crítica face aos riscos que também acarretam. No âmbito deste eixo, considerou-se como prioritário:

- Desenhar e desenvolver modelos educativos em que se inclua uma educação para a partilha de conhecimento.
- Desenvolver experiências de mediação intercultural nas escolas, em todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao superior) que favoreçam a participação colaborativa dos diversos atores sociais, nomeadamente professores, alunos, técnicos de educação e formação.
- Diagnosticar, sistematizar e desenvolver **novas abordagens de ensino e aprendizagem**, incluindo conteúdos curriculares que possibilitem simultaneamente um diálogo plural e intercultural;
- Desenvolver projetos de mudança ou de interpretação crítica do currículo para que não reforce estereótipos e crie possibilidades de leituras inclusivas.
- **Integrar as artes** no ensino, numa vertente prática e coletiva com crescente incorporação da reflexão ao longo do currículo.
- Proporcionar **experiências artísticas significativas** na escola, promovendo a performance, enquanto potenciadora de momentos memoráveis, mas ajudando a equacionar possibilidades de futuro.
- Desenvolver tecnologias passíveis de ser usadas em sala de aula para permitir o acesso a todos ao currículo.
- Desenvolver planos de formação de profissionais em educação em diversidade e tecnologias de apoio.
- Desenvolver projetos de formação (inicial e contínua) de professores que promovam uma educação intercultural, aprofundando o seu autoconhecimento, a reflexão ética, a investigação e a ação

participada dos diferentes atores, internos e externos à escola, favorecedores do desenvolvimento das comunidades em que se inserem.

- Desenvolver projetos e programas que permitam a jovens rapazes e raparigas construir possibilidades para si que ultrapassem os modelos estereotipados associados ao género e que os/as afastam de considerarem determinadas carreiras educativas e profissionais.

5.1.2 – Principais desenvolvimentos nos últimos dez anos

Nas décadas de 1950 e 1960, a UNESCO teve um papel crucial no estímulo à tradução como prática de intervenção social e humanitária, ao **promover e proteger a diversidade cultural** através de um programa de apoio à tradução de obras não-ocidentais para línguas europeias. São vários os atuais esquemas de financiamento e programas de incentivo à valorização da língua e cultura portuguesas no âmbito dos quais tem sido possível promover a diversidade cultural e linguística existente em território nacional, proveniente quer de outros espaços europeus quer de espaços extraeuropeus. Estes programas funcionam a par de ações de âmbito social, levadas a cabo por associações, instituições e órgãos governamentais, no sentido de sensibilizar e preparar para o acolhimento e integração de cidadãos migrantes com base na aproximação e no diálogo interculturais. Constitui-se, portanto, como prioridade diversificar e complementar estes programas e ações, alargando os horizontes e fronteiras geográficas para além da Europa e indo ao **encontro da riqueza sociocultural e multilingue que coabita o espaço português**.

De igual modo, na última década a União Europeia tem apostado numa política social baseada na constituição de redes de serviços que facilitem a integração e minimizem os riscos de exclusão ou marginalização. A realidade social, cultural e linguística dos países europeus, em particular de Portugal, e a intensificação dos fenómenos migratórios exigem o alargamento dessas redes em termos de público visado, de serviços proporcionados e dos próprios prestadores de serviços (Cronin 2006).

Em Portugal, temos investimento em vários programas ao nível da inclusão social, como é exemplo o Programa Escolhas. Desde a sua génese, em 2001, os projetos financiados pelo Programa Escolhas (programa governamental de âmbito nacional, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP), concebem e desenvolvem projetos de inovação social que incluem o planeamento estratégico; parcerias; participação; diálogo intercultural; mediação; inovação social; empreendedorismo. Este programa tem investido, entre outras áreas, na **formação para a cidadania, na promoção de oportunidades de participação juvenil**; na capacitação de jovens enquanto criadores/as e lideranças relevantes nas suas comunidades.

Nas últimas décadas, os projetos sociais que se reclamam do poder transformador das artes, e em particular da música, atingiram proporções muito significativas. Verifica-se também a mesma situação no que respeita à educação física e ao desporto. A sua alegada capacidade de promover a mobilidade social, sobretudo de jovens em situação de risco, vem atraindo financiamento um pouco por todo o mundo, da parte de governos, de organizações não-governamentais e de companhias privadas. Portugal não é, neste domínio, uma exceção. Tais desenvolvimentos devem ser objeto de investigação sistemática procurando questionar a assunção, como dado adquirido, de que existe uma ligação direta entre o envolvimento com as artes, com a música, com a educação física e desportiva e a inclusão social a qual se venha a traduzir, efetivamente, numa mobilidade cultural e social.

Ao longo da última década são vários os desenvolvimentos tecnológicos capazes de gerar novas problemáticas e necessidades ao nível da cidadania e inclusão social. A este propósito, o conceito de

singularidade, relacionado com a ideia de que este avanço tecnológico levará a um momento em que a inteligência artificial terá superado a inteligência humana, surge já de forma acesa no debate científico e está patente desde alguns anos no imaginário artístico, nomeadamente, na literatura e no cinema.

Quanto ao aspecto tecnológico, e em particular no acesso à prática artística a pessoas com deficiência, o domínio e a aplicação da tecnologia é particularmente relevante. A *British Paraorchestra*, a primeira orquestra profissional para músicos com deficiência é disso exemplo, assim como o uso de tecnologias digitais e multimédia para criar ambientes artísticos para trabalhar com crianças com necessidades especiais (Sá & Almeida, 2011). Outros exemplos, como o projeto Migra Project³¹ que acolhe as obras de escritores migrantes da Península Ibérica, ou Minor Literatures³², dedicado a literaturas pouco traduzidas ou escritas em línguas ditas minoritárias, oferecem modelos de sistematização e promoção de obras de línguas e culturas com menor expressão, seja pelas próprias características da língua ou cultura (número de falantes, extensão geográfica), seja pelas circunstâncias socioculturais e socioeconómicas de produção (migrantes, refugiados, etc.). Em Portugal, projetos como Buala³³ ou Filhos do Império e Pós-Memórias Europeias³⁴ começam a avançar nesse sentido.

A literacia multimodal, capacidade de produzir sentidos, através da mobilização de diferentes recursos semióticos é fundamental para diferentes populações e contextos, nomeadamente o educativo (Crawford & Gómez, 2015). A comunicação multimodal que inclui sistemas e estratégias de comunicação aumentativa e alternativa têm sido utilizados para que crianças com limitações na linguagem oral possam comunicar em vários contextos, incluindo o contexto educativo, contribuindo, por exemplo, para o desenvolvimento da literacia em crianças muito jovens (Light et al., 2008). Sistemas robóticos têm sido utilizados como produtos de apoio para a manipulação de materiais educativos. Vários estudos têm demonstrado o potencial da utilização de robôs como produtos de apoio para atividades lúdicas e académicas (Besio, 2008; Encarnação et al., 2017).

Ao mesmo tempo, nos últimos anos têm surgido movimentos que **questionam as ideologias subjacentes às novas tecnologias** e que criticam a exaltação acrítica do progresso tecnológico como politicamente neutro e culturalmente igualitário ou socialmente nivelador ou libertador (Mozorov, 2011). Face ao idealismo utópico que encontrou nas tecnologias informáticas uma ferramenta estritamente democrática e igualitária, tem-se constatado a preponderância de determinadas línguas, culturas e focos de poder (fortemente ligados aos fluxos de capital económico, cultural e político), que dominam tanto as ferramentas como os conteúdos destas novas tecnologias. São precisas, portanto, reflexões sobre a forma como as novas tecnologias são utilizadas, mas também estratégias e práticas que contradigam as correntes centralizadoras e hegemónicas dos usos tecnológicos.

5.1.3 – Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

Num contexto de maior complexidade dos problemas sociais; de novas dinâmicas nas relações entre os sectores público, privado e terceiro sector; de necessidade de maior eficiência na gestão de recursos financeiros e humanos; o desenvolvimento de uma agenda de inovação será fundamental para o encontro de novas e melhores respostas sociais, mais eficazes e por conseguinte mais adaptadas às reais necessidades e expectativas das pessoas.

Serão fatores determinantes da agenda de inovação:

³¹<http://www.migrantwriters.org/project/>

³²<http://www.minorliteratures.org/>

³³<http://www.buala.org/>

³⁴<http://memoirs.ces.uc.pt/>

- A mobilização de **novos agentes de mudança**.
- O **reconhecimento e regulamentação de novas profissões emergentes** no campo social.
- As **lideranças** e a sua qualidade.
- A **formação de profissionais** capacitados e comprometidos para atuar no sentido de favorecer a inclusão social.
- A **gestão de conflitos**, nomeadamente a contradição entre a exigência de resultados de curto prazo decorrentes, por exemplo, de pressões de financiadores e a necessidade de um período longo para obter resultados e impactos visíveis e consistentes.
- O desenvolvimento e estabilização de **novos modelos de funcionamento e gestão de parcerias entre organizações** do terceiro sector ou entre estas e as empresas, associações ou instituições públicas.
- O desenho de **sistemas de governação integrada** ou de governação em rede a nível local, que pode ter expressões de menor ou maior integração desde a mera partilha de informação, à cooperação, à colaboração ou até à fusão.
- O papel das **tecnologias no desenvolvimento de novas respostas sociais** e a multidisciplinaridade nas abordagens e compreensão dos problemas e no desenho das soluções.
- O desenvolvimento de **novos modelos de financiamento dos processos de inovação** social, pela interligação entre retorno, risco e impacto.
- O desenvolvimento de estratégias que combinem o recurso a vários saberes, da educação à tecnologia, com o envolvimento da sociedade em geral no desenho de interpretação.

Assim, propõe-se uma agenda para processos inovadores que contribuam para:

- A consolidação de uma cultura de acolhimento assente numa **ética de hospitalidade cultural** por via de programas de intervenção locais, em que as tecnologias e as práticas de inovação social se constituam como estratégias de aproximação entre culturas diversas e de humanização das relações entre indivíduos e dos próprios indivíduos, independentemente dos contextos socioeconómicos onde se inserem e por onde se movimentam.
- O desenvolvimento de estratégias, **práticas e ferramentas em acesso livre** que facilitem o intercâmbio cultural e o conhecimento das culturas minoritárias ou migrantes que coexistem em Portugal, tanto na fase da recolha das suas produções literárias, culturais, artísticas, etc., como no que respeita à sua difusão junto das próprias populações produtoras e da sociedade em geral.
- A criação de **espaços e momentos** que proporcionem aos/às jovens em geral e, mais especificamente, aos/às jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, oportunidades de participação ativa em experiências democráticas.

5.1.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Nesta matéria será necessário ter em consideração:

- A **velocidade** das transformações sociais, evolução tecnológica, grupos de influência e atores/as sociais convivem com profundas **desigualdades: antigas ou novas e estruturais**.
- Incapacidade de **corrigir assimetrias** que produzem cenários de exclusão.
- A **inovação tecnológica e social falharem** no cumprimento das suas promessas.

- Incapacidade para olhar de modo crítico para a inovação tecnológica enquanto **normalizadora e reguladora** de práticas, corpos, visões de mundo e discursos.
- **Barreiras à participação** - o acesso à informação, a mobilidade, a comunicação, as atitudes e crenças sociais, as decisões políticas sobre a estrutura organizativa dos serviços e a sua distribuição geográfica.
- A **sobrevalorização dos valores, atitudes e crenças dos grupos sociais dominantes** e maioritários existentes em relação aos dos grupos minoritários.
- A **supremacia atribuída às competências cognitivas em detrimento das competências sociais** e de interação conduzindo à existência de barreiras à integração social e de construção de sentimentos de pertença a uma comunidade mais alargada do que a que preside ao grupo minoritário a que pertence.
- A não **dignificação e reconhecimento de um leque de competências** diversificadas tais como afetivas, relacionais, motoras, cognitivas, bem como de valores e crenças que contribuem de igual modo não só para a inclusão social como para uma sociedade do conhecimento.
- O perigo de assumir que a inovação tecnológica, por si só, e o acesso à mesma, é suficiente para combater os fenómenos vários de exclusão, não implementando medidas que visem um aumento das práticas e do conhecimento humanístico.
- A incapacidade de educarmos para que as pessoas desenvolvam competências que lhes permitam serem capazes de selecionar informação, nomeadamente em meta arquivos de conhecimento social.
- O grau de **incerteza** sobre se o conhecimento produzido e disseminado atingiu os objetivos que se desejavam é maior.
- A complexidade tecnológica e mesmo do conhecimento, não ser ainda acompanhada de uma maior complexidade social.

5.2 – Subtema 2: Proteção Social, rendimento e emprego

Os desafios da inovação identificados para o subtema 2 são apresentados de acordo com os três eixos identificados a partir dos contributos recebidos e que estão descritos no Capítulo 4 deste subtema. Estes eixos enquadram-se nos objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados pela agenda 2030 definidos pela ONU.

5.2.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030: oportunidades e fatores críticos de desenvolvimento

Eixo 1: Sistemas de proteção e segurança social

Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

No que concerne os sistemas de proteção e de segurança social, apesar do debate desenvolvido na última década sobre a sustentabilidade dos sistemas de segurança e proteção social, designadamente sobre a viabilidade de um sistema essencialmente público, persiste uma grande **carência de estudos científicos** que abordem uma perspetiva de inovação social que vise a adequação dos sistemas aos processos de mudança e de transformação social e demográfica que Portugal tem conhecido desde, pelo menos, o final do século XX.

Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

No que concerne uma agenda de inovação, a crise económico-financeira aprofundou algumas das debilidades dos sistemas de proteção social que urge colmatar. A este respeito é fundamental conceber uma agenda de inovação que responda a três desafios determinantes. Primeiro, considera-se prioritária a análise das diferentes modalidades de **financiamento do sistema de segurança social**, medindo até

que ponto é possível incorporar outras fontes de rendimento (capital, propriedade, mais valias, etc.) para além dos rendimentos do trabalho. Em segundo lugar, esta agenda deve analisar as **formas de adequação** que o sistema deverá incorporar de maneira a responder equitativamente às mudanças sociais e demográficas que atingem a população portuguesa. Em terceiro lugar, deverá ser montada uma **nova agenda de políticas públicas** que seja capaz de aumentar o âmbito e a eficácia das políticas sociais e redistributivas existentes, como enquadrar medidas inovadoras orientadas para redução das formas de vulnerabilidade e de discriminação que afetam os grupos de risco mais diferenciados (p. ex.: crianças e jovens, idosos, famílias monoparentais, pessoas com deficiência, desempregados de longa duração, e outras pessoas em situação de extrema pobreza ou sobreviventes de crime e/ou trauma).

Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Os fatores críticos derivam precisamente do sentido das **mudanças** que irão ocorrer **na sociedade portuguesa** nos próximos tempos. Por exemplo, o agravamento dos desequilíbrios demográficos (aumento do envelhecimento, manutenção dos níveis de emigração, pouca capacidade de atração de imigrantes), conjugado com a manutenção de taxas de desemprego relativamente elevadas, à qual se acrescenta o impacto imprevisível da automação, da inteligência artificial e da digitalização dos processos produtivos e de criação, e que poderão comprometer a capacidade inovadora e de sustentabilidade dos sistemas de proteção e segurança social.

Eixo 2: Dinâmicas abrangentes e inclusivas de Emprego

Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

O aumento do desemprego e a destruição do emprego aceleraram com a crise económico-financeira. Trata-se de uma realidade relativamente singular em Portugal, para a qual não se produziu um diagnóstico aprofundado como seria suposto. A este respeito é importante compreender mais pormenorizadamente em que medida o elevado nível de **desemprego** produziu **novas formas de pobreza** e intensificou as **desigualdades sociais**. Por outro lado, é importante diagnosticar quais as componentes contratuais e as condições laborais que caracterizam os **novos empregos** que, entretanto, têm vindo a ser criados.

Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

Para uma agenda de inovação neste domínio e dado o impacto que o desemprego produziu na economia e na sociedade portuguesa, torna-se prioritário em termos de políticas públicas conceber uma agenda de inovação que responda decisivamente a este desafio. Para tal, identifica-se três eixos principais: **diminuir os níveis de precarização laboral e de subemprego** que se intensificaram na população empregada (nomeadamente nos mais jovens); **adequar as ofertas de emprego a diferentes populações** em risco de pobreza e/ou de exclusão social tanto por motivos de privação material e de rendimento, como por vulnerabilidades decorrentes de limitações motoras, e de dificuldades psicossociais e mentais; **aumentar o emprego de qualidade**, com proteção social e com direitos de cidadania garantidos para todos.

Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Como fatores críticos considera-se que a maior ameaça a uma agenda de emprego de qualidade é a continuação das **tendências de precarização do trabalho**. Se estas não forem travadas tanto no setor público como no privado, dificilmente se poderão implementar políticas públicas inovadoras que promovam a coesão e inclusão social.

Eixo 3: Sistemas de Intervenção, Capacitação e Acompanhamento no Percurso Vital

Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

Os sistemas de intervenção, capacitação e de integração social no decurso do percurso vital, carecem ainda de um desenvolvimento sistemático, por se observar uma assinalável carência de estudos científicos apesar do **esforço circunscrito e meritório de algumas equipas de investigação**.

Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

Os desafios para uma agenda de investigação neste domínio devem assentar na premissa de que são enormes as necessidades e múltiplos os desafios que decorrem da implementação de sistemas que promovam a **capacitação** e a **integração social**. Todavia consideramos quatro grandes eixos orientadores: garantir a **autonomia** económico-financeira e ocupacional dos **indivíduos** de maneira a que as populações mais vulneráveis não vivam numa permanente dependência face aos subsídios públicos; aumentar os **níveis de escolarização e qualificação** em populações que careçam de formação nos níveis de ensino secundário e superior; qualificar os **serviços de proximidade** (públicos e do terceiro setor) para que estes possam ser mais ágeis e eficazes na solução dos problemas sociais e económicos que afetam populações e territórios diferenciados; **diversificar** os campos de atuação e de resposta dos **serviços de apoio** e de **prestação social**, nomeadamente em áreas ainda pouco desenvolvidas como a saúde mental entre outras.

Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Considera-se como fator crítico mais premente neste domínio a dependência face à vontade política em assumir verdadeiramente que **o desenvolvimento do país deverá ter como base critérios de qualidade** orientados para o aprofundamento da melhoria geral das condições de vida, da democracia, da participação e da autodeterminação ao longo da vida. A sua concretização depende também da **valorização da ciência** capaz de se afirmar como inovadora, substantiva e metodologicamente, e como promotora dos direitos humanos e sociais.

5.3 – Subtema 3: Inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade da democracia

5.3.1 Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Podemos identificar as seguintes dimensões contextuais relevantes para os desafios e objetivos que o nosso país enfrenta até 2030:

- Um contexto internacional de **quebra de confiança nas instituições** públicas e políticas, nos partidos tradicionais e seus representantes e na justiça;
- Um contexto europeu e internacional em que as posições, atitudes e **alternativas** políticas, sociais e de construção de cidadania surgem **polarizadas**, opondo por exemplo, ‘europeístas’ a ‘não europeístas’;
- Reflexo destes contextos a nível nacional, com **descontentamento** e **desafeição** em relação aos **processos políticos**, sobretudo por parte dos mais jovens;
- **Afastamento** dos cidadãos da participação **política tradicional**, nomeadamente no âmbito do sistema partidário, dos atos eleitorais e do sindicalismo;
- Crescimento de movimentos sociais e de **outras formas de participação**, p.ex. plataformas de comunicação digital, associações e organizações não governamentais (da escala local à global), lançamento e assinatura de petições públicas e de Iniciativas de Cidadania Europeia, denúncia pública

de abusos ou violações de direitos, entre outros.

Neste quadro, identificamos os seguintes desafios e objetivos:

- **Aprofundamento** das oportunidades de **participação social** nos processos de governação por parte dos grupos mais excluídos socialmente e, portanto, arredados dos processos de tomada de decisão.
- Efetivar os direitos de **cidadania** das **pessoas com deficiência** e a sua participação na definição do projeto de cidadania.
- **Inclusão** de **grupos de risco** ou em situação de exclusão social.
- O **envelhecimento ativo** tendo em conta as tendências da população portuguesa.
- Socialização e envolvimento político dos mais **jovens**.
- Socialização e envolvimento comunitário dos mais jovens.
- Cidadania ativa e envolvimento dos cidadãos na **construção de comunidades**.

5.3.2 Principais desenvolvimentos no âmbito da inovação social nos últimos dez anos

Nas últimas décadas tem-se registado um *'participatory turn'* em vários setores ligados a políticas públicas, nomeadamente no setor do ambiente e do planeamento urbano. Apesar desta maior preocupação em ouvir e envolver os cidadãos e comunidades no processo de tomada de decisões sobre políticas públicas, a literatura revela uma enorme variedade de abordagens participativas com objetivos e impactos muito diferenciados, algumas das mesmas muito tecnicistas e carecendo de uma perspetiva psico-sociocultural adequada à população alvo.

Surge assim um reconhecimento de que a **cidadania** é o resultado da luta dos diferentes grupos, classes e movimentos para aumentarem a autonomia e controlo sobre as suas vidas em face das diferentes formas de estratificação, hierarquia e opressão política existentes.

Neste quadro, várias organizações, instituições e programas – governamentais e não governamentais – têm desenvolvido uma intervenção ativa. Destacam-se:

- A realização de **Assembleias de Jovens**, cujo objetivo principal é promover uma contínua participação em todas as etapas dos projetos, passando pela elaboração do diagnóstico até ao planeamento e avaliação das atividades, como estratégia de desenvolvimento da sua autonomia;
- Atividades que visam apoiar o **empreendedorismo e a capacitação dos jovens**, através da criação de ações que os incentivem a apresentarem as suas ideias, a criarem projetos, a organizarem ações em prol dos seus interesses e da sua comunidade, tendo em vista a sua gradual emancipação;
- Programas de **formação para a cidadania** e de capacitação orientados para jovens descendentes de outros países e de minorias étnicas;
- Implementação de processos de **orçamento participativo**;
- Práticas de **turismo social** que permitem a diminuição do isolamento social dos seniores e, simultaneamente, o seu contacto com diferentes realidades, conduzindo à promoção de atividades desportivas e culturais neste grupo e contribuindo para um envelhecimento ativo;
- Emergência de grupos centrados na faixa etária de 12-15 anos ('grupos de pré-jovens') que visam a capacitação e **envolvimento comunitário e cívico**.

5.3.3 Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

- Implementação de uma política de **cidadania de proximidade**, visando, em particular, a integração das populações mais desfavorecidas.
- Implementação de programas de **educação para a cidadania no século XXI**, abrangendo múltiplos e diversos públicos (crianças, jovens, população urbana e rural (autóctone e migrantes)).
- **Ensino** de **Sociologia Política** e de **Ciência Política** a nível do 12º ano, tendo em conta as experiências levadas a cabo que mostram o seu efeito no envolvimento, conhecimento, participação e interesse na política dos mais jovens.
- Conceção e implementação de uma **política concertada de cidadania a nível transnacional** no que respeita à participação política e cívica das **comunidades emigrantes portuguesas**.
- Reconceptualização dos modelos de integração social e criação de novos mecanismos de **inclusão cidadã** (participação política e cívica) para os segmentos mais desfavorecidos da população (jovens, idosos, mulheres; deficientes; migrantes).
- Conceção de projetos de **valorização da Arte** como instrumento de cidadania e de interculturalidade.
- Desenvolvimento de políticas que se adequem a todos.
- Facilitar a criação de grupos de **pré-jovens**, em articulação com entidades públicas que podem fornecer espaços para este grupos (p.ex., juntas de freguesia) bem como com outras entidades que podem colaborar na formação destes grupos, p.ex. universidades.
- Elaboração de **projetos multidisciplinares**, que permitam cruzar saberes de diferentes áreas.
- Dar a voz aos grupos em causa para que sejam parte da solução e não um problema.
- Desenvolvimento de **soluções integradas** nomeadamente em áreas como: turismo para todos, acessibilidade digital e as tecnologias de apoio.
- **Investigação-ação** sobre abordagens e metodologias menos formais e mais colaborativas e ajustadas à população alvo e que fomentem realmente a participação e o envolvimento das comunidades e dos cidadãos em todas as fases do processo. Estas metodologias devem servir simultaneamente para:
 - ✓ fomentar o **diálogo intergeracional** e multicultural ao nível comunitário e social;
 - ✓ promover a proximidade e o **diálogo das comunidades e da academia** com os representantes do poder local;
 - ✓ promover o **diálogo entre diferentes formas de conhecimento** - e.g., entre conhecimento local das populações e conhecimento ‘académico’;
 - ✓ **envolver os cidadãos/participantes** na avaliação dos processos de investigação-ação.
- Facilitar a **criação de espaços e momentos** que proporcionem aos **jovens** em geral e, mais especificamente, aos jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, oportunidades de participação ativa em experiências democráticas, no sentido de:
 - ✓ promover o desenvolvimento de competências de cidadania;
 - ✓ estimular a sua criatividade e proatividade na identificação, criação e implementação de soluções para necessidades sentidas pelos próprios e pelas comunidades onde estão

inseridos;

- ✓ promover a tolerância e o respeito pela diferença;
- ✓ promover o conhecimento dos direitos e deveres cívicos e comunitários;
- ✓ fomentar o diálogo entre jovens e atores políticos;
- ✓ fortalecer o protagonismo dos jovens na vida comunitária;
- ✓ consciencializar os jovens para o impacto que as suas posições e decisões podem ter na construção de políticas públicas;
- ✓ identificar formas de eliminar ou reduzir estas formas de opressão e dominação social;
- ✓ criação de oportunidades de participação na governação.

- Contribuição da agenda para uma maior **promoção do envelhecimento ativo** nas camadas mais velhas da população e, conseqüentemente, para a diminuição do isolamento e exclusão social destas.
- Traçar de linhas de atuação estratégica direcionadas para a **inclusão dos diferentes grupos** que se encontram em risco ou em processos de exclusão social.
- As **plataformas digitais de comunicação** tornam-se palco do espaço público e, pela sua facilidade de acesso e capacidade de mobilização, podem ser potenciadas enquanto ferramenta inovadora de participação dos cidadãos. Importa contribuir para a criação de plataformas que vão ao encontro dos interesses dos cidadãos e que permitem estabelecer canais bidirecionais de informação e comunicação com especialistas (académicos, jornalistas, técnicos da administração pública, dirigentes associativos, etc), agentes do Estado e do sistema partidário, com vista a fomentar o debate plural e informado e implicar os cidadãos na participação cívica.
- Consideração das condições de **desigualdade no plano da literacia mediática e digital**, assim como a importância de cruzar iniciativas desta natureza com plataformas de comunicação já existentes (redes sociais, meios de comunicação social, etc.) para assegurar a visibilidade e relevância social dos fóruns e a participação extensiva dos cidadãos.

5.3.4 Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Necessidade de **maior formação** e **'sensibilidade'** psico-sociocultural dos **investigadores/interventores** que trabalham com **metodologias colaborativas**. De facto, este tipo de abordagens requer competências específicas de escuta ativa, conhecimento do processo e metodologias adequadas, mediação, trabalho com diferentes populações, etc.

Este tipo de metodologias colaborativas envolve maiores necessidades ao nível de recursos temporais e também financeiros. Por isso, um dos fatores críticos relaciona-se com uma necessidade de ajustamento ao nível do financiamento dos projetos de investigação/inação. Num cenário macro, as condições políticas e económicas da Europa, assim como do nosso país, podem impossibilitar a aplicação da agenda.

Participação de todos e de todas, independentemente da origem social, cor, etnia, idade, orientação sexual, género e deficiência, na construção de um projeto de cidadania inclusivo, conseqüente e justo.

A adoção de uma perspetiva social que tem em conta **as pessoas em condição de vulnerabilidade** como **base para a construção de um projeto de cidadania**. O envolvimento dos cidadãos tem de considerar as pessoas em condição de vulnerabilidade e as suas organizações representativas. Um dos fatores de

isolamento e/ou exclusão prende-se com a (in)capacidade económica das pessoas, comprometedora do seu acesso a bens e serviços.

A agenda pretende ser um documento com linhas orientadoras de atuação, não sendo possível que a mesma ultrapasse aquilo que terão de ser posteriores compromissos das entidades.

5.4 – Subtema 4: Equidade territorial e mobilidade

5.4.1 – Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Desde logo, um primeiro desafio no campo da inclusão social e a cidadania, que também diz respeito às questões da equidade territorial, diz respeito a um **reforço e investimento na investigação-ação** que, aliás, se considera necessário no campo mais geral das ciências sociais e humanas, já que a componente de investigação-ação é menos direta e temporalmente mais morosa e complexa quando comparada com o que acontece nas ciências ditas exatas.

Um segundo desafio é o de concretizar, de modo mais intenso, o objetivo de **aproximação da academia à sociedade civil**. Isto é, enveredar em movimentos e ações no sentido da academia e das organizações da sociedade civil trabalharem em rede e, sobretudo, desenvolverem um trabalho colaborativo para que se efetive a mudança social tão premente neste âmbito e no contexto atual do país, no sentido da recuperação de uma situação de austeridade que escalou as situações de exclusão social e territorial.

Ainda neste quadro, a **validação e a disseminação do conhecimento produzido no quadro da investigação desenvolvida em ciências sociais** emerge como o terceiro desafio. Se a inovação social ocorre por via da apropriação dos resultados da investigação científica por parte da sociedade ou, melhor ainda, pelo desenvolvimento de processos colaborativos entre a Academia e a Sociedade, o desenvolvimento de experiências de validação do conhecimento científico e da sua transmissão e adaptação aos problemas dos contextos sócio-territoriais concretos emerge como um processo fundamental.

Um quarto desafio diz respeito à realização de uma agenda de inovação que tem como grande oportunidade a definição de linhas orientadoras para uma **estratégia de intervenção clara que vá ao encontro dos desafios sociais ligados à territorialidade, com destaque para problemas como as assimetrias entre Litoral e Interior** (com destaque para os desafios dos territórios de baixa densidade), nomeadamente as assimetrias educativas, socioeconómicas, demográficas. Incluem-se também aqui os **problemas de segregação escolar, espacial e marginalização urbana**, com destaque para os agrupamentos de escolas e para os bairros com défices sociais, que também podem ser designados como agrupamentos de escolas prioritários e bairros prioritários, e que incluem os Territórios educativos de intervenção prioritária, por um lado, e os bairros de barracas, “ilhas” urbanas, bairros sociais, bairros clandestinos e bairros degradados dos subúrbios e da cidade-centro envelhecida, por outro. Note-se que ao incluir os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária TEIP), por um lado, e, por outro, os dois tipos de áreas (territórios de baixa densidade e bairros prioritários urbanos) no quadro do desafio da territorialidade, se privilegia uma visão integrada multi-escalar, que parece mais interessante e prometedora para lidar com lugares/comunidades marcados por problemáticas complexas e multicausais.

A **ligação entre inovação nas ciências sociais e inovação técnica e tecnológica** no âmbito da equidade territorial revela-se como o quinto desafio que gostaríamos de destacar. Por um lado, a utilização de dispositivos tecnológicos para facilitar os processos de recolha de informação no quadro de investigação em ciências sociais revela-se prometedora. Por outro, a compreensão dos comportamentos espaciais

dos indivíduos contribui para a produção de dispositivos e equipamentos mais adaptados à melhoria da sua mobilidade e vida quotidiana

O sexto desafio diz respeito à implementação de **medidas inovadoras no campo do empowerment e da integração sócio-territorial de grupos vulneráveis**. Inclui-se aqui a promoção da inclusão social dos públicos escolares dos Territórios educativos de intervenção prioritária, por um lado, e dos residentes em bairros prioritários e dos migrantes de países terceiros, por outro, especialmente na dimensão participativa e muito concretamente na procura de intensificar as formas de participação cívica e política, quer em termos gerais, quer no próprio funcionamento do sistema educativo. Outro exemplo diz respeito ao aprofundamento das estratégias de capacitação de lideranças ao nível local, especialmente no caso dos mais jovens.

O **reforço da capacidade de analisar prospectivamente os processos socioterritoriais e de antecipar problemas** constitui o sétimo desafio da inovação. Por exemplo, a realização de projecções cientificamente sustentadas da fecundidade e da população nas várias regiões pode e deve funcionar como um dos inputs para o desenho de políticas de ordenamento do território que promovam, de forma sustentada, maiores níveis de equilíbrio em Portugal. Estudar do ponto de vista geográfico e geopolítico a probabilidade do incremento da chegada de embarcações com refugiados ao sul de Portugal e à Madeira, pode também contribuir para a criação de uma estratégia de emergência que facilitará a implementação de um processo de acolhimento mais eficaz. Também a investigação no domínio dos riscos ambientais associada à vulnerabilidade das populações presentes nos vários territórios é fundamental para a construção de planos de prevenção e para a implementação de soluções capazes de antecipar situações de catástrofe. Isto remete, evidentemente, para um reforço da cooperação entre ciências sociais e ciências naturais.

5.4.2 – Principais desenvolvimentos nos últimos dez anos

No domínio da ligação entre **a academia, o setor público e a sociedade civil** é possível identificar um **conjunto de programas e projetos destinados à promoção da inclusão sócio-territorial de comunidades e territórios que assumem um carácter inspirador** e possuem componentes que podem, parcial ou totalmente, ser replicadas.

Um primeiro exemplo diz respeito a certos projetos incluídos no âmbito do Programa Escolhas, já mencionado neste Relatório, ou da Academia UBUNTU, que juntando parceiros públicos, organizações de solidariedade social e unidades de investigação têm contribuído para aprofundar as estratégias de capacitação de lideranças ao nível local, especialmente junto dos mais jovens, assumindo uma perspectiva de intervenção do tipo “whole of community”. Outro bom exemplo corresponde ao projeto Orquestra Geração, coordenado pela Escola de Música do Conservatório Nacional com o apoio do Ministério da Educação e de várias Fundações privadas, que tem como propósito aumentar as competências sociais e promover a inclusão de crianças e jovens residentes em bairros desfavorecidos, através da aprendizagem da música de orquestra. Neste projeto, a cooperação com instituições de investigação tem sido feita de modo contínuo, permitindo analisar a estratégia de organização e implementação e avaliar os impactos do projeto nas comunidades, contribuindo para justificar a sua continuidade ao longo dos últimos 10 anos.

No que concerne à intervenção nos territórios de baixa densidade, tem-se vindo a consolidar todo um conjunto de projetos para a promoção das economias locais, frequentemente no quadro de **lógicas colaborativas** que envolvem **ONG’s, IPSS’s, associações de desenvolvimento local e unidades de investigação**, enquanto motor de sustentabilidade das comunidades aí presentes. A promoção destas

economias acarreta consigo dois fatores fundamentais: por um lado, a **promoção dos elementos distintivos locais** que as caracterizam em termos culturais, históricos e económicos e, por outro, a **promoção de economias** que vão ao encontro das necessidades das populações, ao nível do emprego e no acesso a bens e serviços. Tem sido uma preocupação dos diferentes atores a promoção da competitividade e inovação nas economias de escala associadas às diferentes regiões, com o claro objetivo de proteção dos traços distintivos locais e manutenção/atração de população residente. A **investigação aplicada** tem valorizado os estudos de diagnóstico de necessidades e os estudos prospetivos, identificando os problemas, desafios e oportunidades existentes, e contribuindo para a construção colaborativa de estratégias de atuação.

No quadro das **intervenções em bairros prioritários**, têm sido desenvolvidos diversos projectos experimentais de integração sócio-territorial que, não obstante as suas diferenças em termos estratégicos, de temporalidade e intensidade, conjugam diversos atores do setor público, da sociedade civil e da academia. Como exemplos, podem citar-se a iniciativa comunitária URBAN e o instrumento de programação integrada Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) em meio urbano, ambos da responsabilidade da Comissão Europeia, bem como os programas PROQUAL, Iniciativa Bairros Críticos (IBC), as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) e os BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária) em Lisboa, todos de iniciativa nacional.

A **implementação de projetos de investigação de carácter interdisciplinar**, designadamente no que respeita à articulação entre componentes de inovação social (no quadro das ciências sociais) e inovação tecnológica (no quadro das ciências exatas e tecnologias) tem conhecido alguns progressos que, embora ainda limitados, abrem uma esfera de oportunidades que importa desenvolver. Um exemplo é o projeto *iNeighbour TV - Interactive television promoting comfort and sociability among senior citizens*, que teve como propósito desenvolver soluções de TV interativa com incorporação de soluções destinadas a facilitar a integração social dos idosos. Num quadro distinto, o projeto *Genmob – Género e mobilidade: desigualdades no espaço e tempo*, recorreu a uma aplicação informática para registar os padrões de mobilidade da amostra utilizada, o que permitiu obter dados ilustrativos das diferenças entre homens e mulheres. Por último, a promoção e facilitação da mobilidade ativa das pessoas com deficiência está na base do potencial desenvolvimento de modelos de bicicletas adaptadas a partir de um design integrado, para que a parte central da bicicleta possa ser comum com o das pessoas sem deficiência e, também, a vários tipos de deficiência, possibilitando um custo menos elevado. Outro aspeto inclui a criação e desenvolvimento de programas de mobilidade e de jogos adaptados para a aprendizagem e domínio das bicicletas por parte das pessoas portadoras de deficiência, à semelhança do que pode ser feito usando o slalom para as cadeiras de rodas.

Finalmente, e tal como referido no capítulo 2 desta agenda e especificamente no subtema Proteção Social, Rendimento e Emprego (Agenda de Investigação – capítulo 4), também no âmbito das questões da habitação, da mobilidade e das migrações foram criados **observatórios**, quer por parte da academia (e.g. Observatório da Emigração do CIES/ISCTE, com envolvimento do SOCIUS DO ISEG e do CEG/IGOT – ambos da ULisboa – e do IS da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), quer de entidades governamentais (e.g. Observatório das Migrações do ACM ou Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana, recentemente criado no âmbito do IHRU) que têm como propósito sistematizar e analisar informação essencial, quer documental, quer estatística, e realizar estudos para apoio à implementação de melhores políticas públicas.

5.4.3 – Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

Não obstante a recuperação da economia portuguesa verificada nos últimos dois anos, com consequências sociais claramente positivas, o processo de empobrecimento e de incremento das desigualdades imediatamente anterior, que teve reflexos ao nível da **segregação** e da **marginalização dos territórios**, designadamente por via dos processos de **desinvestimento público**, deixou marcas profundas. Isto implica que os problemas existentes são graves e que a sua resolução será prolongada e efetuada num quadro de recursos escassos que, para além de exigir forte motivação e cooperação dos atores, abre espaços para o exercício da criatividade na pesquisa de soluções inovadoras no domínio sócio-territorial, tanto regional como metropolitano e urbano.

A experiência e o sucesso em termos de políticas públicas que aparecem apoiadas em processos colaborativos entre a academia e os serviços públicos, de que é exemplo a integração dos imigrantes, fornecem pistas relativamente ao modo como este tipo de interação pode ser fomentado. Na verdade, é fundamental valorizar as **Alianças de Conhecimento**, entre os produtores de saber tácito assente na experiência (ONG's, IPSS's, serviços públicos, muitas empresas) e os produtores de conhecimento científico, no quadro de projetos colaborativos de intervenção sócio-territorial.

A existência de diversos projetos e iniciativas locais direcionados para a geração de maior equidade territorial, por vezes incorporando elementos informais, já em desenvolvimento e a evidenciarem resultados positivos, mas com fragilidades diversas constitui uma base para o desenvolvimento de processos de cooperação com a academia. O envolvimento desta pode contribuir para potenciar estes projetos e alargar os seus horizontes, ao mesmo tempo que se revela gratificante para os investigadores, estimulando a pesquisa de soluções com utilidade e resultados palpáveis.

Na conjuntura atual, parecem abrir-se oportunidades para a implementação de **alternativas** relativamente ao **paradigma de produção científica dominante**, que toma como referência certas ciências naturais e a medicina, orientado compulsivamente para a quantidade de produção (o centramento em tipos muito específicos de outputs, com um claro predomínio dos artigos nalgumas revistas de um determinado tipo de sistema científico), no quadro de uma **ciência 'fast'**. Atualmente, a agenda da FCT já tenta reverter e conter este cenário, incorporando uma visão mais abrangente de processos de pesquisa e resultados, abrindo espaço para a valorização dos processos de investigação-ação. Porém, e tendo em conta a conjuntura global da produção de conhecimento e a sua relação com a hegemonia neoliberal, o desenvolvimento e afirmação destas alternativas constitui um enorme desafio e implicará uma **vigilância epistemológica contínua**.

A valorização que o quadro de apoio à ciência no âmbito da UE confere à **transferência de conhecimento científico para a sociedade civil** e à sua apropriação social e económica revela-se outro fator estimulante da implementação de uma agenda de inovação ligada às questões da inclusão sócio-territorial.

5.4.4 – Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

As tendências relativas à retração do investimento público em Portugal em vários domínios, incluindo-se aqui o apoio à Ciência, tornam fundamental um **maior envolvimento do mundo empresarial e fundacional no apoio à investigação**, designadamente a que se orienta para a **inovação social**.

Incluir nos programas de apoio à investigação, **majorações** nos projetos e iniciativas direcionados para a **investigação-ação**, designadamente aqueles que desenvolvam alianças de conhecimento entre Universidades/Centros de Investigação, autarquias locais, terceiro setor e empresas.

Identificar parceiros locais e regionais, potenciando a articulação entre organizações não governamentais e estatais e a constituição de redes, para a definição de estratégias coordenadas e efectivas de intervenção no terreno;

Combater a curta duração no apoio aos projetos de intervenção sócio-territorial. Efetivamente, a implementação de toda e qualquer estratégia produz efeitos económicos e sociais que não são imediatos. Um dos riscos futuros é que a sustentabilidade seja colocada em causa por força de se pretender obter efeitos imediatos.

Apostar em estruturas de intermediação (mediadores locais, equipas interdisciplinares com acção no terreno e outras) que sejam capazes de articular os agentes com atividade diária no terreno (professores, polícias, assistentes sociais, etc.) e as próprias comunidades, sobretudo nos territórios prioritários. Garantir que este processo envolve estratégias de articulação com a academia.

Capítulo 6 – Conclusões

6.1 – Inclusão social e cidadania: a agenda e a sociedade portuguesa

Inclusão social e cidadania, enquanto tema de investigação científica e de inovação, é uma prioridade para Portugal na medida em que essa é uma via para a ciência contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, desenvolvida, socialmente justa e solidária. Iniciámos a secção 1.2 afirmando que a concretização desta ideia de sociedade será sempre uma tarefa inacabada.

O recente relatório da OCDE intitulado *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility* (OECD, 2018a) trouxe uma maior clarividência à necessidade de Portugal não entrar em descanso nesta matéria, ainda que se reconheça o esforço já despendido e os avanços entretanto concretizados. Mesmo assim, na sociedade portuguesa são necessárias cinco gerações (em média) para que uma família deixe o estado de pobreza. Este valor é próximo da média da OCDE (quatro gerações e meia), vindo o melhor exemplo da Dinamarca onde duas gerações serão suficientes para dar esse salto. Ou seja, neste âmbito, a nível nacional, é possível fazer melhor.

Difícil de contrariar, a exclusão social, de natureza variada, requer políticas públicas fortes e coesas entre si, que não se conformem com a existência de cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe. O desafio não é novo e tem-se colocado em diferentes escalas: regional, nacional, europeia e internacional; no último caso, nomeadamente através da Agenda 2030 das Nações Unidas. O capítulo 3 apresentou e enquadrou as estratégias levadas a cabo nos últimos dez anos assim como apontou as preocupações que orientam as elaboradas para a próxima década.

No entanto, não haverá sucesso nas políticas sem a emergência do conhecimento necessário à reorganização social, sem o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma nova ordem coletiva. Sheila Jasanoff considera que, para ser forte e não fraca, uma co-produção entre ciência, política e ordem social tem de ser mais do que um processo de representação do mundo tal como ele é, ‘but also concurrently a representation of the world as you want it to be in various ways’³⁵. A elaboração desta Agenda visa antecipar um suporte epistémico a necessidades políticas futuras, incrementado e reforçado pela participação no Grupo de Peritos quer de académicos quer de outros atores ligados à inovação social e conhecedores dos problemas sociais no terreno, que aceitaram o desafio de refletirem em conjunto. Para tal, também contribuiu a consulta pública entretanto lançada sobre as principais questões a desenvolver no programa de investigação que é esta agenda de I&I, assim como o inquérito sobre o mesmo tema dirigido aos organismos públicos relevantes em matéria de Inclusão Social e Cidadania.

Resultante de balanços e debates acerca do que foi alcançado na última década e sobre o que se pretende alcançar no futuro, a agenda Inclusão Social e Cidadania identifica as questões prioritárias de investigação e inovação até 2030 (capítulos 4 e 5). Os temas coincidem em ambas as vertentes: A) inclusão na sociedade do conhecimento; B) proteção social, rendimento e emprego; C) inclusão cívica e democrática – cidadania e qualidade na democracia; e D) equidade territorial e mobilidade. Sob cada um destes oito itens, agrega-se uma multiplicidade de objetivos e desafios que beneficiarão de uma sistematização final. Em paralelo, é importante a emergência de novos paradigmas de gestão de I&I, que foram sendo explicitados ao longo desta Agenda.

³⁵ <http://www.futureearth.org/blog/2014-jul-23/be-inclusive-you-need-more-voices-qa-sheila-jasanoff> (consultado em outubro de 2018).

A síntese que seguidamente se apresenta foi feita tendo em conta que os tópicos mencionados se entrecruzam entre si e têm pontos em comum. Aproveitando essa convergência, procedeu-se à sua re-arrumação em diferentes dimensões ou patamares. Em primeiro lugar, as questões ligadas ao desenvolvimento da pessoa e da **formação** do indivíduo, como forma de possibilitar uma maior inclusão na sociedade do conhecimento, uma inclusão que se pretende que seja mais cívica e democrática. Uma segunda dimensão consiste em promover a dignidade do **trabalho** e do indivíduo, em termos de emprego, rendimento e proteção social. Em terceiro, surge a necessidade de aprofundar coletivamente o pensamento político, de forma a emergir uma **mentalidade** social mais inclusiva e democrática, onde enraizar melhor a equidade e mobilidades territoriais. Neste último contexto, continua a obrigação de refletir sobre velhos e novos problemas relativos às condições materiais, nomeadamente habitação e mobilidade. Por último, são precisas novas ideias para garantir a qualidade das **instituições** – do sistema judicial, da governação e da democracia.

6.2 – As áreas estratégicas para a I&I em ISC até 2030

(i) - Desenvolver pessoas, formar cidadãos: para uma maior inclusão na sociedade do conhecimento e para uma inclusão mais cívica e democrática

Pensar uma **Escola Pública** de qualidade, acessível a toda a população, que disponibilize um **conhecimento amplo** desde o início. Ter em conta não só a diversidade dos saberes a que se dá acesso como também a variedade de culturas que os alunos transportam em si mesmos. Desta forma, abre-se a escola e, com ela, a sociedade aos direitos das minorias.

O objetivo é permitir que, através da educação, **cada pessoa** tenha oportunidade de atingir um desenvolvimento pleno das suas capacidades cognitivas, motoras, artísticas, sociais e emocionais, isto é, possua uma **formação global**. Aprofundando esta via, será mais fácil alcançar a plena integração social de cada aluno, independentemente do seu percurso e contexto de vida. Ao mesmo tempo, possibilitando-se a abertura ao outro e a desconstrução de preconceitos associados à exclusão social, promove-se o exercício da cidadania.

Para garantir melhores resultados nos processos educativos e formativos, da infância ou posteriores - porque os percursos de vida são muito distintos entre si -, é necessário em particular:

- Aprofundar o conhecimento sobre **dinâmicas de acesso e apropriação do conhecimento**, e sobre **métodos e técnicas de diferenciação pedagógica**;
- **Articular saberes** para potenciar a inclusão, nomeadamente aprofundando as relações entre a investigação da neurociência e as artes (música em particular), e implementando as mesmas no ensino;
- Desenvolver **plataformas sociais** em que as artes, as humanidades, o desporto e as tecnologias possam contribuir para a mudança social, nomeadamente no sentido de incentivarem o exercício da cidadania e a coesão social;
- Identificar **determinantes e correlatos da atividade física**, com modelos prospectivos e desenvolver soluções de base tecnológica de apoio à capacitação dos cidadãos nesta matéria.

Apostar na educação e formação abrangentes significa preparar melhor o indivíduo para entrar e permanecer no mercado de trabalho, o que poderá resultar em melhores condições de emprego ou de auto-emprego. No entanto, essa via não é condição suficiente para promover a dignificação do trabalho, independentemente da idade e de outras circunstâncias dos trabalhadores e, na impossibilidade de um

emprego ou de um rendimento suficiente, promover a dignificação da proteção social. Estes são dois outros desafios com que a I&I na área da ISC se confronta até 2030, para os quais se passa a explicitar os temas escolhidos para aprofundar.

(ii) - Promover a dignidade do trabalho e do indivíduo: emprego, rendimento e proteção social

Para além do estudo das questões tradicionais do desemprego e da precariedade, uma atenção especial é devida à identificação de **novas formas de emprego** que podem camuflar **formas de precariedade e de subemprego**, e que – pela falta de decência nas remunerações e nos direitos – podem não impedir a pobreza e a exclusão social. Nesta vertente, a I&I pode abrir caminho para consolidar uma nova geração de políticas públicas, de políticas sociais, que melhor apoiem a coesão e a inclusão sociais, contribuindo para a **modernização dos sistemas de proteção e segurança social**, e das estruturas prestadoras de cuidados, considerando também temas como o envelhecimento ativo e o suporte às famílias e entre gerações.

Num outro patamar, em termos de emprego e tendo em conta a evolução tecnológica, situa-se o interesse em desenvolver **novos modelos de trabalho**, sem esquecer o trabalho à distância, novos modelos de liderança, de avaliação de desempenho, de carreiras, de mobilidade e de formação, tendo em conta quer o interesse do empregador quer a realização do trabalhador. Neste contexto, convém lembrar a obrigação de promover o acesso não discriminado e justo das mulheres a cargos de direção nas organizações dos sectores público, privado e do terceiro sector, quer se encontrem a nível local, nacional ou supranacional.

Para além desta abordagem criativa e positiva, os efeitos negativos da **robotização** e da **automação**, por potenciarem novas desigualdades sociais, exigem monitorização e estudo cuidados. As mudanças neste domínio requerem ideias para a elaboração de políticas de formação ajustadas, em particular no que se refere à educação ao longo da vida.

O portfólio das missões de investigação é ainda complementado com questões como o **etarismo**, o **empreendedorismo**, o **autoemprego** e as características das **novas gerações**.

No âmbito da inclusão social e cidadania, educar os cidadãos e dignificar o trabalho são eixos temáticos importantes a desenvolver numa agenda de I&I. No entanto, para melhor vincular entre si os cidadãos, para tornar mais coesa a sociedade, identificou-se como outro foco estratégico de I&I aprofundar coletivamente o pensamento político e garantir a qualidade das instituições.

(iii) - Aprofundar coletivamente o pensamento político: para uma mentalidade socialmente mais inclusiva e democrática, para uma maior equidade territorial e um maior acesso à mobilidade

O cometimento enunciado visa abranger todos os cidadãos, ainda que se equacionem diferentes abordagens consoante a sua vulnerabilidade, e tem de acontecer nos vários contextos – não só na escola e na academia, mas na sociedade em geral – e nas diferentes dimensões territoriais. Ter em conta que é necessário, em particular, incrementar o exercício dos direitos de cidadania das mulheres.

No que diz respeito à esfera das mentalidades, o objetivo é criar condições para que possa emergir uma **reflexão crítica e criativa sobre o conceito de identidade nacional, suas configurações e representações**, assim como equacionar a forma limitada como diferentes indivíduos ou grupos sociais conseguem vivenciar a cidadania. A essa luz, facilitar-se-á a compreensão e monitorização dos processos sociais que potenciam a **erosão de sentimentos de pertença comunitária** assim como dos que levam a **comportamentos discriminatórios e xenófobos**.

Paralelamente, há que possibilitar a **criação e exploração de inteligências coletivas** para imaginar futuros coletivos. Nomeadamente, estas poderão contribuir para atenuar as desigualdades e **clivagens** entre o **desenvolvimento urbano** – com o desafio de o proporcionar em todos os seus espaços, combatendo situações de expulsão e concentração espacial dos pobres e fragilizados, bem como de segregação – e o **desenvolvimento rural**, mitigando a **marginalização de indivíduos ou comunidades**, tais como a exclusão dos **migrantes**, independentemente da sua proveniência ou do seu destino, e dos grupos étnicos racializados.

Imaginar **futuros coletivos** também serve para obter ideias para:

- promover uma sociedade mais pacífica através da implementação de programas de **prevenção de violência e de opressão**, quer física quer psicológica, fundamentados em investigação qualitativa e quantitativa, dirigida a grupos específicos, tais como crianças, jovens e pessoas com deficiência;
- diminuir as **situações** e os **contextos de violência de género**;
- procurar soluções que salvaguardem a **autonomia**, a **autodeterminação** e a **participação dos adultos em situação de vulnerabilidade acrescida**, e prevenir a **institucionalização**, sobretudo de longo-prazo, de **crianças e jovens**.

Numa outra ordem, imaginar futuros coletivos consiste em proteger e promover a **diversidade cultural**, linguística e artística, que compõe a moldura social do país e integra o seu **património simbólico**, tornando-a visível e acessível a todos, tornando-a um pilar incontornável da construção de um país efectivamente de todos e para todos, com igualdade de direitos. Requer ainda aprofundar o **papel da cultura e das artes** na promoção do *empowerment* e da integração social de comunidades e territórios desfavorecidos. Estudar as estratégias de promoção cultural territorializada.

No entanto, promover a **equidade e a mobilidade territoriais** não é meramente uma questão de pensamento coletivo e de cultura. Requer criar condições materiais para que as comunidades sejam menos segregadas e mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Temas como ‘a **habitação** e a efetiva integração das pessoas sem-abrigo’ e ‘impactos do **realojamento em habitação social**’ continuam a ser problemas a precisar de soluções inovadoras dignas, para as quais se espera que as novas tecnologias contribuam.

É expectável que as **casas inteligentes** potenciem a autonomia de pessoas, limitadas na sua independência ou isolamento. Esta é uma área onde a I&I tem muito a desenvolver, no sentido de conjugar avanços tecnológicos com avanços de ordem social.

As alterações em curso nos **mercados imobiliários**, com impactos negativos sobretudo nos grupos mais vulneráveis, colocam novos desafios à I&I, a acrescentar às questões básicas por resolver. Daí a necessidade de se atualizar e monitorizar o **mapeamento dos défices habitacionais** nas várias regiões do país, nas suas expressões quantitativas e qualitativas.

Outros projetos de investigação encontrarão razão de ser no estudo aprofundado dos processos de **regeneração urbana**, **turistificação** e **gentrificação** atualmente em curso nas cidades portuguesas, identificando as consequências geográficas, económicas e sociais daí resultantes. Quando estas forem negativas, mais I&D é requerida no sentido de as limitar e as contornar.

Para além da questão da habitação, a mobilidade ‘fora de portas’ é outro desafio de I&I. Neste âmbito, são requeridos conhecimentos, metodologias e instrumentos que potenciem novas redes alargadas de transportes – públicos, privados – e novas **formas de mobilidade** – ativa, suave ou pesada – nas cidades e comunidades. Pensar como melhorar os mecanismos de monitorização e avaliação da mobilidade,

nomeadamente identificando os seus impactos, em termos de risco de exclusão e de desigualdades sociais, relativamente a zonas ou a indivíduos. Uma especial atenção é devida à população sénior ou com deficiência, à literacia da atividade física e à articulação entre as zonas urbanas e rurais. Segue o enunciado de mais questões carentes de investigação e de soluções de âmbito social:

- Avaliar os efeitos de uma **alocação desigual de recursos às comunidades urbanas e rurais**;
- Compreender melhor os constrangimentos dos territórios de baixa densidade e os **efeitos de bairro**, nomeadamente em termos de cidadania e inclusão social;
- Aprofundar as políticas públicas que visam o combate à injustiça e à vulnerabilidade espaço-social e que promovem a **sustentabilidade ambiental**. Neste âmbito, explorar o contributo da participação cidadã e das novas tecnologias.

A seguir às dimensões ligadas à formação do indivíduo, ao trabalho, à mentalidade coletiva, seguem-se as questões de I&I ligadas à dimensão institucional.

(iv) - Garantir a qualidade da democracia: o patamar institucional

Contribuir para um **novo contrato social**, que seja um garante de qualidade da democracia e da governação, quer a nível nacional quer a nível supranacional. Através do estudo de novos **modelos de representatividade e exercício do poder**, do estudo do **papel do Estado e de outras instituições** que constituem o sistema político, afiançar ganhos ao nível da **inovação institucional**.

No que diz respeito ao **sistema de Justiça**, o desafio que se coloca é na melhoria do equilíbrio, da imparcialidade e da abertura com que esta se relaciona com os cidadãos e com os vários tipos de poder.

No que diz respeito às **políticas públicas**, interessa aprofundar os respetivos processos de elaboração, implementação e monitorização.

Colocar o potencial contributo dos **media** e dos **big data** para servir o bem comum: promover processos inovadores no acesso e no aproveitamento do **big data**, para a compreensão e monitorização dos problemas sociais e para o desenho de respostas inteligentes para esses problemas. O reverso, a sua utilização para favorecer os interesses de determinados grupos sociais ou económicos, também será um campo de exploração para a I&I.

*

Ficam assim mapeadas as necessidades de investigação e inovação sobre o tema 'Inclusão Social e Cidadania' até 2030. A prioridade e a riqueza das questões de I&D identificadas neste âmbito encontram o seu fundamento na metodologia pela qual foram identificadas: processo *bottom-up*, inclusivo e dinâmico, orientado por uma perspetiva de médio-longo prazo, de âmbito nacional mas atento a questões supra-nacionais, que contou com a mobilização e o debate entre diversos peritos, ligados à academia, centros de investigação, outras entidades públicas e privadas com atividade na esfera social, os quais também contaram com contributos de vários cidadãos.

A implementação da agenda passará pela definição e implementação de projetos de I&I, em sentido lato, individuais ou em co-autoria, enquadráveis no âmbito de instituições ou dos programas de financiamento disponíveis.

A investigação científica e a inovação social que se desenvolverem inspiradas nesta Agenda de I&I, serão um contributo da ciência para o avanço das seguintes prioridades estabelecidas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e

promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4); alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas (ODS 5); promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos (ODS 8); reduzir desigualdades no interior dos países e entre países (ODS 10); tornar as cidades comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11); promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (ODS 16). Todas as iniciativas de I&I que se concretizarem à luz da Agenda de I&I Inclusão Social e Cidadania farão, assim, parte de um esforço coletivo maior, interessado em transformar e desenvolver o nosso mundo de uma forma inclusiva e sustentável.



Síntese

Figura 12 – Síntese: prioridades para a inovação social por área prioritária (1)



Síntese

Figura 13 – Síntese: prioridades para a inovação social por área prioritária (2)

Anexo 1 – Lista de Observatórios analisados no ponto 2.4

- 01 – Observatório Permanente da Juventude, 1989 (*)
- 02 – Observatório Permanente da Justiça, 1996
- 03 – Obercom – Observatório da Comunicação, 1999
- 04 – Observa – Observatório do Ambiente e da Sociedade, criado em 1996 e reformulado em 2010 (*)
- 05 – Observatório Português de Sistemas de Saúde, 2000 (*)
- 06 – Observatório da Imigração, criado em 2002 e renomeado em 2014 para Observatório das Migrações
- 07 – Observatório da Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, 2007
- 08 – Observatório da Emigração, 2008 (*)
- 09 – Observatório das Desigualdades, 2008 (*)
- 10 – Observatório do Risco (OSIRIS), 2008
- 11 – Observatório Nacional de Violência e Género (ONVG), 2008
- 12 – Observatório Político, 2009 (*)
- 13 – Observatório da Qualidade da Democracia, 2010 (*)
- 14 – Instituto do Envelhecimento / Observatório ICS, 2010 (*)
- 15 – Observatório das Famílias e das Políticas da Família, 2010 (*)
- 16 – Observatório das Políticas de Educação e Formação, 2010 (*)
- 17 – Observatório sobre Crises e Alternativas, 2012 (*)
- 18 – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, 2013
- 19 – Observatório das Comunidades Ciganas, 2015
- 20 – Observatório e Centro de Competências em Justiça Restaurativa (OCCJR), 2016

(*) Com publicações incluídas na análise feita para a elaboração da figura 8, relacionadas diretamente com o tema 'Inclusão Social e Cidadania', publicadas salvo raras exceções entre 2007-2016, e referenciadas no respetivo *website*.

BIBLIOGRAFIA

- Besio, S. (2008), *Analysis of Critical Factors Involved in using interactive Robots for Education and Therapy of children with disabilities*, Editrice UNI Service.
- Birkjaer, Michael (2018), *Bridging divides in well-being: A new imperative for social progress*, OECD Forum Network series.
- Boltanski, L e Thévenot, L (1991), *De La Justification. Les économies de la grandeur*, Paris : Gallimard.
- Boltanski, L e Chiapello, E. (1999), *Le nouvel esprit du capitalism*, Paris: Gallimard.
- Bourdieu, P. e Wacquant, L. J. D. (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Chicago: University of Chicago Press.
- Buescu, H. C. (2013), *Experiência do incomum e boa vizinhança. Literatura comparada e literatura-mundo*, Porto: Porto Editora.
- Bussolo, M. et al. (2019), *Toward a New Social Contract. Taking on Distributional Tensions in Europe and Central Asia*, Washington: The World Bank.
- Camiciottoli, B. C. e Fortanet-Gómez, I. (eds.) (2015), *Multimodal Analysis in Academic Settings: From Research to Teaching*, New York, NY: Routledge.
- Carvalhais, I. E. e Oliveira, C. R. de (2015), *Diversidade étnica e cultural na democracia portuguesa: não-nacionais e cidadãos nacionais de origem migrante na política local e na vida dos partidos políticos*, Lisboa: Alto-Comissariado para as Migrações.
- Castells, M. (2009), *The rise of the network society*, Chichester: Wiley-Blackwell.
- Castells, M. (2013), *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Claassen, R. e Düwell, M. (2017), "A National Research Agenda and the Self-understanding of Modern Universities", em Beatrice de Graaf et al. (eds.), *The Dutch National Research Agenda in Perspective. A Reflection on Research and Science Policy in Practice*, Amsterdam University Press, pp. 193-207.
- Code, Lorraine (2017), "Epistemology" em Alison M. Jaggar e Iris Marion Young (eds), *A Companion to Feminist Philosophy*, Blackwell, pp. 173-184.
- Costa, P. M. (2015), "O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português", *Política & Sociedade*, 14(30), pp. 56-71.
- Council of Europe (2018), *Council of Europe Gender Equality Strategy 2018-2023*.
- Crenshaw, K. (1989), "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", *University of Chicago Legal Forum*, 1, pp. 139-167.
- Crenshaw, K. (1991), "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color", *Stanford Law Review*, 43(6), pp. 1241-1299.
- Cronin, M. (2006). *Translation and Identity*. London and New York: Routledge.
- Damáσιο, A. e Damásio, H. (2006), *Brain, Art and Education*, UNESCO Conference on Art and Education, Lisbon.
- Desmond, M. (2016), *Evicted: Poverty and Profit in the American City*, New York, NY: Broadway Books.
- Encarnação, P. et al. (2017), Using assistive robots to promote inclusive education, *Disability and Rehabilitation: Assistive Technology*, 12, pp. 352-372.
- Engbersen, G. (2018), "Liquid Migration and its Consequences for Local Integration Policies" em Peter Scholten e Mark van Ostaijen (eds.) *Between Mobility and Migration: The Multi-Level Governance of Intra-European Movement*, IMISCOE Research Series, Cham: Springer, pp.63-76.

- Enslin, P. e Ramírez-Hurtado, C. (2013), "Artistic education and the possibilities for citizenship education", *Citizenship, Social and Economics Education*, 12 (2), pp. 62-70.
- European Commission (2016), *Open Innovation, Open Science, Open to the World – a vision for Europe*, Brussels: European Commission. Directorate-General for Research and Innovation.
- Fagerberg, J. (2006), "Innovation: a guide to the literature" em Jan Fagerberg e David C. Mowery (eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*, Oxford: OUP.
- Fonseca, M. L. (2008), "Imigração, Diversidade e Novas Paisagens Étnicas e Culturais", em Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro Matos (coords.), *Portugal: percursos de interculturalidade. Contextos e Dinâmicas* (2º vol.), Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp.49-96.
- Funtowicz, S. e Ravetz, J. (1993), "Science for the post-normal age", *Futures*, 31 (7), pp. 735-755.
- Garcés-Mascareñas, B. e Penninx, R. (eds.) (2016), "Integration Processes and Policies in Europe. Contexts, Levels and Actors", *IMISCOE Research Series*, Cham: Springer.
- Gibbons, M. et al. (1994), *The New Production of Knowledge*, London: Sage Publications.
- Haraway, D. (1988), "Situated Knowledge: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective", *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575-599.
- Harding, S. (1991), *Whose science? Whose knowledge?: Thinking From Women's Lives*, Ithaca, NY: Cornell University.
- Harding, S. (ed.) (2003), *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*, London: Routledge.
- Harvey, D. (2008), "The right to the city", *New Left Review*, II (53) September–October, pp. 23–40.
- Harvey, D. (2011), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, Lisboa: Bizâncio.
- Harvey, D. (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, London: Verso.
- Inghilleri, M. (2017), *Translation and Migration*, New York: Routledge.
- ISSC, IDS e UNESCO (2016), *World Social Science Report 2016, Challenging Inequalities: Pathways to a Just World*, Paris: UNESCO.
- Jasanoff, S. e Kim, S. H. (2013), "Sociotechnical Imaginaries and National Energy Policies", *Science as Culture*, 22 (2), pp. 189-196, DOI: 10.1080/09505431.2013.786990.
- Jasanoff, S. (2003), "Technologies of humility: citizen participation in governing science", *Minerva*, 41 (3), pp. 223-244.
- Light, J. et al. (2008), "Evidence-based literacy instruction for individuals who require augmentative and alternative communication: A case study of a student with multiple disabilities", *Seminars in Speech and Language*, 29, pp. 120-132.
- Matarasso, F. (2015), "Music and Social Change: Intentions and Outcomes", Paper presented at the First International Symposium of the SIMM (Social Impact of Music Making), Gent: Research Center of Ghent University.
- Menezes, M. (2012), "Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural), pp. 69-95.
- Morozov, E. (2011), *The net delusion: How not to liberate the world*, London: Penguin.
- Murray, R., Caulier-Gric, J. e Mulgan G. (2010), *The Open Book of Social Innovation*, London: The Young Foundation and Nesta.
- OECD (2016), *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016*, Paris: OECD.

OECD (2017a), *How's Life? 2017: Measuring Well-being*, Paris: OECD.

OECD (2017b), "Preventing Policy Capture: Integrity in Public Decision Making", *OECD Public Governance Reviews*, Paris: OECD.

OECD (2017c), *Making Innovation Benefit All: Policies for Inclusive Growth*, Paris: OECD.

OECD (2018a), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility. Overview and Main Findings*, Paris: OECD.

OECD (2018b), *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2018: Adapting to Technological and Societal Disruption*, Paris: OECD.

Oliveira, N. e Padilla, B. (2012), "A diversidade como elemento de desenvolvimento/atração nas políticas locais urbanas: contrastes e semelhanças nos eventos de celebração intercultural", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural), pp. 129-162.

Rodrigues, C. F. (coord.) (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal. As consequências sociais do programa de ajustamento*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rolnik, R. (2015), *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Sá, K., Almeida, A. e Moreira, A. (2011), "Ambientes artísticos interativos no currículo de alunos com Necessidades Específicas Individuais", *Indagatio Didactica* 3, pp. 273 – 284.

Sassen, S. (2014), *Expulsions. Brutality and Complexity in the Global Economy*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Seixas, J. (2013), *A Cidade na Encruzilhada. Repensar a Cidade e a Sua Política*, Porto: Afrontamento.

Selin, C. (2008), "The sociology of the future: Tracing stories of technology and time", *Sociology Compass* 2 (6), pp. 1878–1895.

Silva, D. e Silva, S. M. (2018), "Conhecer contextos, conhecer profissionais: contributo para explorar o desenvolvimento de competências interculturais em contextos educativos", *Revista Portuguesa de Educação*, 31 (1), pp. 38-60.

Swedish Ministry of Enterprise, Energy and Communications (2012), *The Swedish Innovation Strategy*.

Tapscott, D. e Williams, A. D. (2006), *Wikinomics*, New York: Penguin Group.

UNESCO (2015), *UNESCO Science Report: towards 2030*, Paris: UNESCO.

Wonders, B. J., Solop, F. I. e Wonders, N. A. (2012), "Information sampling and linking: Reality Hunger and the digital knowledge commons", *Contemporary Social Science*, 7 (3), pp. 247-262, DOI: 10.1080/21582041.2012.683447.

Young, I. (2000), *Inclusion and democracy*, Oxford: Oxford University.

Zimmerman, M. A. (2000), "Empowerment Theory: Psychological, organizational and community levels of analysis", em J. Rappaport e E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology*, Dordrecht: Kluwer Academic, pp. 43-63.

Zimmerman, M. e Eisman, A. B. (2017), "Empowering Interventions: Strategies for Addressing Health Inequities Across Levels of Analysis", em Meg A. Bond, Irma Serrano-García e Christopher B. Keys, *APA Handbook of Community Psychology*, vol. II: *Methods for Community Research and Action for Diverse Groups and Issues*, Washington, D.C.: American Psychological Association, pp. 173-191.



FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

AV. D. CARLOS I, 126, 1249-074 LISBOA, PORTUGAL
T. [+351] 213 924 300

WWW.FCT.PT